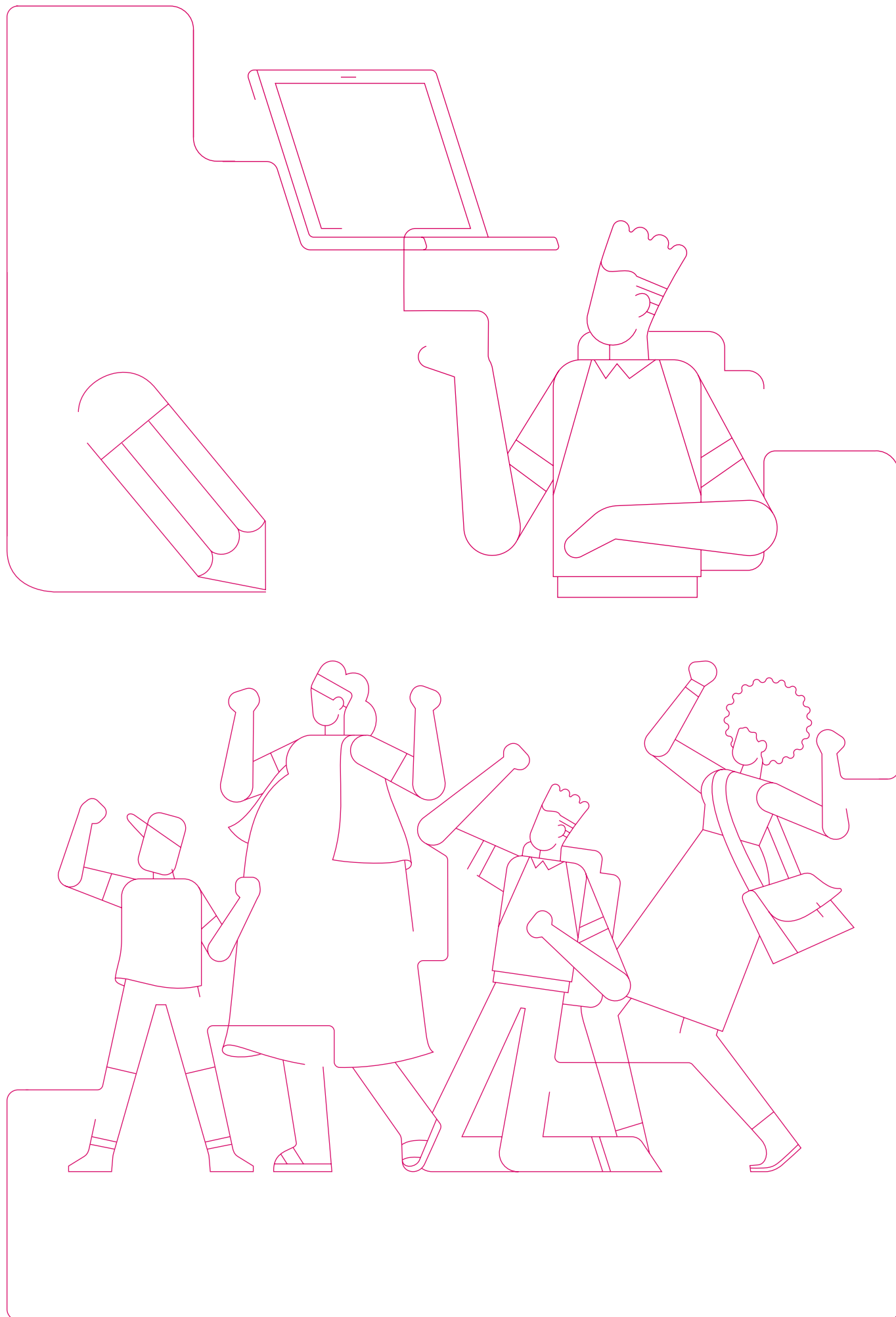




CADERNO DE INFÂNCIAS E JUVENTUDES DO CEARÁ



CADERNO DE INFÂNCIAS E JUVENTUDES DO CEARÁ



INSTITUTO PROMUNDO

Diretor Executivo:
Miguel Fontes

Consultor de Pesquisa, Monitoramento e Avaliação:
Rodrigo Laro

Consultora Internacional de Programas:
Luiza Tanuri

Consultora de Antropologia, Formação e Comunicação:
Bruna Martins

Desenvolvimento Institucional:
Angelita Hermann

Consultora em Compliance:
Juliane Matos

INSTITUTO CNP BRASIL

Presidente do Instituto CNP Brasil:
Sany Silveira

Diretora do Instituto CNP Brasil:
Cristhiane Fabris

Especialista de RSA do Instituto CNP Brasil:
Alice Scartezini

Jornalista:
Fernanda Angelo

Projeto Gráfico Editoria:
Bruna Daibert

Sumário



Sessões temáticas de atividades	8
Sugestão de metodologia para implementação das atividades	10

Percursos pedagógicos por temas

SESSÃO 1— GÊNERO	13
1. Por que falar em gênero na adolescência e na juventude?	13
2. Empoderamento feminino e feminilidade	14
3. Masculinidades hegemônicas e subalternas	16
4. Diversidade de gênero, sexualidade e identidade	18
5. Direitos sexuais e reprodutivos	21
6. Para saber mais	22
7. Propostas de atividades	25

SESSÃO 2 – FAMÍLIA	39
1. Afinal, como pode se configurar uma família?	39
2. Família e Juventude	41
3. Conflitos intrafamiliares	41
4. Para saber mais	42

SESSÃO 3 - VIOLÊNCIA	46
1. Mas afinal, o que é violência?	47
2. Identificando para desnaturalizar, prevenir e enfrentar	49
3. As violências baseadas em gênero	51
4. Violência contra a mulher	54
5. Violência contra pessoas LGBTQIAPN+	57
6. Violência Sexual	58
7. Práticas de violência entre pares: reconhecendo o bullying como violência	60
8. O racismo e as violências: barreiras para o desenvolvimento da população negra	62
9. Trabalho infantil, o corpo negro sem direito à infância	65
10. Considerações finais	67
11. Para saber mais	68
12. Propostas de atividades	70

SESSÃO 4 – SAÚDE MENTAL E DROGAS	84
1. Sobre saúde mental	84
2. Drogas	86
3. Para saber mais	88
4. Propostas de atividades	88

SESSÃO 5 – OPORTUNIDADES, TRABALHO, ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO	93
1. Desigualdade Social	94
2. Baixa escolarização	95
3. Exploração da mão de obra	96
4. Democratização do acesso à informação (acesso à oportunidade)	96
5. Qualificação profissional de jovens	97
6. Para saber mais	98
7. Propostas de atividades	98

Glossário	111
------------------------	------------

A parceria entre o Instituto Promundo e o Instituto CNP Brasil envolve vários temas ligados a crianças, adolescentes e jovens. Entre eles está a evasão escolar, um grave problema social que afeta milhões de brasileiros. Estamos empenhados em motivar adolescentes e jovens a finalizarem os estudos e a construir um futuro profissional, em prol de uma sociedade inclusiva e responsável.

Para isso, queremos trazer para o debate questões como equidade de gênero, violência, saúde mental, família, drogas, oportunidades, escolarização e mundo do trabalho. Esses temas precisam ser abordados por meio de uma metodologia que ajude a diminuir os conflitos dessa juventude e a promover os seus desenvolvimentos pessoal e escolar.

Nós, do Instituto CNP Brasil, apoiamos iniciativas como essa cartilha, que surgiu do projeto piloto “Juventude Presente”, realizado pelo Promundo com jovens estudantes do ensino público do Ceará. Acreditamos que investir no conhecimento favorece o desenvolvimento de comportamentos mais pacíficos e de relacionamentos mais equitativos.

O objetivo é propagar conteúdo relevante, ampliando o conhecimento das pessoas (jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde) sobre os assuntos em questão e promover vivências para incentivar a mudança de atitude. Essa cartilha é um instrumento para identificar quais são e onde estão os conflitos, com o intuito de melhorar os relacionamentos nos seus ambientes.

Apoiando causas e comunidades nas conquistas do dia a dia, o Instituto CNP Brasil tem o propósito de auxiliar as pessoas mais vulneráveis, criando possibilidades para que elas tenham oportunidade de mudar suas próprias histórias.

É uma grande satisfação poder colaborar com essa iniciativa que, certamente, ajudará a despertar o interesse de jovens para o estudo e para a vida profissional.

Convidamos você a conhecer a cartilha.

Juntos somos capazes de construir um mundo melhor.

Programa Mais Infância Ceará

O Programa Mais Infância Ceará foi lançado em 2015, tornou-se política pública de estado em 2019 e foi atualizado e consolidado pela Lei nº 17.380, de 5 de janeiro de 2021.

Fundamentado em 3 princípios – política baseada em evidências, intersetorialidade e equidade –, o programa tem uma abordagem e uma coordenação intersetoriais, em articulação com diversas políticas setoriais, com visão abrangente dos direitos da criança.

Ele é o instrumento por meio do qual o estado e os municípios, em cooperação, asseguram o desenvolvimento e o atendimento dos direitos da criança de formas integral e integrada.

O Mais Infância Ceará está organizado em 4 pilares.

– **Tempo de nascer:** reconhece a necessidade de cuidado da criança desde a gestação, para reduzir as morbimortalidades materna e infantil neonatais.

– **Tempo de crescer:** propõe a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de visitas domiciliares, serviços e formações que contemplam profissionais, pais e cuidadores.

– **Tempo de brincar:** implanta espaços lúdicos que garantem o direito da criança ao brincar e à brincadeira.

– **Tempo de aprender:** entende a escola como um direito de todos e busca ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil.

A **VISÃO** do Programa é preparar a criança para desenvolver a sociedade, com a **MISSÃO** de gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança.

Entre os grandes desafios para o desenvolvimento infantil está a violência doméstica contra as crianças e suas mães/cuidadoras. Em uma pesquisa realizada, em 2019, durante uma campanha de multivacinação, 84% dos pais pesquisados usavam práticas de disciplina punitiva para educar as crianças: castigos, palmadas e gritos. Dos casos notificados pelo disque 100 em 2022, a maior incidência é de violência contra crianças, seguida pela violência contra as mulheres, com o agravante de que 73,8% dos casos aconteceram na casa onde a criança reside.

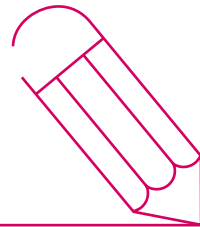
Tentando reverter essa triste realidade, o Mais Infância tem investido em programas de parentalidade, em formação para os profissionais da rede e na compreensão histórico—cultural do fenômeno da violência. Desse modo, essa parceria, que capacitou os profissionais da Secretaria e dos equipamentos da proteção social, foi de suma importância para subsidiar o debate, fortalecer a rede de proteção, promover o protagonismo juvenil, a cultura de paz e a prevenção da violência de gênero.

Ainda temos um caminho longo a seguir, mas passos estão sendo dados para quebrar o ciclo da violência e para fomentar a importância de ambientes seguros e estimulantes para o desenvolvimento da criança.

Segundo o ditado africano, “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, e a criança que não se sente acolhida toca fogo na aldeia para sentir o seu calor. Então cuidar da família é cuidar da criança.

Sessões temáticas de atividades

As atividades desta cartilha estão divididas em 5 grandes sessões, que reúnem alguns dos principais problemas enfrentados por adolescentes e jovens na trajetória até a conclusão do ensino superior ou de cursos profissionalizantes: gênero; família; violências; saúde mental e drogas; oportunidades, escolarização e mundo do trabalho. Cada um desses blocos temáticos contém atividades específicas, com 50 minutos de duração cada, para as questões enfrentadas pelos adolescentes e jovens participantes.



SESSÃO 1 – GÊNERO

Atividade 1 — O que é gênero?

Objetivo: entender as diferenças entre sexo e gênero e entre os termos igualdade e equidade.

Atividade 2 — Empoderamento feminino e feminilidade

Objetivo: trabalhar o empoderamento de mulheres e meninas como forma de enfrentar as desigualdades de gênero e de ampliar perspectivas de futuro para além do casamento.

Atividade 3 — Masculinidades hegemônicas e subalternas

Objetivo: refletir sobre formas de masculinidades presentes na sociedade.

Atividade 4 — Diversidade de gênero, sexualidade e identidade

Objetivo: trabalhar a diferenciação entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

Atividade 5 — Direitos sexuais e direitos reprodutivos

Objetivo: construir com os participantes o entendimento de que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos protegem as pessoas, de modo que cada um possa viver sua sexualidade e a experiência da reprodução de forma saudável e a partir de suas próprias decisões.

SESSÃO 2 – FAMÍLIA

Atividade 6 — Família e juventudes

Objetivo: refletir sobre a importância da proteção integral de crianças e adolescentes, em especial, sobre o papel da família nesse processo.

Atividade 7 — Conflitos intrafamiliares

Objetivo: refletir sobre conflitos intrafamiliares e suas consequências para o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.

SESSÃO 3 – VIOLÊNCIAS

Atividade 8 — Violências entre pares

Objetivo: mapear situações de violência praticadas por adolescentes e jovens com seus pares e refletir sobre comportamentos mais empáticos e solidários.

Atividade 9 — Violências no ambiente escolar

Objetivo: refletir sobre a escola como espaço privilegiado para a reprodução de situações de violência e a importância de torná-la um ambiente protetivo e inclusivo.

Atividade 10 — Exploração sexual de crianças e adolescentes

Objetivo: trabalhar conceitos referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes em suas diferentes vertentes.

Atividade 11 — Trabalho infantil

Objetivo: entender o que é a exploração do trabalho infantil e como encaminhar uma denúncia.

Atividade 12 — Racismo

Objetivo: refletir sobre o racismo em práticas cotidianas que promovem, direta ou indiretamente, a segregação e o preconceito racial.

Atividade 13 — Racismos estrutural e institucional

Objetivo: diferenciar o racismo estrutural e o institucional, propondo formas de enfrentar essa realidade.

Atividade 14 — Barreiras de acesso e desenvolvimento social da população negra

Objetivo: trabalhar o conceito de privilégio branco e entender as principais barreiras de acesso e desenvolvimento social da população negra.

SESSÃO 4 – SAÚDE MENTAL E DROGAS

Atividade 15 — Saúde mental e juventudes

Objetivo: refletir sobre as características específicas das adolescências e juventudes, percebendo as emoções como dimensão importante nos seus processos de desenvolvimento.

Atividade 16 — Depressão e violências autopracicadas

Objetivo: refletir sobre adolescências e saúde mental, com enfoque especial em depressão e violências autopracicadas.

Atividade 17 — Drogas

Objetivo: diferenciar os tipos de usuários de drogas e chamar atenção para a importância das prevenções primária e secundária de adolescentes e jovens.

SESSÃO 5 – OPORTUNIDADES, ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO

Atividade 18 — Oportunidades e mundo do trabalho

Objetivo: chamar a atenção para a importância da escolarização e da profissionalização para alcançar melhores oportunidades de trabalho.

Atividade 19 — Desigualdade social

Objetivo: refletir sobre os fatores estruturantes das desigualdades no Brasil e seus reflexos na vida profissional e educacional.

Atividade 20 — Baixa escolarização

Objetivo: destacar a importância da escolarização para romper ciclos familiares de baixa escolarização, pobreza e desigualdades.

Atividade 21 — Exploração da mão de obra

Objetivo: refletir sobre a exploração da mão de obra do trabalhador brasileiro, o trabalho informal e as novas formas de escravidão.

Atividade 22 — Democratização do acesso à informação (acesso à oportunidade)

Objetivo: contribuir para a ampliação de recursos e parcerias que possam ser úteis aos jovens nos seus projetos de vida.

Atividade 23 — Qualificação profissional de jovens

Objetivo: problematizar estigmas sociais e da história pessoal de cada um que refletem na escolha profissional, bem como reforçar a importância da qualificação profissional no processo de preparação dessas escolhas.

Sugestão de metodologia para implementação das atividades

Este caderno pode ser implementado de maneiras variadas, de acordo com o interesse e a disponibilidade de tempo do mediador com o grupo. Entretanto, sugerimos um plano mínimo de 5 encontros, um encontro para cada sessão temática deste caderno:

Atividades por sessões temáticas

GÊNERO	1	O que é gênero?	SAÚDE MENTAL E DROGAS	15	Saúde mental e juventudes
	2	Empoderamento feminino e feminilidade		16	Depressão e violências autopracicadas
	3	Masculinidades hegemônicas e subalternas		17	Drogas
	4	Diversidade de gênero, sexualidade e identidade			
	5	Direitos sexuais e direitos reprodutivos			
FAMÍLIA	6	Família e juventudes	OPORTUNIDADES, ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO	18	Oportunidades e mundo do trabalho
	7	Conflitos intrafamiliares		19	Desigualdade social
VIOLÊNCIA	8	Violências entre pares		20	Baixa escolarização
	9	Violências no ambiente escolar		21	Exploração da mão de obra
	10	Exploração sexual de crianças e adolescentes		22	Democratização do acesso à informação (acesso à oportunidade)
	11	Trabalho infantil		23	Qualificação profissional de jovens
	12	Racismo			
	13	Racismos estrutural e institucional			
	14	Barreiras de acesso e desenvolvimento social da população negra			

Tempo mínimo de trabalho: 250 minutos (5 encontros de 50 minutos cada)

O tema específico da atividade escolhida dentro de cada sessão deve partir da observação e/ou das demandas apresentadas pelo grupo a ser trabalhado. Entretanto, é bom ressaltar que o mediador pode fazer as combinações que achar que sejam melhores para o seu grupo, assim como também pode ampliar o número de encontros conforme as possibilidades do seu planejamento.

Selecionando as atividades adequadas a cada grupo

Para obter melhores resultados na implementação deste material, é preciso conhecer a turma a ser trabalhada, selecionando atividades que dialoguem com as dificuldades e barreiras enfrentadas pelos adolescentes e jovens envolvidos. Nesse sentido, a sondagem prévia de cada grupo é essencial, mesmo que se trate de uma ação de formação de educadores ou profissionais de atendimento que atuem com jovens.

Essa ação de diagnose deve ser realizada antes do primeiro encontro temático com o grupo e pode partir de diferentes metodologias: questionários de linha de base, rodas de conversa ou mesmo atividades lúdicas. O importante é, por meio desse processo, conhecer e reconhecer quem são esses adolescentes e jovens, suas histórias de vida, seus desejos para o futuro, as dificuldades que enfrentam, além da maneira como veem e participam do mundo que os cerca. Propomos aqui uma atividade de diagnóstico simples que pode servir como uma ferramenta para que esses jovens se apresentem para o grupo e para o facilitador da atividade, mostrando um pouco do que trazem consigo e identificando pares e potências dentro do grupo.

Atividade diagnóstica – conhecendo o grupo

Objetivo: conhecer e refletir sobre a realidade socioeconômica de adolescentes e jovens, além de mapear expectativas de futuro do grupo.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: objetos pessoais dos participantes, uma toalha branca, 5 tarjetas de papel para cada participante, 5 recipientes para colocar as tarjetas, uma caneta ou um lápis para cada participante.

Nota de preparação da atividade: antes do encontro, pedir aos participantes que escolham um objeto pessoal ou de sua família que os represente para levar para o encontro.

Descrição da atividade:

• ETAPA 1: De onde venho? (20 min)

A partir de um objeto previamente escolhido por cada participante, eles vão se apresentar individualmente, respondendo às seguintes perguntas:

- 1) qual é a sua relação com este objeto?
- 2) Por que ele te representa?

Coloque a toalha no centro da sala e, conforme cada um for se apresentando, peça que deposite seu objeto em cima. Após a apresentação de todos, tente identificar proximidades entre os critérios adotados para as escolhas desses objetos com a ajuda do grupo.

Nesse momento, observe atentamente as histórias familiares contadas, os territórios em que circulam, bem como as referências culturais e educacionais que possuem.

• ETAPA 2: Onde estou e para onde vou? (30 min)

Entregue as tarjetas e canetas para os participantes. Essa etapa acontecerá em 5 rodadas: em cada uma delas, os participantes escreverão suas respostas para cada uma das 5 perguntas. Deixe claro que as respostas são anônimas, então não é necessário colocar o nome nas tarjetas. Ao final de cada rodada, recolha as tarjetas nos 5 recipientes (cada grupo de respostas em um recipiente):

Tarjeta 1 – Qual é seu maior medo?

Tarjeta 2 – Qual é seu maior sonho?

Tarjeta 3 – Como você se sente com relação a sua família?

Tarjeta 4 – Como você se sente com relação à escola/ao estudo?

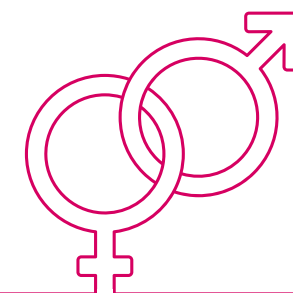
Tarjeta 5 – O que você espera para o seu futuro?

Leia rapidamente as respostas do grupo para cada pergunta, fazendo correlações entre respostas similares. Atente para os principais conflitos, medos e perspectivas dos participantes.

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: a etapa 1 pode ser realizada online apenas com apresentação dos objetos na câmera. Já na etapa 2, é possível utilizar ferramentas de interação online como Padlet, Mentimeter, Jamboard ou Miro, para colher os relatos dos participantes de forma anônima.

Dica: no caso de uso deste caderno para ações de formação de educadores ou profissionais de diferentes áreas de defesa de direitos de adolescentes e jovens, tente obter informações dos grupos com os quais eles irão trabalhar diretamente no futuro. Caso isso não seja possível, realize o maior número de atividades possível dentro de uma mesma sessão temática.

Percursos pedagógicos por temas



SESSÃO 1— GÊNERO

1. Por que falar em gênero na adolescência e na juventude?

Já percebeu que as expectativas que se criam para o futuro de meninas envolvem atribuir responsabilidades da rotina de afazeres domésticos de suas casas, cuidados com familiares, enquanto os meninos são estimulados a praticar esportes e atividades que desenvolvem suas habilidades para o mercado de trabalho, com ênfase nas áreas das ciências naturais e exatas? Mas de onde vem essa diferença?

É importante reconhecer que esse tratamento desigual não é natural, mas está na base da estrutura de muitas sociedades, sobretudo a brasileira, a partir do que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher e, diferencialmente, em um homem. Esse padrão é proveniente da vinculação do caráter biológico ao destino social das mulheres e dos homens. Isso é, persiste uma ideia equivocada de que as diferenças entre homens e mulheres provêm de sua natureza e não de que sejam produzidas socialmente.

Mas, então, o que seria gênero?

A noção de gênero se refere à construção social que define previamente o papel de meninos/homens e meninas/mulheres, a partir da correspondência com seu sexo biológico. Por sexo biológico compreendem-se as características sexuais identificadas no nascimento, usualmente determinadas pelas genitálias, que classificam o indivíduo como sendo masculino ou feminino. Naturalizou-se o que se chama de sistema sexo-gênero, havendo apenas duas possibilidades de identificação (ou mulher/feminino ou homem/masculino). Esse sistema é apresentado e produzido quando as pessoas que nascem com o sexo anatômico masculino têm de corresponder aos papéis sociais atribuídos aos homens, e as que nascem com o sexo anatômico feminino têm de corresponder aos papéis sociais associados às mulheres. São dois polos antagônicos e excludentes como, por exemplo, nas expectativas que recaem sobre as formas como homens e mulheres se comportam: “mulheres têm de cuidar da casa”, “homens têm de garantir o sustento da família”, “meninas não podem brincar de carrinho”, “meninos não podem brincar com bonecas” — essas expectativas dizem respeito às normas rígidas de gênero, e não ao sexo.

Normas de gênero: construções de masculinidades e feminilidades

Essas normas funcionam como um conjunto de regras que servem para ditar como homens e mulheres devem pensar, agir e sentir, limitando suas vidas a partir de construções de masculinidades e feminilidades. Feminilidades incluem formas de ser e de se portar associadas ao feminino, enquanto masculinidades correspondem ao masculino, o que se leva a

reconhecer, por exemplo, a identidade de mulheres trans e a performance de alguns homens lidas socialmente como femininas, assim como de homens trans e de mulheres associadas ao masculino. É importante diferenciar que essas construções não estão relacionadas ao sexo anatômico, já que podem existir em distintos corpos, essando associadas às identidades de gênero (cisgênero, transgênero e não binário) e à cultura.

O que são identidades de gênero? E por que falar nelas?

As identidades de gênero definem-se pela maneira como as pessoas se percebem e se identificam com relação ao gênero que possuem, estando divididas da seguinte forma: as que estão em correspondência com seu sexo biológico, como homens e mulheres cisgêneros; e aquelas em que o gênero não deriva do sexo, como pessoas transgêneros, não binárias e Queer. É necessário reforçar que a noção de gênero se refere ao caráter cultural das distinções estabelecidas entre homens e mulheres e entre as ideias de feminilidade e masculinidade.

Desconstruindo a dominação masculina

É importante reconhecer, ainda, que qualquer noção de superioridade masculina frente às mulheres cisgênero e às demais identidades de gênero vem de uma construção hierárquica de poder proveniente do patriarcado, cuja ideia central de dominação masculina e a consequente subordinação feminina são dadas como diferenças naturais, contra as quais nada se pode fazer. Ao assumir a artificialidade da construção dessas distinções, revela-se como, por meio da produção cultural, político-social e das distribuições desiguais de poder, podem-se buscar a garantia e a luta por direitos sociais básicos, combatendo as desigualdades de oportunidades que afetam cotidianamente mulheres e meninas cisgênero e pessoas com outras identidades de gênero (transgênero, não binário, Queer). As desigualdades são ainda mais profundas de acordo com classe social, faixa etária (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, assexual), raça/etnia (branco, negro, indígena, amarelo), local de moradia (cidade, rural, favela, quilombo, reserva/aldeia indígena), entre várias outras marcações que se interseccionam, sendo aqueles que estão fora da correspondência do gênero com o sexo biológico, feminino ou masculino, considerados uma dissidência, abjetos, fora da norma e expostos a maior vulnerabilidade e violência.

As expectativas sobre como meninas e meninos devem se comportar e se relacionar uns com os outros são engendradas desde muito cedo por formas de educação e socialização. Ao pensar em roupas, brincadeiras, ou até mesmo no ato de presentear uma criança, a primeira pergunta que surge é: "de menino ou de menina?". Enquanto panelinhas, vassouras e bonecas são convencionadas para meninas, meninos são associados a carrinhos, bolas e ferramentas.

2. Empoderamento feminino e feminilidade

De onde vem essa separação e por que ela reforça a desigualdade de gêneros?

Desde cedo, estabelece-se uma nítida discrepância entre as formas de se incentivar a vivência e a ocupação dos espaços de socialização para cada gênero. A distinção de papéis também está presente nas carreiras profissionais que meninas e meninos podem almejar, o que limita a atuação de mulheres em alguns setores como, por exemplo, o de tecnologia. Essa reprodução de papéis,

já na infância, foi ressaltada nos resultados da pesquisa "Por ser menina no Brasil: Crescendo Entre Direitos e Violências", de 2014, pela Plan International Brasil, a partir de um levantamento feito com meninas de 6 a 14 anos, de 5 estados e 21 cidades no Brasil, demonstrando que as meninas dentro dessa faixa etária já possuíam algumas responsabilidades na organização da vida doméstica. De acordo com a pesquisa, "elas vão desde tarefas simples, como arrumar a cama (81,4%), até atribuições mais complexas, como cozinhar (41%), lavar (28,8%) e passar roupa (21,8%)" (PLAN INTERNATIONAL, 2014, p. 55).

Feminilidade: que bicho é esse?

Os estereótipos de gênero estão ancorados em noções de feminilidades e masculinidades. Mas o que seria feminilidade? Comumente, associa-se a feminilidade às mulheres, atrelando esse conceito a um corpo específico, a um sexo. Ao se referir a feminilidades, é necessário incluir as formas de ser e de se portar associadas ao feminino em diferentes sociedades e perceber que a performance de alguns homens é socialmente lida como feminina. Ou seja, a feminilidade não é o mesmo que o sexo biológico, pois ela pode existir em diversos corpos. A feminilidade está relacionada às formas de estar no mundo, à identidade de gênero e ao âmbito da cultura. Anteriormente, observou-se que o conceito de gênero assume a feminilidade e a masculinidade como construções culturais e que o sexo remete ao domínio da natureza. Lembrando, ainda, que a noção de gênero é sempre relacional e não fixa, pois indica as maneiras como as sociedades organizam as relações entre as masculinidades e as feminilidades. A questão reside em como essa organização das relações é feita de forma hierárquica: as feminilidades são tanto consideradas inferiores em relação às masculinidades quanto se diferenciam entre si – existindo feminilidades mais valorizadas do que outras. Isso porque o feminino é posto como subalterno em relação ao masculino, e os espaços são divididos entre público e privado, sendo o primeiro, o lugar social atribuído aos homens, e o segundo, o lugar social atribuído às mulheres.

O que são estereótipos?

O estereótipo é uma ideia preconcebida, superficial e abrangente e que não retrata a realidade. Um exemplo de estereótipo é representar todas as mulheres como esposas e mães, desconsiderando que não existe uma regra e um perfil definido do que é ser mulher. Representar os homens sempre como chefes de família, incapazes de afeto ou sentimentos (homem não chora!), incapazes de cuidar dos filhos etc. Ou, ainda, associar a imagem de homens negros como choferes, mordomos ou aqueles que lidam com profissões menos valorizadas: encanador, garagista, porteiro etc. (Texto adaptado da atividade 7 do Programa Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde).

Desigualdades interseccionadas

Merecem destaque os fatores que contribuem para que mulheres sigam em desvantagem e que são atravessados por outras discriminações, sobretudo envolvendo raça e classe. As relações entre os distintos marcadores sociais da diferença, passando por local de moradia, local de nascença, faixa etária, raça, etnia e classe social, compõem o que é chamado de interseccionalidade. Por exemplo, uma menina negra moradora da periferia em Fortaleza encontra muito mais entraves para ter acesso aos serviços de educação do que uma menina branca moradora de um bairro nobre em São Paulo. Conforme os dados divulgados pela

Unesco, no Relatório de Monitoramento Global da Educação (2020), destaca-se o crescimento considerável do acesso de meninas à educação nos últimos 25 anos, “no entanto, meninas, particularmente as que estão nas interseções de grupos desfavorecidos em termos de pobreza ou deficiência, ainda enfrentam as piores e mais extremas formas de exclusão nos Países mais pobres do mundo” (UNESCO, 2020, p. 1). Além disso, a possibilidade de seguir projetos de futuro é menor entre as meninas, segundo a pesquisa da Unicef “Direitos das Meninas para um Futuro com Igualdade: Compromissos na América Latina e no Caribe”, em que se destacaram as tarefas domésticas, os cuidados não remunerados dentro de casa e a maternidade como principais motivos para a evasão escolar entre 13% das entrevistadas de 13 a 18 anos. Sabe-se que esse perfil tem necessariamente um recorte racial e de classe social, uma vez que uma menina que mora em um bairro nobre em São Paulo não tem a emergência de deixar os estudos para assumir os cuidados domésticos.

3. Masculinidades hegemônicas e subalternas

Masculinidade: do que se trata?

A masculinidade não é um atributo de “meninos e homens”, mas uma noção relacional, em oposição à feminilidade (desigualdade de gênero) e em contraste com distintas masculinidades (desigualdades baseadas em raça, classe, sexualidade, idade etc.). Elas são inscritas em diferentes relações sociais que organizam hierarquicamente os vínculos entre homens/meninos. Ao assumir que o topo da hierarquia corresponde à representação do homem heterossexual, branco e de classe média, aqueles que estão situados fora desse padrão se encontram-se em posições subalternas. Sua posição está marcada pela interação de distintos fatores, que vão desde aspectos estruturais (como gênero, raça e classe social, por exemplo) até os mais situacionais, que podem variar conforme o contexto e os, e dos diferentes tipos de recursos que possuem para enfrentá-la. Tal padrão é orientado pela noção de masculinidades hegemônicas e subalternas, desenvolvida pela socióloga australiana, Raewyn Connell (1983), e, posteriormente, ampliada pela antropóloga colombiana, Mara Viveros Vigoya (2018).

Masculinidade x machismo

Nesse sentido, a masculinidade não pode aparecer como uma única manifestação, mas, sim, a partir de conjuntos de normas que se impõem a todos os homens sob direcionamentos comportamentais e morais, assumindo a pluralidade de formas de masculinidade identificadas. Como mencionado acima, as outras manifestações de masculinidades aparecem em contraste e interrelacionadas à masculinidade hegemônica, que funciona como uma configuração das práticas de gênero que buscam assegurar a perpetuação do sexismo e da dominação dos homens sobre as mulheres (Connell, 1983). Porém, é importante distinguir a noção de masculinidade da de machismo. Este último deve ser compreendido enquanto prática que estabelece e age na perspectiva da violência de homens com relação às mulheres e outras variações de gênero. O machismo assume as diferenças como desigualdades a partir de um conjunto de ações que oprimem e violentam.

As ações e os discursos machistas inferiorizam tudo que se difere do modelo hegemônico de masculinidade.

Masculinidades hegemônicas e subalternas

O conceito de masculinidade hegemônica é um padrão dominador e normativo que se inscreve em um modelo do que é ser um “homem de verdade”. Ele ascende e se atualiza através da persuasão, das instituições sociais e da cultura. Para que seja hegemônica, tal masculinidade precisa se distinguir. No processo de correlação, a masculinidade hegemônica é construída em oposição à feminilidade e em tensão com as múltiplas masculinidades. Todos os homens estão em relação a ela, e aqueles que não se moldam estão no campo da subordinação. Tal subordinação tem muito a ver com os estereótipos produzidos a partir da imbricação dos marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e território, estereótipos que os homens que não são heterossexuais, cis, brancos e de classe média carregam e que contrariam as características de honra e virilidade tão valorizadas socialmente. Ao mesmo tempo, vale reforçar o caráter relacional das masculinidades, que varia de contexto para contexto, de cultura para cultura.

As masculinidades subalternas precisam ser compreendidas no plural e tensionadas com a hegemônica.

Dessa maneira, à medida que esse padrão hegemônico de masculinidade se estabelece, é criado por oposição aos “outros”, cujas masculinidades foram problematizadas e desvalorizadas. O hegemônico e o subalterno emergem em mútua e desigual interação. Ao longo do tempo, é possível que a masculinidade hegemônica incorpore elementos e características das masculinidades subalternas, atualizando-se a cada novo embate. O que se pode pressupor em torno das masculinidades é que, já que são socialmente construídas, alteram-se conforme a cultura e o período histórico e variam conforme os marcadores de diferença e as trajetórias individuais. Por exemplo, o que emerge como uma dada masculinidade hegemônica, hoje, no Brasil, não é o mesmo que vigorava 50 anos atrás na Colômbia. Portanto, não é possível pré-estabelecer características que compõem a masculinidade hegemônica e as subalternas. Precisam-se avaliar as relações de poder, culturais e históricas que estão em jogo.

Masculinidades em perspectiva com feminilidades

Quando um homem diz para o outro que ele está se comportando como “mulherzinha”, ele está criando uma masculinidade valorizada e viril em contraposição à outra, considerada inferior e feminina. Trata-se, portanto, de uma acusação que, em si mesma, comporta uma produção hierárquica do gênero. Dessa forma, a relação entre duas masculinidades não é somente mediada pela marca do feminino, mas também é produzida pelo desprezo ao feminino.

Existe masculinidade sem homem?

Até aqui já se consegue perceber que não há uma única masculinidade, fixada nos genes, mas que há muitas masculinidades, feitas e refeitas na história. Entrelaçamentos e combinações complexas ocorrem à medida que a ordem de gênero da sociedade se transforma. Em algumas circunstâncias, a masculinidade pode ser exercida por pessoas com corpos femininos, como as chamadas pelo autor Jack Halberstam (2008) de masculinidades femininas. Por exemplo, os “chicazos” designam meninas ou adolescentes com características físicas e aspectos masculinos, com comportamento de meninos ou que realizam atividades que se supõem próprias de meninos (HALBERSTAM, 2008, p. 27). Observa-se que, em outras circunstâncias, a feminilidade pode ser encarnada por pessoas com corpos masculinos. Essas inúmeras possibilidades de

feminilidades e masculinidades desvinculadas do sexo biológico ressaltam que as formas de existências são incontáveis, e todas merecem reconhecimento.

O papel das masculinidades na prevenção e na redução das violências de gênero.

A importância de se destacarem as noções de masculinidades é compreender que essas são formas válidas e diversas de estar no mundo. Elas podem ser grandes apoiadoras, ao envolverem os homens nas discussões e reflexões sobre as desigualdades de gênero. Ao reforçar outras manifestações de masculinidades, pode-se pensar nessas formas plurais de masculinidades como aliadas potentes na prevenção das violências de gênero, uma vez que superam, de certa forma, as noções usuais de hierarquia e a consequente subordinação das mulheres. Esse tipo de perspectiva, aliada ao reconhecimento de como as meninas e as mulheres são colocadas em posição de desvantagem — ao esperar que elas assumam integralmente as responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos e dos idosos, às questões de saúde reprodutiva e sexual e às tarefas domésticas —, pode contribuir significativamente para a mudança desse quadro de desigualdades. Além disso, sensibilizar os meninos e os homens para os direitos de meninas e mulheres pode, portanto, atuar diretamente na promoção da equidade de gênero.

4. Diversidade de gênero, sexualidade e identidade

O que é identidade?

A identidade é a forma como as pessoas pertencem a certos grupos, culturas, valores, crenças, objetivos e gostos, como se enxergam e como interagem com o mundo social. Identificar e se perceber é um processo complexo e mutável, influenciado pelo contexto social e cultural no qual se está inserido. Dessa forma, não se nasce com uma identidade única e fixa. É mutável, pois varia de acordo com o meio social e seu desenvolvimento. Complexa, pois a pessoa, ao definir quem é e ao que está vinculada, necessariamente, está reforçando o que não é, e aquilo do que se distancia. O aspecto relacional da identidade tem tanto a ver com os papéis que se assumem quanto com a possibilidade de assumir diversas identidades: na família, podem ser filhas(os), pais ou mães, irmãs(ãos) ou tias(os); no meio profissional, podem ser professoras(es), advogadas(os), entre outras inúmeras possibilidades.

O que é diversidade?

O que vem em mente quando se escuta a palavra diversidade? A diversidade é como um quadro amplo de toda a variedade de identidades e culturas humanas. O fato de termos características peculiares enquanto indivíduos, que, reunidas, formam a nossa identidade, e enquanto sociedade, elabora a teia complexa das relações humanas.

Assim sendo, a convivência harmoniosa dessas inúmeras características é fundamental para o respeito ao diverso. A diversidade está vinculada aos conceitos de multiplicidade ou mesmo pluralidade por comportar o conjunto de diferenças e valores compartilhados por indivíduos na sociedade.

Ao tomar certas identidades e formas diferenciadas de se estar no mundo como inadequadas, não reconhecidas, constroem-se pressuposições que podem levar a generalizações abusivas e à reprodução de estereótipos. Isso leva a uma série de julgamentos que são prejudiciais ao desenvolvimento e ao relacionamento entre os indivíduos: o preconceito, a discriminação, a

violência e a exclusão social.

Nesse sentido, pensar a diversidade é um processo importante para a construção da identidade, já que ela tem um papel crucial na criação de valores e atitudes que permitam uma melhor convivência entre as pessoas, o respeito, o exercício da escuta entre todos os setores para a garantia de direitos básicos, o reconhecimento da diversidade de grupos e de pertencimentos diversos.

O que é sexualidade?

O tema da sexualidade aparece como um tabu, sobretudo nos últimos anos, havendo muita dificuldade de se avançar nesse debate e também no reconhecimento de sua importância.

A importância de desmistificar a sexualidade

Uma definição possível é a compreensão de que a sexualidade abarca a expressão física, psicológica e cultural pela qual nossos corpos se relacionam, por meio da afetividade, atração, reprodução ou mesmo a forma como eles se relacionam consigo e com outros. Importante dizer que a sexualidade não se restringe ao ato sexual ou à mera atração física, mas é atravessada, desde o nascimento, por fatores culturais, sociais e se manifesta em pensamentos, falas, crenças e sentimentos. Dessa forma, a cultura influencia o desenvolvimento de habilidades e comportamentos que afetarão a forma como esses indivíduos viverão a sua sexualidade e como direcionarão seu olhar para a sexualidade dos(as) outros(as) — esse(a) outro(a) pode ser uma mulher, uma pessoa jovem, uma pessoa idosa ou pessoas LGBTQIAPN+, por exemplo.

Entraves para a diversidade sexual e de gênero na educação

A partir de algumas pesquisas sobre a diversidade na educação, transmitidas pelo Futura, destacou-se que a falta de preparo para lidar com a diversidade de gênero e sexual “muitas vezes faz com que a escola se reverta em ambiente hostil para estudantes. Pesquisas revelam que a população LGBTQIAPN+ é uma das mais vulneráveis a entrar nas estatísticas de evasão escolar” (LOBO, 2021). Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil, 2016¹, 60,2% dos estudantes se sentem inseguros no espaço escolar por causa da sua orientação sexual e 40,8% pela maneira como expressam o seu gênero. Outro dado produzido pela Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 2016, estima que, no Brasil, 82% das pessoas trans e travestis tenham abandonado os estudos ainda na Educação Básica.

O que é diversidade sexual e de gênero?

A diversidade sexual e de gênero diz respeito ao reconhecimento e à luta pela garantia de direitos civis, para toda a diversidade de sexos, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que compõem essa pluralidade. No Brasil e em outros Países da América Latina, as relações homoafetivas e transafetivas estão sendo cada vez mais consolidadas e ganhando maior visibilidade, como fruto de transformações sociais e culturais conquistadas pelas lutas de movimentos feministas e LGBTQIAPN+, que foram determinantes na consolidação de políticas públicas voltadas aos direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos humanos. No entanto,

ainda são necessários muitos avanços. Em muitas famílias, escolas, locais de trabalho e de lazer, pessoas LGBTQIAPN+ sofrem preconceitos e são temidas. Essas reações derivam, em geral, da falta de conhecimento e da negação do assunto. Debates sobre o tema são importantes, em busca de uma sociedade mais plural e solidária.

Principais leis que constroem a criação de ambientes múltiplos, diversos e sem discriminações gerais:

Marcos legais

Constituição Brasileira — art. 5º caput; art. 5º, inciso X; art. 3º. Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 — artigos 1º e 2º.

Código Penal — art. 140, parágrafo 3º.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), Pacto de San José da Costa Rica
Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Programa de Combate à Intimidação Sistemática — Bullying.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 — Institui o

Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH—3.

Gênero

Convenção Interacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979). Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1999)— Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Orientação sexual e Identidade/ Expressão de gênero Em 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal determinou que a retificação do registro civil (alteração de nome) no tocante às pessoas trans e travestis deve se dar de modo desburocratizado, ou seja, sem demanda judicial, nos próprios cartórios, por meio de autodeclaração, sem limite de idade (respeitando a maioridade civil e a representação dos responsáveis no caso das pessoas menores de idade), sendo desnecessária tanto a apresentação de laudos psicológicos e psiquiátricos quanto a cirurgia de readequação sexual.

Resolução 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD/LGBT). Fica estabelecido que deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada um. Decisões do Superior Tribunal Federal: Direito à identidade de gênero das pessoas trans (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275). Enquadramento da discriminação e da violência LGBTfóbica como crime de racismo (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/Mandado de Injunção nº 4733).

Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5. Direitos sexuais e reprodutivos

Direitos sexuais e reprodutivos

Os direitos sexuais referem-se aos direitos que garantem que toda e qualquer pessoa possa viver sua sexualidade com liberdade, tendo acesso ao conhecimento e à livre expressão do desejo e do prazer, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual etc. Já os direitos reprodutivos compreendem o direito básico de toda pessoa de decidir, livre e responsavelmente, se quer ter filhos e filhas ou não, o número de filhos e filhas desejados e o tempo entre as gestações. Também são direitos reprodutivos o acesso à informação para a tomada consciente de decisões, aos métodos de prevenção à Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e ao HIV, aos métodos de prevenção e interrupção da gravidez não planejada, ao sistema de saúde e ao pré-natal gratuito, entre outros meios para que as pessoas possam ter o mais elevado padrão de saúdes sexual e reprodutiva.

Os principais pontos desses direitos serão trabalhados na atividade 5 deste caderno.

Direitos sexuais e direitos reprodutivos na adolescência e na juventude

Os direitos sexuais e direitos reprodutivos ocupam uma posição fundamental para a construção da igualdade de gênero e para o desenvolvimento da autonomia dos jovens. É necessário reconhecer, no entanto, que as condições de construção da autonomia estão mais ou menos colocadas conforme as relações e estruturas sociais em que adolescentes e jovens estão inseridos e que são marcadas por muitas formas de desigualdades. Isso assume uma posição mais significativa, pois, além de essas faixas etárias encararem novos desafios nas suas relações pessoais e com relação à sua sexualidade, “estatísticas oficiais evidenciam que a população jovem enfrenta um quadro de iniquidades em termos educacionais e no acesso ao mercado de trabalho, aos bens culturais, aos serviços de saúde, e, especialmente, à proteção contra a violência”. Não é demais registrar que tudo isso mantém estreito vínculo com a reprodução de desigualdades de renda, raça/etnia, gênero, orientação sexual, territorialidade etc. (Silva e Andrade, 2009).

Nessa seara, adolescentes e jovens são reconhecidos socialmente como pessoas sexuadas, livres e autônomas, o que os tem submetido a situações de vulnerabilidade, nos planos pessoal, social e institucional, e a diversas interdições pessoais. Um exemplo emblemático é a questão da gravidez da adolescência e a correlação imediata com a questão das maternidades na adolescência, com a consequente invisibilidade da paternidade. Disso decorre que os problemas relacionados à questão da divisão sexual do trabalho, os estereótipos relacionados à sexualidade masculina e ao papel do cuidado dos filhos no âmbito desses arranjos, o acesso dos jovens ao mercado de trabalho tornam-se temas urgentes. Compreender as construções sociais que envolvem a esfera da reprodução nos adolescentes é importante, mas também é fundamental fazer um exercício, entre profissionais de saúde, de educação e pesquisadores, sobre o lugar ou o “não lugar” que damos a eles na gravidez durante a adolescência e as condições de subsistência econômica desses jovens e o seu acesso ao mercado de trabalho.

O que é sexualidade?

O tema da sexualidade aparece como um tabu, sobretudo nos últimos anos, havendo muita dificuldade de se avançar nesse debate e também no reconhecimento da sua importância.

Saúde, sexualidade e juventude

Faz parte da saúde reprodutiva o bem-estar físico, mental e social em todos os âmbitos que se referem ao sistema reprodutivo, suas funções e processos. Não se trata apenas da ausência de doenças ou enfermidades. A saúde diz respeito a um processo contínuo de garantia de condições amplas de qualidade de vida, satisfação pessoal e fortalecimento para a vida social. Nas últimas décadas, as leis e as políticas internacionais e nacionais avançaram, e os direitos à saúde sexual e reprodutiva passaram a ser reconhecidos como direitos humanos e são fundamentais para o enfrentamento de desigualdades estruturais que impedem as plenas condições de desenvolvimento humano.

O grande desafio para uma política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens é justamente o de implementar ações de saúde que atendam às especificidades dessa população, de modo integral, e respondam às demandas colocadas pelas condições decorrentes das distintas situações de vida dos adolescentes e jovens do País. Essas ações devem considerar as desigualdades de gênero, baseadas na raça/cor, na orientação sexual e na classe social, e contribuir para a sua superação. É preciso considerar, também, as diferenças culturais e as desigualdades socioeconômicas entre as diferentes regiões do País e o seu impacto na situação de saúde e na organização das ações.

Direitos sexuais e reprodutivos – diversidade sexual e de gênero

As pessoas LGBTQIAPN+ têm enfrentado barreiras adicionais que dificultam o acesso aos direitos, à informação e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. A orientação sexual tem sido uma dimensão marcada por forte reprodução de preconceitos e estigmas, que muitas vezes se revertem em violência institucional, perpetrada por agentes públicos. A livre expressão da sexualidade tem sido negada como um direito humano e, muitas vezes, criminalizada, fazendo com que essa população enfrente altos níveis de violência. A transfobia e a homofobia têm-se revelado uma das formas de violação de direitos reproduzida no cotidiano, colocando-se como obstáculo ao acesso e ao exercício dos direitos civis por pessoas LGBTQIAPN+.

6. Para saber mais

“Abraçando a diversidade e a inclusão”, da Abrasce, Mais Diversidade, Aliança Nacional LGBTI+, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH). Disponível em https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/268184/1620922461Cartilha_Diversidade_Inclusao_Abrasce.pdf

Artigo “As cores da Masculinidade”, de Mara Viveros Vigoya, de Isaac Palma. Disponível em <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2456>

Artigo “Diversidade sexual no mundo”, do Portal Politize! Disponível em <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/diversidade-sexual-no-mundo/>

Artigo “Diversidade”, do Portal Infojovem. Disponível em <https://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/diversidade/>

Artigo “Educação sexual para a prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes”, de Childhood Brasil. Disponível em <https://www.childhood.org.br/educacao-sexual-para-a-prevencao-do-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20%C3%A9%20uma,sexual%20contra%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes.&text=O%20di%C3%A1logo%20sobre%20temas%20que,emocional%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes>

Artigo “Ideologia de gênero”, de Lorena Mochel. Disponível em <https://religioepoder.org.br/artigo/ideologia-de-genero/>

Artigo “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, de R. Connell e James W. Messerschmidt. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>

Artigo “No dia internacional do orgulho LGBTQIA+, veja a importância da diversidade na educação”, do Canal Futura. Disponível em <https://www.futura.org.br/no-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqia-veja-a-importancia-da-diversidade-na-educacao/>

Artigo “Precisamos falar sobre masculinidades femininas”, de Adriana Azevedo. Disponível em <https://hysteria.etc.br/ler/precisamos-falar-sobre-masculinidades-femininas/>

Artigo “Vamos falar de gênero?” do Portal Politize! Disponível em <https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>

“Butler e a desconstrução do gênero – Resenha de Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, de Carla Rodrigues. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100012/7828>

“Caderno Violências Baseadas em Gênero na Assistência Social”, de Instituto Promundo, Banco Mundial e Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer de Salvador. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/caderno_VBG_promundo_10.pdf

“Cartilha Agente M – promovendo saúde e equidade de gênero entre adolescentes e jovens”, do Instituto Promundo, Astrazeneca e Plan International. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2015/08/AgenteM_Miolo_FINAL_04SET—1.pdf

Currículo do programa “Uma vitória leva à outra”, do Empodera. Disponível em <https://empodera.sfo2.digitaloceanspaces.com/uploads/production/post/2021/06/123/056cb523-c335-4600-abd7-60eb70c0cb2b.pdf>

Folheto “Direitos humanos, democracia e participação do Programa Escola de Lideranças”, da Plan International. Disponível em https://plan.org.br/wpcontent/uploads/2019/04/modulo2_escoladelideranca_20160914_web.pdf

“Gênero e Educação – Ofensivas antigênero no Brasil políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social”, do ABIA – Observatório de Políticas de Sexualidade, Ação Educativa, Gênero e Educação, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, Conselho Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM/Brasil), CONECTAS Direitos Humanos, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais e IPAS. Disponível em <https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relato%CC%81rio-ofensivas-inal.pdf>

“Gênero: a história de um conceito”, de Adriana Piscitelli. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275208/mod_resource/content/1/PISCITELLI%2C%20Adriana.%20G%C3%AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito..PDF

“Guia Estrada de Direitos”, do Instituto Promundo, Plan Internacional e Banco Mundial. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/09/guia_pedagogico_promundo_plan_FINAL.pdf

“Marco Teórico e Referencial: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens”, do Ministério da Saúde. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf

“Meu corpo me pertence – reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação”, do Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA). Disponível em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2021-highlights-br_web_1.pdf

“O SUS e a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens no Brasil”, do Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA). Disponível em http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pub_sus.pdf

Pesquisa “Direitos das Meninas para um Futuro com Igualdade: Compromissos na América Latina e no Caribe”, do Unicef Brasil. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/15486/file/direitos-das-meninas-para-um-futuro-com-igualdade-resumo-executivo.pdf>

“Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra violência sexual”, de Caroline Arcari. Disponível em <https://www.pipoefifi.org.br/>

7. Propostas de atividades

ATIVIDADE 1 – O QUE É GÊNERO?

Objetivo: entender as diferenças entre sexo e gênero e entre os termos igualdade e equidade de gênero.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: uma caneta ou um lápis para cada participante, folhas de papel, flipchart, pincel atômico, computador, projetor ou TV.

Descrição da atividade:

ETAPA 1: Aprendendo a diferenciar o que é sexo de gênero (15 min)

Em roda, comece um bate-papo a partir das seguintes questões:

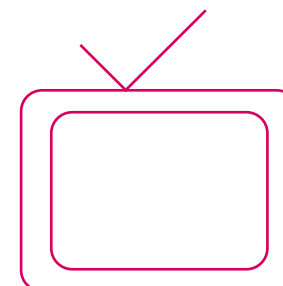
- **Você já ouviu a palavra gênero?**
- **O que a ideia dessa palavra significa para você?**
- **Qual a diferença entre gênero e sexo?**
- **Vocês acham que as pessoas, no geral, sabem o que significa a palavra gênero?**
- **Existem preconceitos ou angústias que cercam esse conceito? Quais?**

Após essas reflexões, exiba na TV ou no projetor e trabalhe a diferenciação destes termos:

Sexo – Arelado às características sexuais e pode ser identificado no nascimento por médicos com base nas genitálias, nos hormônios e nos cromossomos que carregamos. A maioria das pessoas recebe o gênero masculino ou feminino, e é isso que geralmente aparece na certidão de nascimento.

Gênero – Inclui papéis e expectativas que a sociedade tem sobre comportamentos, pensamentos e características que acompanham o sexo atribuído a uma pessoa. Por exemplo, ideias sobre a maneira que alguns esperam que homens e mulheres se comportem, se vistam e se comuniquem ajudam a construir a concepção de gênero.

Identidade de gênero – Modo como o indivíduo se identifica com relação ao seu gênero. Em suma, representa como a pessoa se reconhece: homem, mulher, ambos ou nenhum dos gêneros, independentemente do seu sexo de nascimento. O que determina a identidade de gênero é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma como deseja ser reconhecida pelas demais.



ETAPA 2: Jogo do gênero (20 min)

Distribua folhas em branco para o grupo e peça que cada participante as numere de 1 a 10. Na sequência, serão lidas 10 frases que podem se relacionar aos conceitos de gênero ou sexo. Eles devem anotar as respostas ao lado do número correspondente. Conforme forem respondendo, peça que levantem as mãos aqueles que acham que a frase lida se relaciona com gênero e, em seguida, os que acham que se relaciona com sexo. Leia a resposta na sequência, fazendo as considerações que achar pertinentes:

Frase 1 – Mulheres dão à luz bebês, homens não.

R: Sexo. Apenas mulheres conseguem engravidar.

Frase 2 – Meninas devem ser delicadas, meninos devem ser durões.

R: Gênero. Esse é um estigma inventado pela sociedade patriarcal.

Frase 3 – A voz dos homens muda mais rápido na puberdade do que a das mulheres.

R: Sexo, entretanto, a mutação ocorre nas meninas entre os 10 e os 15 anos de idade, e nos meninos entre os 11 e os 16 anos de idade.

Frase 4 – A responsabilidade de evitar a gravidez é da mulher.

R: Gênero. A responsabilidade na escolha de métodos contraceptivos é igualmente do casal, assim como na prevenção das ISTs.

Frase 5 – Homens têm mais dificuldade de cuidar da casa e dos filhos.

R: Gênero. Homens e mulheres têm a mesma capacidade e responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos.

Frase 6 – Mulheres podem amamentar bebês, homens podem alimentá-los por meio da mamadeira.

R: Sexo. Por questões biológicas, apenas as mulheres são capazes de amamentar.

Frase 7 – Mulheres não conseguem atuar em todas as profissões em que os homens atuam.

R: Gênero. Por muito tempo, mulheres em todo o mundo foram subjugadas e estereotipadas para determinadas funções em sociedade. Entretanto, as mulheres são capazes de atuar nas mesmas profissões que os homens.

Frase 8 – Homens têm mais dificuldade em controlar a libido que as mulheres.

R: Gênero. É um mito que o homem tem mais desejo sexual que a mulher. Ainda que os níveis de testosterona interfiram na libido, muitas outras coisas também pesam, como ansiedade e hábitos saudáveis. Logo, não é certo afirmar que, de forma geral, homens têm mais libido que mulheres.

Frase 9 – Mulheres têm mais dificuldade em conciliar as tarefas de casa, filhos e vida profissional.

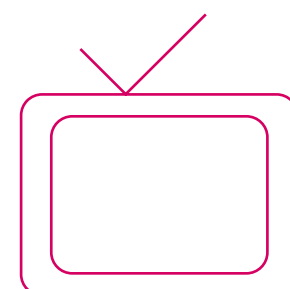
R: Gênero. A desigualdade de gênero e a falta de participação dos homens no cotidiano da casa e da família criam vários obstáculos para as mulheres no mercado de trabalho.

Frase 10 – Ser homossexual ou transexual é uma escolha.

R: Gênero. A sexualidade e o desejo sexual das pessoas são direcionados internamente e elas não optam por qual gênero sentirão atração afetiva e sexual. Da mesma forma, transexuais não escolhem sua identidade de gênero. Pesquisas mostram que existe uma base biológica na origem da transexualidade ligada a questões genéticas e hormonais.

ETAPA 3: Igualdade x equidade de gênero (15 min)

Explique ao grupo que há vários termos relacionados à palavra "gênero" que também precisam ser abordados. Pergunte aos participantes se eles conhecem o termo "igualdade de gênero". Pergunte a eles o que acham que isso significa. Após ouvi-los, exiba na TV ou no projetor a definição abaixo:

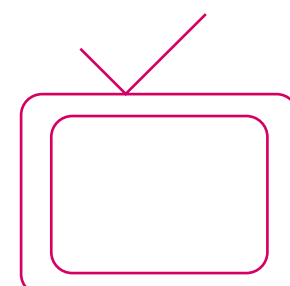


Igualdade de gênero significa que homens e mulheres gozam do mesmo status. Ambos compartilham das mesmas oportunidades para garantir os seus direitos e desenvolver potenciais humanos que contribuam em todas as esferas da sociedade (econômica, política, social e cultural) e se beneficiam delas.

Pergunte ao grupo se a definição faz sentido. Depois disso, reflita com eles:

Historicamente, homens e mulheres tiveram as mesmas oportunidades de estudo, trabalho, direitos e status em todas as esferas da sociedade?

Vocês acham que igualdade de gênero existe de fato? Na sequência, projete outra definição:



Equidade de gênero diz respeito a uma tentativa de reparação histórica, que visa a eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher, a fim de estabelecer a igualdade entre todos com base no reconhecimento das necessidades e características próprias de cada gênero, especialmente com relação às desvantagens e às vulnerabilidades que as mulheres enfrentam enquanto grupo.

Questione o grupo se essa definição não faria mais sentido com relação à realidade em que se vive em diferentes partes do mundo, e como podemos fazer para alcançar a equidade de gênero. Encerre refletindo sobre como precisamos educar as pessoas para que sejam mais sensíveis sobre as questões de gênero, encorajando comportamentos que busquem e promovam a equidade de gênero, a fim de que homens e mulheres tenham vidas mais saudáveis e felizes.

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: Você pode utilizar ferramentas digitais, como o Mentimeter, para transformar o Jogo do Gênero em um quiz interativo, com exibição da estatística dos resultados em tempo real.

ATIVIDADE 2 – EMPODERAMENTO FEMININO E FEMINILIDADE

Objetivo: trabalhar o empoderamento de mulheres e meninas como forma de enfrentar as desigualdades de gênero e de ampliar perspectivas de futuro para além do casamento.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: folhas de papel, lápis ou canetas, computador, projetor ou TV.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – A importância do empoderamento de meninas (15 min)

Comece o encontro convidando o grupo a conhecer a história de Ana e João. Exiba o vídeo “O Desafio da Igualdade”, da Plan International (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=O4uOUHEq2f4>).

Ao final, reflita com o grupo:

1. Como Ana foi criada? E João?
2. Quais as atribuições dadas a cada um deles?
3. É justa a diferença de tratamento entre eles?
4. Quais as consequências dessas formas de gênero?
5. A quais violências e/ou violações de direitos Ana pode ser exposta?
6. Qual a importância de reverter esse quadro? Como isso é possível?

ETAPA 2 – O objetivo do desenvolvimento sustentável número 5 (15 min)

Pergunte à turma se eles já ouviram falar sobre a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Explique que se trata de um Plano de Ação Universal, adotado em 2015 por 193 Países membros da ONU, e que abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança.

Uma das estratégias do plano são os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, 17 objetivos e 169 metas de ação global. Entre esses ODSs está o ODS 5, que tem como meta alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas até 2030. Projete para todos e realize coletivamente a leitura das metas previstas no ODS 5:

Objetivo 5. Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Metas do Objetivo 5

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o “Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento” e com a “Plataforma de Ação de Pequim” e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.7 Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.8 Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

ETAPA 3 – Revertendo expectativas de futuro (20 min)

Voltando à história da Ana e de tantas meninas reféns de estereótipos de gênero desde pequenas no Brasil, pergunte ao grupo:

1. Como poderia ser a vida dessas meninas se fossem oferecidos a elas repertórios mais amplos de futuro desde a primeira infância?
2. Como reverter as princesas em meninas empoderadas?



Exiba o vídeo "Sou princesa sou real/Você pode ser quem quiser", da Disney (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fAOjPGwXgjE>) e divida a turma em 4 grupos. Peça a eles que pensem em ações para implementação das metas do ODS 5 dentro do seu cotidiano e em atividades dentro das instituições em que estudam/atuam.

Após a apresentação das propostas de cada grupo, você pode, ainda, dar algumas dicas para a realização de atividades preventivas com meninas ou mulheres, tais como: explorar biografias de mulheres que fizeram a diferença em diferentes campos do conhecimento; organizar rodas de conversa sobre cada uma das metas; e sugerir livros e filmes que discutam o papel da mulher para diferentes idades.

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais, como o Miro, o Padlet e o Jamboard, para reunir as sugestões da etapa 3 de forma interativa com os participantes.

ATIVIDADE 3 – MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E SUBALTERNAS

Objetivo: refletir sobre formas de masculinidades hegemônicas e subalternas
Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.
Duração mínima: 50 minutos.
Materiais necessários: folhas impressas com o gráfico, um lápis ou uma caneta para cada participante, 4 folhas de cartolina ou papel pardo e pincel atômico.

Descrição da atividade:
ETAPA 1 — O tempo de cada um (20 min)

Entregue uma folha impressa com a imagem abaixo para cada participante:

2ª F	3ª F	4ª F	5ª F	6ª F	Sáb	Dom

Peça a eles que pensem na sua rotina da última semana e marquem nos quadrados se realizaram uma das 8 atividades que serão detalhadas pelo mediador. As atividades serão lidas uma a uma, dando tempo de pausa para que os participantes pintem se realizaram a tarefa e em qual dia da semana.

- Atividade 1 – Cozinhar
- Atividade 2 – Lavar louça
- Atividade 3 – Lavar roupa
- Atividade 4 – Cuidar dos filhos e/ou irmãos
- Atividade 5 – Levar ou buscar os filhos e/ou irmãos na escola
- Atividade 6 – Fazer compras no supermercado ou na feira
- Atividade 7 – Trabalhar fora
- Atividade 8 – Limpar casa

A ideia é que cada um forme um gráfico que mostre a quantidade de atividades realizadas dia a dia. Quando todos tiverem finalizado, peça que mostrem os seus gráficos, realizando comparações entre os participantes, principalmente a diferença entre os gráficos de homens e mulheres. Questões para reflexão:

- Existe alguma desigualdade de gênero presente nesses diferentes gráficos?
- Quais são as diferenças entre a participação das mulheres e dos homens no cuidado com a casa e com os filhos?
- Como essas diferenças estão relacionadas aos diferentes papéis e oportunidades das mulheres e dos homens no espaço externo (escola, trabalho)?
- Os homens são capazes de desenvolver as tarefas domésticas tanto quanto as mulheres? Por quê?
- Os homens são capazes de cuidar dos filhos tanto quanto as mulheres? Por quê?
- Quais são os benefícios de a mulher e o homem compartilharem igualmente o cuidado com os filhos e as responsabilidades domésticas?
- Além do baixo envolvimento nas atividades domésticas de uma forma geral, quais são os outros privilégios sociais que os homens têm em relação às mulheres?

Liste com o grupo os privilégios que as normas de gênero historicamente convencionaram para homens e mulheres. Considere, também, alguns direitos básicos como a livre circulação pela cidade com mais segurança em diferentes horários, de vestir o que quer, a liberdade de escolha de profissões, entre outros.

ETAPA 2 – Diferentes tipos de masculinidades (10 min)

Após este primeiro momento, questione ao grupo se eles acham que todos os homens gozam do mesmo privilégio na sociedade. Faça perguntas do tipo:

- Homens negros podem circular na cidade da mesma maneira que homens brancos? E homens gays ou transexuais?
- Que tipo de situações particulares esses homens vivem no dia a dia? Homens brancos cisgêneros passam por essas mesmas situações?
- Essas masculinidades têm o mesmo acesso ao mercado de trabalho?

Reforce, ainda, que os homens também precisam ser engajados no questionamento de normas de gênero e masculinidades, deixando de reproduzir crenças e expectativas opressivas com as pessoas com as quais se relacionam. A transformação de normas que naturalizam os papéis de mulheres e homens, envolvendo ambos, é fundamental para o alcance de resultados relacionados à desigualdade econômica e de gênero, à saúde e à redução da violência.

Etapas 2 – Repensando atitudes (20 min)

Coloque 4 cartazes no chão, distribuídos em cada canto da sala, cada um com uma frase: “Concordo fortemente”, “Discordo fortemente”, “Concordo” e “Discordo”. Deixe espaço suficiente entre eles para que os participantes possam se reunir em volta dos cartazes. Leia as frases que estão mais abaixo e peça que cada um se direcione para a resposta que mais achar apropriada para cada uma delas.

Depois de terem se dirigido ao ponto escolhido, peça que um ou dois participantes expliquem a razão de terem escolhido aquele cartaz. Peça que eles digam porque se sentem assim com relação à frase lida. Depois de alguns participantes terem falado sobre as suas atitudes com relação à frase, pergunte se alguém quer mudar de ideia e dirigir-se para outro cartaz. Depois reúna todos no meio da sala novamente e leia a frase seguinte.

Frase 1 – As mulheres desempenham melhor o papel materno do que os homens desempenham o paterno.

Frase 2 – A mulher tem a responsabilidade de evitar a gravidez.

Frase 3 – Um homem é mais “homem” se tiver muitas parceiras sexuais. Frase 4 – O sexo é mais importante para os homens do que para as mulheres.

Frase 5 – Não há problema se o homem fizer sexo fora do relacionamento, desde que sua parceira não saiba. Frase 6 – Os homens são mais inteligentes que as mulheres.

Frase 7 – Os homens negros são mais aptos a realizar trabalhos pesados do que os homens brancos. Frase 8 – Uma mulher que tenha preservativos na sua bolsa não é uma mulher confiável para um relacionamento.

Frase 9 – Mulheres usam roupas sensuais para provocar os homens. Frase 10 – A homossexualidade é natural e normal.

Se todos os participantes concordarem sobre uma das frases, seja o “advogado do diabo”. Vá para o lado oposto da sala e pergunte “por que alguém escolheria este outro lado da sala? Que valores essa pessoa teria para isso?”

Explique aos participantes que essa atividade foi elaborada para lhes dar uma compreensão geral das suas próprias atitudes e valores, bem como dos outros colegas com relação a gênero. Lembre-os de que todos têm o direito de ter sua opinião e que o ponto de vista de cada um deve ser respeitado. Perguntas para reflexão:

- 1. Com relação a que frases vocês já tinham opiniões formadas ou sentimentos mais fortes? Por quê?**
- 2. Como vocês se sentiram ao falar sobre uma opinião que divergia da de outros participantes?**
- 3. Como vocês acham que as atitudes das pessoas sobre uma mesma frase podem afetar a forma como lidam com homens e mulheres nas suas vidas?**
- 4. Como vocês acham que as atitudes das pessoas sobre as frases ajudam ou atrapalham a promoção da igualdade de gênero, a redução da violência contra mulheres e a contaminação por ISTs?**
- 5. O que precisamos fazer para ter masculinidades mais positivas no enfrentamento do machismo?**

Muitas vezes, as nossas atitudes com relação ao gênero podem estar em conflito com as dos outros. É importante respeitar as atitudes dos outros, mas também promover a reflexão se suas atitudes e valores podem ser nocivos às outras pessoas. Encerre a atividade lembrando aos participantes que, ao se trabalhar com questões de gênero, é igualmente importante desafiar seus próprios valores e crenças pessoais sobre o assunto.

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: Você pode utilizar plataformas online para criação e compartilhamento de apresentações de slides com interatividade, como o Mentimeter, para fazer gráficos comparativos entre os homens e as mulheres do grupo na etapa 1 e, ainda, transformar a etapa 2 em um quiz interativo com a mesma ferramenta.

ATIVIDADE 4 – DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE

Objetivo: trabalhar a diferenciação entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Quem eu sou? (20 min)

Proponha uma atividade de relaxamento aos participantes. Peça que se sentem de forma confortável e faça perguntas para que eles mentalizem em silêncio:

- 1. Quem eu sou?**
- 2. Como eu me sinto no mundo?**
- 3. Como é o meu corpo? Me sinto confortável nele?**
- 4. Quais são os meus gostos?**
- 5. Quais são as minhas referências?**
- 6. Como sou aceito na rua? Na escola? Na minha família?**
- 7. Por que tipo de pessoa me interessou afetivamente?**
- 8. Tenho liberdade para ser quem eu sou e amar quem eu quiser?**

Aos poucos, peça que eles abram os olhos. Pergunte, ao final:

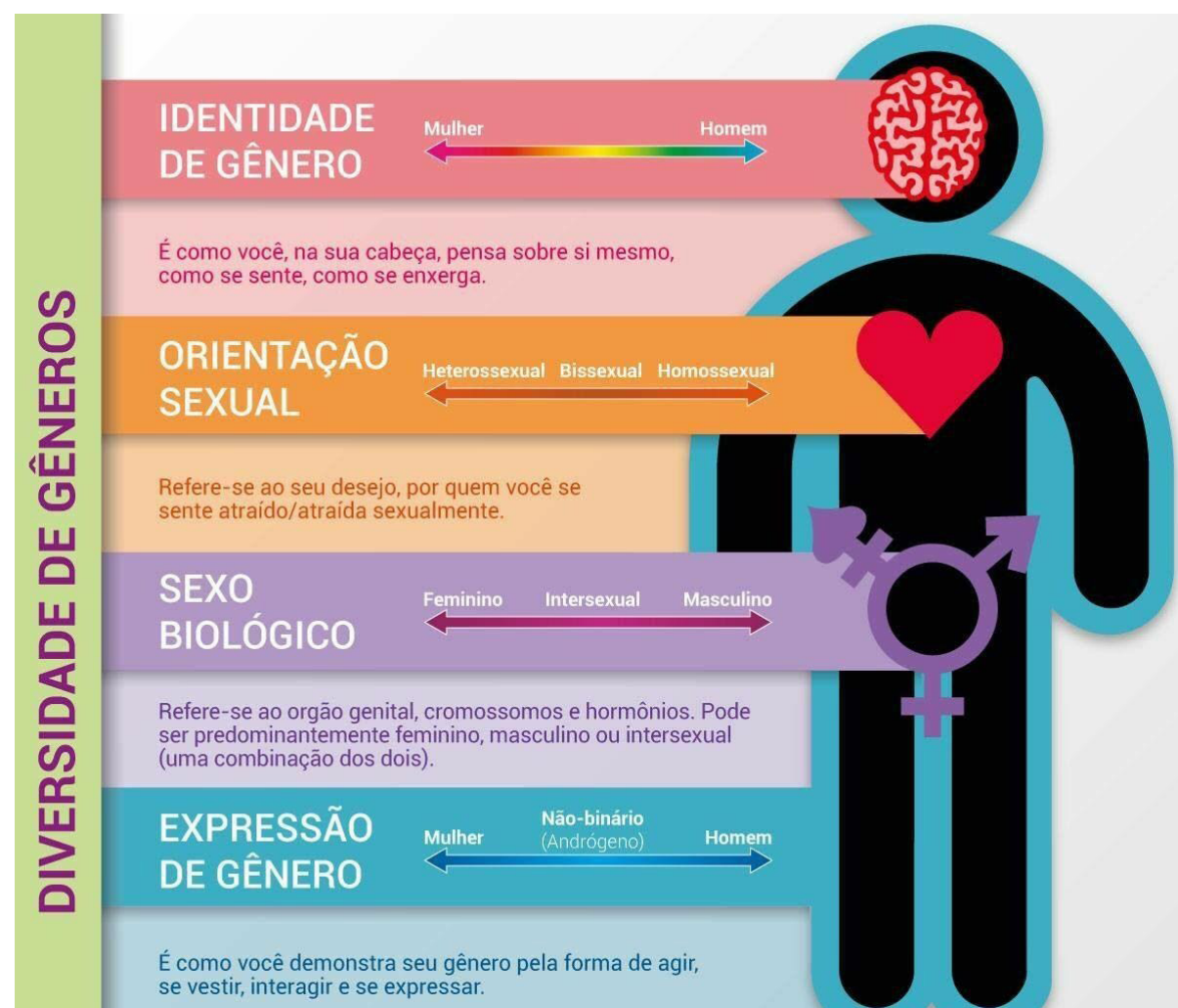
- 1. Como foi essa viagem ao seu interior?**
- 2. Como você se sentiu se conectando consigo mesmo?**
- 3. E como você se sentiu nessa experiência de reflexão sobre o seu corpo e afetividades? Por quê?**
- 4. A forma como as pessoas se relacionam com seus corpos, suas imagens e com a sua sexualidade é igual?**
- 5. Quais são as barreiras e/ou tabus que podem tornar essas vivências diferentes?**
- 6. Que corpos e tipos de relacionamento são comumente marginalizados na nossa sociedade? Por quê?**
- 7. Qual é a diferença entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual?**

ETAPA 2 – Cada coisa em seu quadrado (15 min)

Após reunir as impressões gerais do grupo sobre cada um desses conceitos, exiba o vídeo "Sexualidade e Gênero", do Canal Rebell motion, e promova uma reflexão rápida sobre as definições apresentadas. Ele está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=y9ldf5CnMEo>

Explique para o grupo que a identidade de gênero (se o indivíduo se sente como um homem ou uma mulher) não tem nada a ver com a sua orientação sexual, seu sexo biológico ou mesmo sua expressão de gênero.

Para ajudar a ilustrar a diferenciação entre esses conceitos, você pode projetar o esquema abaixo para a turma, contextualizando com exemplos:



ETAPA 3 – Para não fazer confusão... (15 min)

Para encerrar o encontro, projete o quadro abaixo e leia as definições coletivamente para detalhar e tirar todas as dúvidas sobre diversidade sexual.

SEXO BIOLÓGICO

Feminino – Pessoas com cromossomos XX e que geralmente têm órgãos sexuais e reprodutivos femininos.

Masculino – Pessoa com cromossomos XY e que geralmente têm órgãos sexuais e reprodutivos masculinos.

Intersexo – Pessoas que nascem com características sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Transexuais – Pessoas que se identificam com o gênero diferente daquele atribuído no nascimento e desejam ser reconhecidas pelo gênero com o qual se identificam. O que determina se a pessoa é transexual é a sua identidade e não qualquer processo cirúrgico ou hormonal. Há tanto homens trans, transmasculinos, quanto mulheres transexuais.

Travestis – Uma autodeterminação do contexto brasileiro, que pode ser considerada como um terceiro gênero. São pessoas do gênero feminino que, ao nascer, não foram identificadas como sendo do gênero feminino. Elas podem ou não modificar seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, isso não é uma regra para todas. Atenção: o termo correto é "A" travesti.

Cisgênero – Pessoa que se identifica com o gênero atribuído no nascimento.

Não binário – Pessoa cuja identidade de gênero não se enquadra no que é estabelecido socialmente como feminino nem como masculino.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Heterossexuais – Pessoas que têm sentimentos afetivos e atração sexual por outras pessoas com identidade de gênero diferente. Ou seja, alguém de identidade de gênero feminina que se relacione com outra pessoa de identidade de gênero masculina.

Bissexuais – Pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos, independentemente da identidade de gênero.

Gay (homossexual) – Denominação específica para homens que, independentemente da identidade de gênero, relacionam-se afetiva e sexualmente com outros homens. Note que tanto faz se a pessoa é trans ou não, o que importa para esse conceito é a identidade de gênero e não o sexo biológico. O que, obviamente, não impede que a pessoa sinta-se atraída exclusivamente por pessoas cisgêneras.

Lésbica (homossexual) – Denominação específica para mulheres que se relacionam, independentemente da identidade de gênero, afetiva e sexualmente com outras mulheres.

Assexuais – Pessoas assexuais não se sentem atraídas sexualmente por outras, seja qual for sua identidade de gênero.

Pansexual – São pessoas que podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico.

Fonte: Manual orientador sobre diversidade", de Ministério de Direitos Humanos. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1325>

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: Você pode fazer a atividade da etapa 1 como uma meditação, inclusive a distância.

ATIVIDADE 5 – DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

Objetivo: construir com os participantes o entendimento de que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos protegem as pessoas, de modo que cada uma possa viver sua sexualidade e a experiência da reprodução de forma saudável e a partir de suas próprias decisões.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: música de relaxamento, computador, TV ou projetor, tarjetas com casos de gravidez na adolescência.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Quem eu sou? (20 min)

Sugira que os participantes se sentem em círculo, no chão ou em cadeiras, de modo que se sintam confortáveis e relaxados. Peça que fechem os olhos e, ao som de uma música de relaxamento, respirem suavemente, tentando esvaziar a mente.

Aos poucos, oriente que os participantes, ainda de olhos fechados, toquem lentamente diferentes partes de seus corpos e que percebam as sensações manifestadas: peça que toquem a cabeça com a ponta dos dedos, depois a testa, que circulem os olhos com o dedo indicador, que façam movimentos circulares nas bochechas, que puxem suavemente suas orelhas, que unam e massageiem suas mãos etc.

Permaneça em silêncio por alguns segundos após a experiência e, aos poucos, peça que abram lentamente os olhos, respirando profundamente. Após a vivência, pergunte ao grupo:

1. **Como vocês se sentem agora?**
2. **Que tipo de sentimentos e sensações esse exercício trouxe?**
3. **Vocês acham que “sexualidade” tem a ver com esse exercício?**
4. **Como vocês acham que a sexualidade se forma?**
5. **Sexualidade e reprodução são a mesma coisa? Como as duas convergem e como podem ser entendidas separadamente?**

Reforce com o grupo que sexualidade é toda maneira como entendemos nossos corpos, relacionamentos e nossa afetividade. Essa compreensão vai além da mera atração sexual, englobando todos os aspectos da nossa personalidade: valores, crenças, desejos, relações, pensamentos e sentimentos. Já a reprodução diz respeito às relações sexuais propriamente, ou seja, refere-se a qualquer aproximação íntima que envolva os órgãos sexuais das pessoas.

ETAPA 2 – Direitos sexuais e reprodutivos (20 min)

Entendida a diferença entre sexualidade e reprodução, projete o quadro abaixo para a turma, refletindo sobre as diferenças entre os direitos sexuais e reprodutivos e enfocando as particularidades de cada um deles.

DIREITOS SEXUAIS

Os Direitos Sexuais são os direitos que garantem que toda e qualquer pessoa pode viver sua vida sexual com prazer e livre de discriminação. Incluem o direito:

- De viver a sexualidade sem medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros impedimentos à livre expressão dos desejos;
- Direito de viver a sua sexualidade independentemente do estado civil, idade ou condição física;
- A escolher o/a parceiro/a sexual sem discriminação, com liberdade e autonomia para expressar sua orientação sexual se assim desejar;
- De viver a sexualidade livre de violência, discriminação e coerção, com o respeito pleno pela independência corporal do/a outro/a;
- Praticar a sexualidade independentemente de penetração;
- A insistir sobre a prática do sexo seguro para prevenir uma gravidez não planejada e as doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV-Aids;
- À saúde sexual, a qual exige o acesso a todo tipo de informação, educação e a serviços confidenciais de alta qualidade sobre sexualidade e saúde sexual.

Fonte: SOS Corpo – Educação e cidadania. Disponível em <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/direitos-sexuais-e-reprodutivos>

DIREITOS REPRODUTIVOS

Os Direitos Reprodutivos compreendem o direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir, livre e responsavelmente, sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos/as e de ter a informação e os meios de assim o fazer, gozando do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Incluem os direitos:

- Individual de mulheres e homens em decidir sobre se querem, ou não, ter filhos/as, em que momento de suas vidas e quantos/as filhos/as desejam ter;
- De tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência;
- De homens e mulheres participarem com iguais responsabilidades na criação dos/as filhos/as;
- A serviço de saúde pública de qualidade e acessível, durante todas as etapas da vida;
- A doação e ao tratamento para a infertilidade.

Fonte: SOS Corpo – Educação e cidadania. Disponível em <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/direitos-sexuais-e-reprodutivos>

ETAPA 3 – Gravidez na adolescência (20 min)

Divida a turma em 6 grupos. Cada um receberá um card com os seguintes estudos de caso para rápida leitura e reflexão coletiva:

CARD 1

Joana foi abusada sexualmente pelo tio desde seus 3 anos de idade. Quando era mais nova, ela nem sabia direito o que aquilo significava e foi se tornando uma rotina. Quando ela se deu conta de que não gostava daquilo e tentou pará-lo, ele a ameaçou. Aos 12 anos, Joana engravidou do seu tio.

CARD 3

Julia e Arthur estavam em uma festa, acabaram ficando e no final rolou uma oportunidade de transar. Usaram camisinha, mas ela estourou. Julia engravidou.

CARD 4

Amanda toma anticoncepcional injetável e há 3 anos namora Roberto. Um dia ela descobriu que estava grávida.

CARD 5

Jenifer estava ficando com Leo na casa dele e de repente começaram a seguir seus sentimentos e desejos. Eles acabaram perdendo suas virgindades e como não haviam planejado nada, não usaram preservativo. Na verdade, ele e ela nem sabem como se coloca uma camisinha. Até sabem o que é camisinha, mas nunca foram ensinados sobre como se coloca um preservativo. Agora Jenifer está grávida.

CARD 2

Luiza tem 14 anos e namora Rafael, de 17. Ele é o primeiro namorado de Luiza e ela está muito apaixonada! Ela sonha que esse relacionamento vai durar muitos anos, que os dois irão se casar em uma igreja, terão 3 filhos juntos e serão felizes para sempre. Por outro lado, Rafael já teve uma namorada com quem transou antes. Embora ele esteja a fim da Luiza, seu sentimento não é tão forte, mas ele até diz que a ama e que ela é a menina mais linda que ele já viu. Mas quer saber a verdade? Rafael acha Luiza uma tremenda gostosa e está louco para transar com ela. Certa vez, ele disse que ela deveria transar com ele como prova de amor. Ela provou. Outra vez, ele disse que eles deveriam transar sem camisinha, já que a coisa estava séria entre eles. Ela ficou com medo, mas ele insistiu, dizendo que se ela não queria transar sem camisinha era porque estava sendo infiel e que com a outra namorada ele "tirava na hora" e ela nunca engravidou. Luiza cedeu e... agora está grávida.

CARD 6

Lucas e Diana queriam começar sua vida sexual e, por isso, foram à Unidade Básica de Saúde (UBS) para uma consulta. A enfermeira disse que eles poderiam participar de uma oficina sobre métodos contraceptivos e que outros jovens também estariam lá. Após a oficina, Diana conversou com a médica da UBS e consideraram que para ela o método mais apropriado seria a dupla proteção: usar contraceptivo oral e preservativo ao mesmo tempo. Diana e Lucas começaram sua vida sexual mesmo tendo o desafio de esconder da mãe da Diana que ela toma anticoncepcional.



SESSÃO 2 – FAMÍLIA

Segundo a ONU, "Família é gente com quem se conta". Partindo desse pressuposto, este capítulo te convida a refletir sobre o papel da família no desenvolvimento de adolescentes e jovens, olhando para o papel empoderador que ela pode ter à medida que se torna um espaço potente para meninos e meninas, homens e mulheres. Aqui, ainda nessas primeiras linhas, é importante acentuar que a família não deverá estar isolada no seu contexto territorial, mas cercada e beneficiada pela efetivação de políticas públicas que incentivem o seu desenvolvimento e, assim, atuar sobre e com os adolescentes e jovens para seu crescimento pessoal e social.

Peça que um voluntário de cada grupo leia a história de seu grupo para os demais. Após essa rodada, reflita coletivamente com eles:

1. **Vocês acham que essas situações poderiam ser reais?**
2. **Onde adolescentes podem acessar informações precisas e de qualidade sobre sua saúde, seus corpos, seus sistemas reprodutores?**
3. **É importante que eles tenham acesso a essas informações? Por quê?**
4. **Quais são as causas da gravidez na adolescência?**
5. **Nos casos que vocês leram, onde estão ou podem estar as falhas de acesso a direitos sexuais e direitos reprodutivos enfrentadas pelas personagens?**
6. **Que medidas vocês conhecem para reduzir ou prevenir a gravidez?**

Encerre o encontro enfocando que a sexualidade faz parte da nossa vida enquanto ser humano. Na adolescência, o corpo começa a se desenvolver sexualmente, e é natural que meninos e meninas tenham curiosidades sobre seus corpos, sexo e relacionamento, ao mesmo tempo que desenvolvem sentimentos e experimentam sensações prazerosas. Quando as informações não estão ao seu alcance de modo adequado à sua idade, meninos e meninas aprendem sobre sexo e sexualidade em fontes que podem não trazer informações precisas e necessárias. Isso pode levar a uma gravidez não intencional, à vulnerabilidade a Infecções Sexualmente transmissíveis, ao HIV e a serem vítimas de abuso sexual.

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: Você pode dividir a turma em grupos utilizando a ferramenta de salas simultâneas e disponibilizar os cards da etapa 3 em um drive.

1. **Afinal, como pode se configurar uma família?**

Considera-se família a primeira sociedade em que convivemos e que levamos por toda vida, portanto, ela é base para a formação de qualquer indivíduo. Cada um traz consigo experiências, aprendizados e lembranças vividos em família que apresentarão reflexos por toda vida. É referência fundamental para qualquer criança que, independentemente de sua configuração, aprende e incorpora valores.

É importante trazer um pouco da história da família no passar dos anos. Sabemos que a família é a instituição mais antiga. Mesmo antes dos homens formarem grupos e comunidades maiores,

eles se reuniam em família. Nesse período, cada membro possuía obrigações específicas e estava sob a liderança de um ancestral comum, que normalmente era uma figura masculina. Inicialmente, a família era formada por laços sanguíneos de parentesco. Com o passar do tempo, essa configuração foi mudando e a família passou a não se resumir mais a marido, esposa e filhos. Uma grande mudança social ainda vem ocorrendo na sociedade, e, junto com ela, surgem os novos tipos de famílias. Além disso, percebemos que a família vem se formando a partir de diferentes perspectivas e objetivos, como, por exemplo, solidariedade, afetividade, realizações e não apenas por questões econômicas, sociais e religiosas.

Sendo assim, a seguir trazemos as configurações familiares mais comuns encontradas no Brasil.

Família Patriarcal

Este é o modelo familiar existente desde o período Colonial. Aqui, presenciava-se o pátrio poder, em que o marido era soberano sobre a mulher e os filhos. Essa família tinha bases nas funções religiosa e política, além de ter a procriação como objetivo.

União Estável ou Informal

Corresponde a uma unidade familiar entre indivíduos de qualquer sexo, seja casal heterossexual ou homoafetivo, exercida contínua e publicamente, semelhantemente ao casamento.

Família Homoafetiva

Essa é aquela formada por casais do mesmo sexo, sejam dois homens ou duas mulheres.

Família Monoparental

As famílias monoparentais são formadas pela criança ou o jovem e apenas um de seus progenitores (pai ou mãe).

Família Natural, Extensa ou Ampliada

Família natural é aquela formada apenas pelos laços sanguíneos, uma vez que tem como sujeitos o marido, esposa e filhos, restringindo-se, então, a um núcleo familiar.

Já a família extensa ou ampliada vai além da unidade de pais e filhos e tem acréscimo de parentes próximos, com os quais as crianças e os adolescentes convivem. A configuração familiar pode ser o marido, a esposa, os filhos, avós, tios, desde que tenham vínculos e convivência.

Família Substituta

Tipo familiar estabelecido também pela Lei nº 8.069/1990, que a prevê como uma forma excepcional de crianças e adolescentes fazerem parte de uma nova família, por meio de guarda, tutela ou adoção.

Família Reconstituída

A família reconstituída é formada quando pelo menos um dos cônjuges possui um filho de um relacionamento anterior.

Família Anaparental

São as famílias que não possuem a figura dos pais, onde os irmãos tornam-se responsáveis uns pelos outros.

2. Família e Juventude

A adolescência e a juventude, para além de serem períodos turbulentos e de transição, também são períodos de grande potencial para que os jovens se engajem mais profundamente com o mundo que os cerca.

É o momento de mudanças físicas, cognitivas, emocionais, sociais e de construção da moral e dos valores. Sendo assim, é fundamental que a família busque compreender os desafios e oportunidades que os adolescentes e jovens enfrentam hoje, para então fornecer apoio e encorajamento mais efetivos em suas vidas profissionais e pessoais.

Segundo a Unesco, na pesquisa "Interação Escola-Família: subsídios para as práticas escolares" (2012), a origem e os apoios familiares – que vão desde as expectativas positivas até investimentos de tempo e dinheiro na carreira escolar dos filhos – impactam decisivamente o desempenho escolar de crianças e jovens. A partir disso, estudos apontam que relações familiares saudáveis e mais tranquilas na interação com o adolescente e o jovem contribuem para o seu sucesso na vida escolar e, mais tarde, no mundo do trabalho.

Além disso, outro ponto importante que impacta diretamente a dinâmica familiar é o ingresso cada vez mais precoce da criança e do adolescente no mundo do trabalho. Com baixa escolaridade, geralmente, eles ocupam cargos de baixa qualidade e estão propensos à exploração de sua mão de obra.

Segundo uma pesquisa desenvolvida pela Fundação Abrinq,



“O trabalho infantil é um grave problema social que acomete cerca de 2,3 milhões de crianças e adolescentes no Brasil. Temos que considerar que a oferta por essa mão de obra existe, pois, a demanda por contratação ainda é um fato. Os processos de terceirização e quarteirização da mão de obra, que muitas vezes são invisíveis na ponta da cadeia, e em especial, aos consumidores, podem acometer as mais duras realidades e aí está a importância de um olhar responsável e comprometido de todos os envolvidos.” (Fundação Abrinq, s/a, p.31)

É preciso romper com esse ciclo geracional, apontando oportunidades de qualificação e de novos cargos de trabalho alinhadas à legislação vigente no País. Um dos pontos que estão sendo discutidos nesse sentido é a ampliação do repertório para que esse jovem possa ter um leque cada vez maior de escolhas no mundo do trabalho.

3. Conflitos intrafamiliares

É preciso romper com esse ciclo, pois o trabalho infantil, quando se perpetua em várias gerações de uma mesma família, implica o não rompimento do ciclo da pobreza, a má qualidade na educação das crianças, grande probabilidade de evasão escolar, entre outras consequências.

Assim, podemos notar que o contexto familiar constitui um papel fundamental no desenvolvimento do adolescente em todos os âmbitos de sua vida. Nesse sentido, na medida em que existam conflitos no ambiente familiar, o desenvolvimento do adolescente e do jovem é diretamente afetado.

No ambiente familiar, é comum a existência de conflitos e isso nem sempre é considerado algo extremamente nocivo ao desenvolvimento do jovem. É preciso atentar para o fato de que esses conflitos se tornam perigosos na medida em que interferem essencialmente no desempenho das funções familiares, seja no âmbito biológico, psicológico ou social.

No entanto, como aponta OLIVEIRA, p. 06, 2018¹⁷



“É necessário considerar que a família e os indivíduos, principalmente as famílias que vivem no contexto e cenário brasileiros, não devem ser culpabilizados individualmente pelas suas dificuldades, já que os mesmos se encontram inseridos numa sociedade com valores, costumes, tradições e estão imersos no sistema capitalista numa contemporaneidade globalizada, fatores que também atravessam a dinâmica e as relações familiares.”

Assim, deve-se considerar que a família está ligada a uma sociedade dinâmica e plural, em que é perpassada por inúmeras realidades e pela qual é influenciada, e não apenas pela sua relação com seus filhos. Em consonância com isso, devemos analisar as relações familiares levando em consideração a diversidade e os contextos em que essas famílias estão inseridos.

Por fim, é importante destacar que diversos fatores podem interferir na qualidade da convivência familiar e, conseqüentemente, no desenvolvimento pleno ou não do adolescente e do jovem que ali se encontra.

4. Para saber mais

“Caderno Juventudes”, do Canal Futura. Disponível em http://futurabucket2017.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2018/02/caderno_juventudes_v_digital.pdf

“Formas de Família no Brasil e seus Aspectos Legais e Culturais”, de Adelaide Bezerra e Silva. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/formas-familia-no-brasil-seus-aspectos-legais-culturais.htm>

Pesquisa “Juventudes no Brasil”, da Fundação SM e do Observatório da Juventude na Ibero—América (OJI). Disponível em http://www.fundacaosmbrasil.org/cms/wp-content/uploads/2021/10/Resumo_Pesquisa_Juventudes_no_Brasil.pdf

Pesquisa “Juventudes, Educação e Projeto de Vida”, da Fundação Roberto Marinho e Plano CDE. Disponível em <https://frm.org.br/sem-categoria/pesquisa-juventudes-educacao-e-projeto-de-vida/>

“Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional”, de Helena W. Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Retratos_da_juventude_brasileira.html?id=Xq9nAAAAMAAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y

5. Propostas de atividades
ATIVIDADE 6 – FAMÍLIA E JUVENTUDES

Objetivo: Refletir sobre a importância da proteção integral de crianças e adolescentes, em especial, sobre o papel da família nesse processo.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Venda ou tiras de pano preto, computador, TV ou projetor, quadro de giz ou flipchart e pincel atômico.

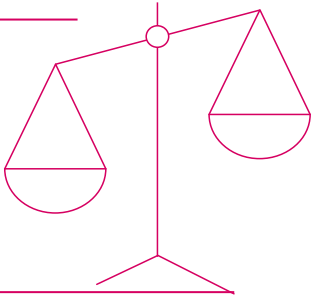
Descrição da atividade:
ETAPA 1 – Dinâmica da confiança (20 min)

Separados em trios, cada grupo vai escolher um participante para ser vendado. Ele vai ficar de frente para uma pessoa e ter a outra posicionada atrás dele. O participante vendado deve deixar o corpo ereto e se inclinar para trás, em queda.

A pessoa de trás então irá impulsionar novamente o corpo dele para frente. Assim como a pessoa de frente irá impulsionar seu corpo para trás. Peça que todos do grupo passem pela mesma experiência, alternando a venda entre um e outro. Ao final, pergunte ao grupo:

- 1. Como foi se lançar sem saber se teria o acolhimento dos colegas?
- 2. O que foi mais aflitivo, se lançar com os olhos vendados ou a responsabilidade de segurar o outro? Por quê?
- 3. Como podemos comparar essa dinâmica aos grupos sociais dos quais fazemos parte? Em que grupos estamos vulneráveis aos cuidados de terceiros ao longo da vida?
- 4. Em que momentos da vida estamos mais suscetíveis à proteção de outras pessoas?
- 5. Na sequência, exiba na tela o artigo 227 da Constituição Federal Brasileira, para leitura coletiva:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



ETAPA 2 – Da teoria à prática (30 min)

Em um quadro de giz ou um flipchart, desenhe um quadro conforme o modelo ao lado

Peça ao grupo que relacione quais seriam os deveres atribuídos a cada um desses atores sociais na garantia plena dos direitos básicos previstos

	Família	Estado	Sociedade
Deveres			
Problemas			

para crianças e adolescentes brasileiros, bem como os problemas enfrentados na efetivação desses direitos. Peça atenção especial para que identifiquem onde estão os erros e dificuldades nesse percurso.

Termine o encontro refletindo sobre a importância central da família nesse processo como responsável para uma criança desenvolver autoestima e confiança, aprender a enfrentar desafios e medos, assumir responsabilidades e lidar com as emoções, como alegria, tristeza, frustração. Além disso, são os pais ou os responsáveis que devem estimular o crescimento saudável, a comunicação, a socialização, a cidadania, a aprendizagem e a segurança da criança e do adolescente.

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: Em vez da dinâmica da etapa 1, exiba a animação "Farol da responsabilidade", disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=cUuKDRzs3F4>, para refletir coletivamente sobre a responsabilidade de todos no cuidado de crianças e adolescentes.

Para a etapa 2, use o power point para reunir as impressões do grupo no quadro.

ATIVIDADE 7 – CONFLITOS INTRAFAMILIARES

Objetivo: refletir sobre conflitos intrafamiliares e suas consequências para o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: computador, TV ou projetor, quadro de giz ou flipchart e pincel atômico, caixa de papelão pequena, tesoura, prego, lixa de parede ou de unha, chave e cotonete.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Encarando o problema e suas consequências (30 min)

Comece o encontro exibindo para o grupo o curta "La Luna", da Pixar, disponível em <https://youtu.be/r-SG6sTTYgw>. Após o vídeo, debata com o grupo:

1. Como era a relação do homem novo e do idoso?
2. Como eles se comportavam com relação ao menino?
3. O objetivo dos dois adultos era diferente? Qual era a diferença entre eles?
4. Como o menino se colocou com relação à postura dos adultos?
5. Como esse vídeo reflete a dinâmica de grande parte das famílias?
6. Por que os conflitos intrafamiliares existem?
7. Vocês acham que esses conflitos refletem no desenvolvimento de crianças e adolescentes? Como?

Após essa rodada, liste com o grupo, em colunas separadas no quadro ou flipchart, de que forma esses conflitos intrafamiliares podem interferir no estudo, na carreira profissional, na saúde mental e na segurança/proteção de crianças e adolescentes.

ETAPA 2 – Caminhos para uma melhor convivência (20 min)

Exiba agora uma outra animação, "Uma família humana, comida para todos", da Caritas Internacional, disponível em https://youtu.be/zV0cx_cTB5Y para refletir rapidamente com o grupo:

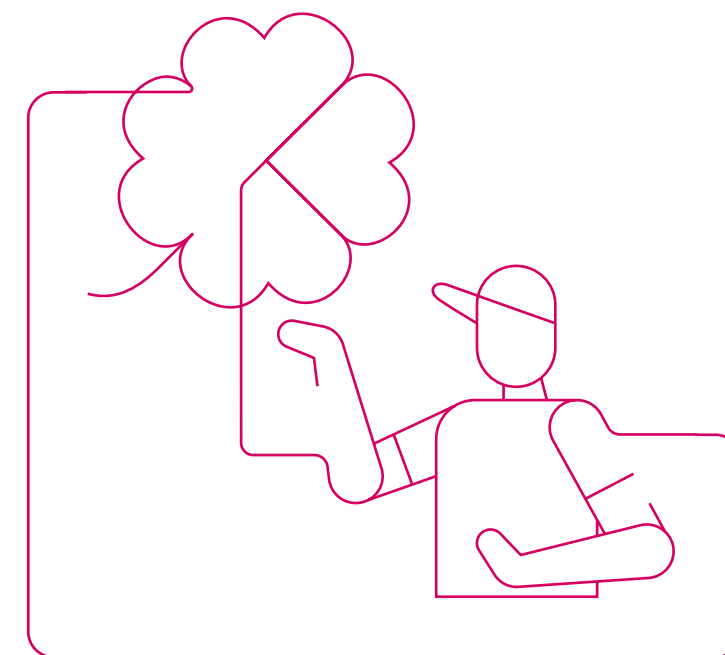
1. Qual foi o caminho encontrado por essa família para a resolução do seu problema?

Após uma breve rodada de reflexões sobre o vídeo, proponha uma dinâmica que ajudará o grupo a pensar em atitudes que podemos buscar no dia a dia para um convívio familiar mais respeitoso, empático e agregador de todos. Coloque a caixa em uma mesa ou no centro do grupo com a tesoura, o prego, a lixa, a chave e o cotonete dentro. Fale que dentro da caixa há vários objetos, que poderão nos ajudar a inspirar atitudes positivas em família. Comece a mostrar cada um deles, perguntando para que serviriam. Exemplos:

- **Tesoura** – Cortar conflitos, brigas, situações de violência;
- **Prego** – Fixar valores como o amor, o respeito às diferenças, a partilha e o bem comum;
- **Lixa** – Retirar o que está em excesso, aparar as crises e divergências;
- **Chave** – Abrir espaço para novas práticas positivas e de boa convivência entre os familiares. Fechar espaço para atitudes destrutivas promotoras de desavenças;
- **Cotonete** – Retirar aquilo que nos impede de escutar o outro.

Para finalizar, reforce a importância de um bom relacionamento e diálogo intrafamiliar para a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Como adaptar essa atividade para a modalidade online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais, como o Miro, o Padlet e o Jamboard, para reunir as contribuições do grupo na etapa 1 de forma interativa com os participantes.





“No mundo inteiro, as diferentes formas de violência são responsáveis por adoecimento, sofrimento, perdas e mortes. É um fenômeno social de grande dimensão, afetando todas as sociedades, das mais pobres às mais abastadas. Na história da humanidade, não se conhece nenhuma sociedade totalmente isenta de violências. A violência é um fenômeno histórico, presente em todas as épocas, que se manifesta das mais diferentes formas. É, também, um fator humano e social que consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outras pessoas, grupos e coletividades” (MINAYO; CARPURCHANDE, 201118).

Todos os dias, há notícias sobre a violência na televisão, na internet, nas bancas de jornais. Não há como escapar imune desse assunto. Essa tornou-se uma das principais preocupações políticas nos últimos anos e, conseqüentemente, um dos principais assuntos que circulam na sociedade, nas conversas cotidianas, nas casas, nos locais de lazer, nos locais de trabalho. As pessoas estão constantemente preocupadas com a questão da violência. Isso tem alterado suas vidas, a maneira como circulam pelas cidades, a forma como se relacionam umas com as outras, o local em que moram e como moram. Como solução para esse problema, cada vez mais empresas têm vendido segurança em moradia, por exemplo, por meio dos condomínios fechados que oferecem o máximo de segurança contra a violência externa.

Embora essa seja uma grande preocupação, a violência não se traduz como algo compartilhado igualmente por toda a sociedade. Isso não está apenas atrelado aos mecanismos de segurança que estão disponíveis para algumas pessoas, está ligado a uma estrutura social. Quando se fala de violência no geral, perde-se a especificidade do fenômeno. A sensação de que a violência está em todos os lugares é diferente da forma como isso se expressa na realidade cotidiana.

Certamente, vivemos em um País marcado pela violência. Podemos começar essa história falando sobre como o Brasil, como outros Países do mundo, é fundado pela apropriação e ocupação de uma terra, por parte de um povo estrangeiro, que trouxe um outro povo para trabalhar sob regime de escravidão. Contemporaneamente, temos números altíssimos de mortes provocadas violentamente. Segundo os dados do Atlas da Violência (2021), no ano de 2019, mais de 45 mil pessoas morreram por homicídio no Brasil. Certamente são números que expressam alguma coisa com relação à forma como a nossa sociedade está estruturada.

Como veremos adiante nesta publicação, a violência não pode ser interpretada puramente como atos individuais. Ela está sempre inserida num contexto social que legitima práticas consideradas violentas. Por isso, podemos observar que a violência não é aleatória, ela corresponde a padrões históricos oriundos da construção social daquela localidade. Quando falamos do Brasil, um País extenso e diverso, existem vários fatores que estruturam essa violência, e, ao olharmos atentamente os dados, perceberemos que existem grupos sociais que são vítimas com mais frequência de mortes provocadas por práticas violentas. O próprio Atlas da Violência (2021) aponta, por exemplo, que 333 mil jovens foram assassinados entre 2009 e 2019. Visivelmente,

há uma distribuição etária da violência, mas essa distribuição também é regional, e é possível observar a diferença nos números entre estados e regiões do País. Essa diferença também é racial e de gênero. Muito mais homens morrem (majoritariamente, assassinados por outros homens), e, desse contingente geral, a maioria são pessoas negras. A taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes de pessoas negras é de 29,2, e a de pessoas não negras é de 11,2. Trata-se de uma diferença considerável, bastante visível por meio desses números.

Além disso, é preciso considerar que os números absolutos não são os únicos que devem ser considerados na análise do contexto violento. Por isso, é importante compreender como a violência se expressa relacionada a grupos que, por vezes, são minoritários, ou que estão menos representados numericamente nesses dados, mas que também são alvo constante de violência. Esse é o caso das violências de gênero, que atingem mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. São violências que estão nesse conjunto geral, mas têm motivações específicas relacionadas ao gênero, à identidade de gênero e/ou à orientação sexual. Como veremos, os números relativos a mortes provocadas por essas motivações são alarmantes.

Também, para além do que foi colocado, precisamos nos atentar para o fato de que as violências não se resumem a aspectos ou situações interpessoais diretas que provocam a morte. Grande parte dessa violência está, não sem motivo, atrelada a um conjunto de outras violências. Sejam elas diretas ou indiretas, intencionais ou não intencionais, essas demais violências são estruturais. Isto é, são resultado de um contexto social específico e de circunstâncias que tornaram-nas legítimas. Esse conjunto de violências vai desde práticas cotidianas, como insultos, que podem provocar profundos traumas emocionais, até a desigualdade socioeconômica. São desigualdades etárias e abusos provocados por conta do conjunto de vulnerabilidades no qual as pessoas estão inseridas. No geral, esta publicação é sobre esses temas.

1. Mas afinal, o que é violência?

O termo violência origina-se do Latim “violentia”, que significa “veemência, impetuosidade”. Na sua origem, está relacionado com o termo “violação” (violare). Porém, saber a origem da palavra não é o suficiente para conhecer todo o seu significado, seus usos e o impacto do fenômeno na sociedade.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência é: “O uso intencional de força física ou do poder, real ou em forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002). Ou seja, a violência refere-se a comportamentos que provoquem ou possam provocar danos físicos ou psicológicos a quem a pratica ou a outras pessoas.

A violência é um fenômeno com diferentes significações, podendo ser conceituadas de formas distintas de acordo com o contexto histórico e social em que acontece. Isto é, tanto a prática violenta quanto a percepção do sofrimento com relação à violência são relativos, dependem de como socialmente os grupos atribuem significado a determinadas práticas. Diferentes práticas que hoje são consideradas violência, em outros momentos históricos não o eram. Por isso, neste Guia, ela também será entendida como um processo histórico social permeado por relações de poder desiguais. A violência é uma construção social. Como não existe um significado único e

universal, ninguém nasce violento ou predisposto à violência, mas, ao longo da vida, vivencia processos de socialização em que o uso de violências é legitimado e naturalizado na resolução de conflitos e nas relações de poder que uma pessoa exerce sobre a outra. A violência no Brasil é um problema estrutural da nossa sociedade, estando presente de forma visível e invisível na maioria das relações sociais. De acordo com a teórica Minayo (2006), "a violência estrutural se refere a processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero e etnia."

Em nosso País, as violências podem ser identificadas desde os tempos da colonização, como, por exemplo, a invasão dos europeus às terras pertencentes aos povos indígenas, que, posteriormente, os portugueses denominaram de Brasil. Obviamente que esse processo se deu por distintas formas de violência, como a imposição da cultura europeia sobre a cultura indígena, que, com o passar do tempo, ampliou-se com a escravização de povos africanos. Esse processo violento é identificado como um tipo de negação do outro, de seus conhecimentos e de suas vivências. Tal violência tem sido classificada como epistemicídio (CARNEIRO, 2005). De um modo geral, isso provocou a destruição de todas as formas de saberes originários, a inferiorização de grupos sociais e a anulação de identidades. Não é coincidência que essa anulação tenha sido feita com relação aos povos considerados não brancos, como negros, indígenas e orientais.



IMPORTANTE!

Todas as formas de violências envolvem relações de poder. Existem diferentes formas de poder e maneiras de usá-lo.

PODER SOBRE: implica ter o controle sobre alguém ou uma situação de maneira negativa, geralmente associado ao uso da repressão, força, corrupção, discriminação e abuso. Quando usamos esse tipo de poder, não reconhecemos que todas as pessoas têm direitos, independentemente de gênero, classe, etnia e orientação sexual.

PODER COM: baseia-se na força coletiva – ter poder com outras pessoas ou grupos, encontrar um ponto comum entre diferentes interesses e construir uma meta comum que beneficie a todos. Esse tipo de poder multiplica os talentos e os conhecimentos individuais e está baseado no apoio, na solidariedade e na colaboração.

PODER PARA: refere-se à habilidade para conformar e influenciar a própria vida. Significa ter recursos, ideias, conhecimentos, ferramentas e habilidades para convencer a si mesmo e aos outros para fazer algo. Muitas pessoas com esse tipo de poder formam o "poder com".

PODER INTERIOR: está relacionado ao sentimento de autoestima e de autoconhecimento de uma pessoa. Ou seja, implica ter um sentimento de autoconfiança e de valorização de si mesmo. Inclui-se nessa forma de poder a habilidade de imaginar uma vida melhor para si, ter esperança ou a sensação de mudar o mundo e, ainda, a consciência de que temos direitos como todos os seres humanos.

Quando usamos o "poder interior" e o "poder com", estamos nos reconhecendo como pessoas, como cidadãos e cidadãos de direitos e também estamos reconhecendo os direitos dos outros.

Como há várias formas de significar as violências, também há diferentes maneiras de abordá-las. Neste guia, enfocamos violências que acometem mais de uma pessoa ou grupos sociais específicos, por períodos prolongados de tempo. Nesse sentido, esse tipo de violência nunca é uma ação específica. Atrelado a isso também está o fato de que a forma como ela vai incidir na vida das pessoas está relacionada ao nível de vulnerabilidade social ao qual elas estão sujeitas. Ou seja, a violência não incide da mesma forma entre homens e mulheres, entre pessoas negras, pessoas indígenas e pessoas brancas, entre pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e pessoas heterossexuais, entre pessoas pobres e pessoas ricas, entre crianças, jovens, adultos e idosos. E também não ocorre na mesma proporção geográfica. Em favelas, periferias, subúrbios e nas regiões mais pobres das cidades, os índices de violência são altos, principalmente devido à ocorrência de conflitos envolvendo armas de fogo. Isso ocorre por processos sociais mais amplos, nos quais as desigualdades são fatores preponderantes para a construção da vivência dos grupos. É importante enfatizar: é comum as violências serem invisíveis para os grupos que não são suas vítimas. Por isso, todos os marcadores sociais (raça, gênero, classe e orientação sexual) são aspectos fundamentais que precisam ser considerados quando se pensa em violência, bem como o cruzamento desses marcadores na identidade de uma pessoa.

A desigualdade é desigualdade porque os diferentes agentes estão posicionados em diferentes situações de possibilidade no interior de uma sociedade. Tais possibilidades, embora não determinem, incidem sobre as pessoas de modo a direcionar um grupo de pessoas para alguns lugares e outros grupos para outros lugares. Nesse sentido, a violência, tal como estamos abordando neste guia, está num contexto de poder.

É, necessariamente, uma relação de poder. Isto é, está relacionada às possibilidades de ação das pessoas pertencentes a grupos específicos, o que legitima, naturaliza, cristaliza lugares na sociedade. No sentido abordado aqui neste Guia, uma relação de poder é uma relação constituída pelos aspectos hierárquicos de uma sociedade. Os agentes sociais agem nas interações no dia a dia baseados nessas hierarquias. As violências se prolongam justamente porque estão alicerçadas em profundas desigualdades. Essa abordagem possibilita que observemos as situações levando em consideração os diferentes lugares na nossa sociedade, enfatizando a desigualdade como alicerce central das práticas de violência estrutural, colocando em questão como esses lugares podem delimitar a vivência de alguns grupos, que estão posicionados muito desigualmente.

Fonte: Quadro extraído do Guia metodológico Educação e Esporte para Igualdade, do Instituto Promundo.

2. Identificando para desnaturalizar, prevenir e enfrentar

A violência, que, como falamos, não pode ser pensada como um ato específico, é um processo social de grandes dimensões que afeta todas as sociedades, acarretando adoecimento, sofrimento, perdas e mortes. Outro fator fundamental no processo de reconhecimento das violências é a questão cultural, tendo em vista que valores, práticas, normas sociais e até leis de uma determinada sociedade podem legitimar e até naturalizar violências. Ou seja, há muitas violências que são vistas na sociedade como algo normal e, portanto, aceitável.

Nesse sentido, a abordagem proposta leva em consideração como as diferentes vivências são impactadas por dinâmicas violentas. Isso requer um procedimento de observação que integra diferentes dimensões da vida da pessoa numa análise complexa. "Como as pessoas são,

simultaneamente, mais de uma coisa, a observação das dinâmicas violentas deve observar esse fator. Isso tem sido considerado nas chamadas análises interseccionais” (BILGE e HILL COLLINS, 2021; CRENSHAW, 2002) ²¹

São prioritariamente análises de situações de desigualdade que levam em consideração as diferentes dimensões da experiência das pessoas. Essa forma de pensar tem sido desenvolvida por mulheres negras, que, além de sua posição como pessoas negras, ainda precisam considerar que são mulheres, e esse aspecto não aparece, em suas experiências, como algo separado. São mulheres negras e foram constituídas sendo as duas coisas ao mesmo tempo, não podendo ignorar por nenhum instante esse fator.

Assim sendo, é possível ler a realidade e seus fenômenos a partir dessa abordagem interseccional, que possibilita complexificar as dinâmicas violentas. Não apenas o ato em si é violento, mas é um processo multidimensional em contextos específicos. Os olhares interseccionais são fundamentais, pois, “tratam especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002)²².

Diante dessa realidade, torna-se necessário refletir sobre os conceitos que tentam delimitar formas, tipos e naturezas para as violências, considerando as relações de poder entre suas vítimas e seus autores e sua aceitação social. Sendo assim, por aqui também falaremos sobre violência no plural: violências. Essa escolha irá viabilizar uma melhor compreensão do tema, visto que é fundamental que educadores, educadoras e todas as pessoas que trabalham na Rede de Proteção ampliem e troquem cada vez mais saberes que irão aprimorar suas práticas e o desenvolvimento de novas metodologias e ferramentas para desnaturalização, prevenção e enfrentamento das violências.

A **Organização Mundial da Saúde (OMS)** nos oferece alguns parâmetros para que seja possível uma maior compreensão sobre as formas de violências que se manifestam no cotidiano da sociedade. De acordo com a instituição, a violência pode ser dividida em 3 grandes categorias:

Violência autoinfligida ou autoprovocada – é a violência contra si mesmo, subdividida em comportamento suicida – pensamentos suicidas e tentativas de suicídio – e atos de automutilação.

Violência interpessoal – é aquela infligida por outra pessoa ou grupo. Pode ser dividida em 2 subcategorias: violência da família e de parceiros íntimos e violência comunitária.

Violência coletiva – dividida em violência social, violência política e violência econômica. Esse tipo de violência pode indicar a existência, por exemplo, de crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas, guerras e conflitos armados ou a violência do próprio Estado. Pode indicar, também, o modo como somos tratados por instituições prestadoras de serviços públicos, como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias, judiciário.

Outro parâmetro que também serve como ferramenta para identificação das violências é a tipologia que tem a ver com a natureza da violência, isto é, formas que as violências assumem. Para a OMS, são considerados 4 tipos:

VIOLÊNCIA FÍSICA – uso da força física de forma intencional contra alguém. Vale ressaltar que há distintas formas de violência física, que variam entre tapas, empurrões, mordidas, estrangulamento, apertões, lesões por armas ou objetos; obrigar outra pessoa a ingerir substâncias desnecessárias ou inadequadas contra sua vontade, como álcool e outras drogas; causar danos à integridade física de alguém.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA – refere-se a qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento; ou que vise a degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, intimidação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. Esse tipo de agressão geralmente ocorre em casa, no trabalho, na escola, na família, afetando diretamente a autoestima e a autoimagem de quem sofre. Algumas pessoas usam a violência psicológica como uma forma de tortura para evitar que sua vítima denuncie os maus-tratos.

VIOLÊNCIA SEXUAL – é qualquer ato sexual não desejado ou tentativa de obtê-lo por meio de intimidação física ou psicológica. Também é considerada violência sexual qualquer conduta que constranja uma pessoa a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, que a induza a comercializar ou a utilizar sua sexualidade, que limite ou anule o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO – caracteriza-se pela falta de atenção, ausência, descaso, omissão. No caso de crianças e adolescentes, pode ser classificada em: emocional, física, médica e educacional.

É importante atentar para outros conceitos e manifestações específicas sobre como a violência se expressa nas estruturas e relações sociais, principalmente no dia a dia, para que seja possível identificar aqueles tipos que estamos acostumados a ignorar. Por essa razão, segue a análise de mais formas de violências.

3. As violências baseadas em gênero

A violência baseada em gênero²³ se define como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Observando o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, percebe-se que, no que tange a essas violências, os grupos mais socialmente vulnerabilizados encontram-se na centralidade dos altos índices de violência, como meninas, mulheres e a população LGBTQIAPN+. Vale ressaltar que o recorte racial é bem evidente nessa estatística, apontando que mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio. Essa realidade se soma aos inúmeros desafios que impedem que os grupos vulnerabilizados acessem seus direitos mais básicos.

Para entender por que as situações de violências de gênero acontecem e fomentam ciclos de violências que são históricos e culturalmente naturalizados, é preciso refletir sobre as relações de poder e as desigualdades de gênero. Em nossa sociedade, são estabelecidos modos como homens e mulheres devem se comportar, ser tratados e se relacionar. Ou seja, formas de viver que são consideradas “adequadas” para o gênero masculino e feminino, estabelecendo, também, a crença de que um gênero tem poder sobre o outro. Essa realidade favoreceu a desigualdade entre homens e mulheres, colocando homens em posição de dominação e superioridade com relação às mulheres, viabilizando, assim, um contexto favorável para a produção de violências.

É muito comum ouvir a seguinte frase: “Homens são naturalmente violentos”, ou seja, a violência do homem é um atributo da sua biologia. Até mesmo faz-se uso desses discursos para legitimar e naturalizar violências. Entretanto, essa ideia tão difundida na sociedade é equivocada, visto que a violência é uma construção social, logo, nenhuma pessoa nasce violenta, mas aprende e desenvolve ao longo da sua existência a partir das condições sociais e estruturais que favorecem situações de violências. Logo, mesmo que homens estejam relacionados a diversas estatísticas como os maiores produtores de violência, essa realidade refere-se mais à forma como são socializados. Por exemplo, os estímulos a comportamentos violentos, o uso da força como prova de virilidade e o não desenvolvimento de sentimentos são fatores que estruturam essa atuação violenta masculina, e não uma suposta natureza. As normas rígidas de gênero padronizam comportamentos e modos de existir, criando estereótipos nocivos para homens e mulheres.

Chamamos de “masculinidade hegemônica” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013)²⁴ orientações comportamentais específicas que se baseiam em estereótipos do gênero masculino naturalizados.

Isto é, comportamentos atribuídos a homens que, embora não sejam naturais, são entendidos como se fossem, e homens, de forma geral, acabam aderindo a eles de forma mais ou menos irrefletida e inconsciente. Isso está relacionado à forma como as práticas normativas relativas ao que é ser homem e mulher orientam os comportamentos. Além de criar relações hierárquicas, inferiorizando mulheres e o que é ser feminino, também atinge violentamente, desvalorizando, negando e aniquilando, as masculinidades subalternas e toda e qualquer forma de existir e de se relacionar afetiva e sexualmente em que a heteronormatividade não seja a centralidade. Logo, mulheres e a população LGBTQIAPN+ configuram-se como alvos diretos dessas violências.

Fonte: Cartilha Violências Baseadas em Gênero na Assistência Social, capítulo: Gênero e lutas feministas: uma abordagem a partir das feminilidades. Instituto Promundo. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/caderno_VBG_promundo_10.pdf

Fonte: Quadro retirado do Carderno Violências Baseadas em Gênero na Assistência Social. Instituto Promundo. Disponível em https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/caderno_VBG_promundo_10.pdf

TIPOS DE VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO

Violência Física – qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da vítima, como socos, empurrões, atirar objetos, sufocamento, bofetadas, arranhões, tortura, lesões por objetos cortantes ou armas de fogo.

Violência Psicológica – qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da vítima, que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Esse é o tipo de maus-tratos mais comum e engloba situações como ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insultos, chantagem, exploração, controle, ridicularização, tirar a liberdade de crença ou, ainda, distorcer ou omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre sua memória e sanidade.

Violência Sexual – qualquer conduta que constranja a presenciar, expor-se, manter ou participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. A violência sexual também acontece dentro de relações maritais e podem englobar: estupro; obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causem desconforto ou repulsa; impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a abortar; forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação; disseminação não consentida de imagens e vídeos íntimos, a sextorsão (ameaça de divulgar conteúdos íntimos), o stalking (perseguição obsessiva) e o cyberbullying (intimidar, hostilizar, linchar a vítima); limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

Violência sexual contra crianças e adolescentes – abuso de poder em que crianças e adolescentes são usados para gratificação sexual de adultos, sendo induzidos ou forçados a práticas sexuais. A violência sexual atinge crianças e adolescentes de todas as idades e classes sociais. É um fenômeno complexo, que tem múltiplas causas. É um conceito mais amplo que abarca dois mais específicos: o abuso sexual e a exploração sexual. Quando a vítima tem menos de 14 anos, qualquer relação sexual é considerada estupro de vulnerável - nesses casos não existe consentimento sexual.

Violência Econômica/Patrimonial – qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Estão nessa categoria ações como controlar o dinheiro da vítima, deixar de pagar pensão alimentícia, destruir documentos pessoais, furto, extorsão ou dano, estelionato, privação de bens, valores ou recursos econômicos, causar danos propositais a objetos de valor sentimental da vítima.

Violência Moral – atos nos quais o agressor humilha, ataca e deixa a vítima em evidência em público. Estão nessa categoria as acusações de traição, emissão de juízo de valor sobre a conduta da vítima, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, xingamentos que incidem sobre a índole e a desvalorização de seu modo de se vestir. Também consideramos violência social isolar a vítima dos seus amigos e familiares, já que, desse modo, ela se afasta de todo o seu ambiente habitual.

Violência Obstétrica – ocorre nos hospitais e outras instituições de saúde, quando médicos ou profissionais de saúde assinalam processos naturais do corpo feminino como patológicos ou doentes. Ao serem marcados como tal, procedem a intervenções dolorosas e desnecessárias no corpo da vítima. Costumam ocorrer durante a gravidez, sendo que alguns dos exemplos são: fazer uma cesárea sem justificativa médica, uso desnecessário de fórceps, críticas ao estado da gestante, negar informação sobre o próprio estado de saúde ou acelerar o parto sem consentimento da mulher grávida.

Fonte: Quadro retirado do Carderno Violências Baseadas em Gênero na Assistência Social. Instituto Promundo. Disponível em https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/caderno_VBG_promundo_10.pdf

4. Violência contra a Mulher

Refere-se a “qualquer ação ou conduta, com base no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994.

A quem se destina a lei:

Art. 2º25 – Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 1 minuto uma mulher faz uma denúncia de violência doméstica no Brasil. Os números também indicam que 74% das mulheres sofreram violências por parte de homens conhecidos e que 46% dessas violências ocorreram dentro de casa. Durante a pandemia, os casos de violência letal contra as mulheres aumentaram e outras formas de violência foram subnotificadas.

Apesar de ser crime e violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras, entretanto, não incide da mesma forma em cada uma. Ao falar desse tipo de violência, é fundamental ter um olhar atento às interseccionalidades, pois as mulheres compõem um grupo diversificado, e distintas formas de violência perpetuadas contra as mulheres são fundamentadas e agravadas pelas desigualdades sociais e identidade de gênero, raça, etnia, classe e orientação sexual.



Fonte: Diálogos pela Liberdade.
Disponível em <https://dialogospelaliberdade.com/2018/12/05/16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-de-genero-2/#jp-carousel-3170>

Dados sobre a violência contra a mulher



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://twitter.com/forumseguranca/status/1423990908551315463/photo/1>

A Lei maria da Penha e a Equidade de Gênero

Para combater as violências contra as mulheres, foram criados mecanismos institucionais. No contexto brasileiro, o mais importante desses mecanismos é a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que completou 18 anos em 2024. Essa legislação, juntamente com outras iniciativas, faz parte de um conjunto de ferramentas fundamentais para a promoção da equidade de gênero e para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Vale ressaltar que a lei é fruto da luta de movimentos feministas e sociais aliados à causa. O objetivo dela é garantir às mulheres o direito de proteção social e do Estado contra atos de violência doméstica e familiar, de violência cometida por pessoas que possuem ou tenham possuído qualquer relação íntima, afetiva ou familiar com a mulher, independentemente de residirem ou não no mesmo local. A lei compreende o conceito de violência em 5 tipificações: física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

Feminicídio

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela que foram registrados 1.350 casos de feminicídios no Brasil em 2020, um crescimento de 0,7% com relação a 2019. Desse total, 74,7% das vítimas tinham entre 18 e 44 anos, 61,8% das mulheres eram negras e 81,5% foram mortas pelos companheiros ou ex-companheiros. Além disso, foram notificados mais de 230 mil casos de lesões corporais.

Quando se fala de violência contra mulheres é muito comum que venham à memória situações que ocasionaram a morte de mulheres. Esse tipo de violência é bastante comum no Brasil, havendo muitas situações que receberam ampla cobertura dos veículos de comunicação. Embora seja possível dizer que, no momento histórico em que vivemos, a situação de gênero esteja se alterando, a dominação masculina, estruturada socialmente, segue levando até o limite a reivindicação de propriedade sobre as mulheres.

Certamente, não é possível explicar um fenômeno tão complexo de forma completa em algumas páginas. Mas é possível indicar que a legitimidade dessa violência está relacionada à construção de uma sociedade em que era natural que o homem exercesse a força física como ferramenta de manutenção do seu lugar social, dos seus privilégios e para alcançar seus desejos. Nessas situações, a dominação masculina encontra sua expressão mais radical, sendo oriunda, entre outras coisas, da naturalização de um tipo de relação de poder consideravelmente desigual.

A criação de uma tipificação no Código Penal para casos de homicídio que envolvem violência de gênero representa uma tentativa de incidir institucionalmente sobre tais circunstâncias. Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, 2015). A legislação altera o Código Penal e estabelece o feminicídio como circunstância que qualifica o crime de homicídio. Quando uma mulher é morta em decorrência de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, fica caracterizado o feminicídio, sendo considerado um crime hediondo em que a pena pode chegar a 30 anos de reclusão.

Qual é a diferença entre **homicídio** e **feminicídio**?



“O homicídio é um crime que está previsto no Artigo 121 do código penal e que consiste na seguinte conduta: matar alguém. Então, quem matar alguém tem pena de 6 a 20 anos. É claro que essa pena pode sofrer variações, por exemplo, quando se estiver diante de uma situação de homicídio qualificado. Uma qualificadora em um crime é uma circunstância que está indicada na lei e que é considerada mais grave. O feminicídio é uma dessas hipóteses de homicídio qualificado. A vítima é uma mulher e essa mulher foi morta em razão das condições do seu sexo (a lei usa a palavra sexo e não a palavra gênero, infelizmente) ou em situação de violência doméstica. Então, a Lei diz: ‘isso é uma espécie grave de homicídio, então vamos dar a pena, não só de 12 a 30 anos, mas também vamos dar o nome de feminicídio’. O legislador opta por chamar de feminicídio porque, quando é intitulado dessa forma no sistema de justiça criminal, possibilita que se compile dados a respeito e, com isso, levante dados de perfil de autor de crime, perfil de vítimas, como isso é praticado e, assim, se elaborem políticas públicas para que se evitem essas mortes. Nem toda vez que uma mulher é assassinada significa que isso foi um feminicídio. Por exemplo, a situação de uma mulher ter sido testemunha de um sequestro e os sequestradores vão e matam essa testemunha, então a lei considera isso um

feminicídio? Não! Porque é um crime que foi praticado para ocultar outro, agora, uma mulher que é morta porque o seu marido não aceita que ela trabalhe fora de casa ou porque um ex-companheiro não aceita que quem foi mulher dele seja mulher de mais alguém. Existem pesquisas sociais e antropológicas que demonstram que esse tipo de situação acontece majoritariamente em razão da condição de mulher”. – Maíra Zapater, Doutora em Direitos Humanos, pesquisadora e professora de Direito Penal.

5. Violência contra pessoas LGBTQIAPN+

As pessoas que possuem marcadores identitários que são contemplados pela sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras pessoas discriminadas em razão de sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero) vivenciam distintas formas de violência desde muito cedo, com atenção para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que são o grupo que mais tem enfrentando intolerância, desrespeito e violências E, por conta das inúmeras barreiras, dificilmente conseguem chegar, acessar e permanecer nos serviços de proteção e garantia de direitos.

Como observado nos tópicos anteriores deste guia, temos um contexto de construção social relativa a um tipo de masculinidade e feminilidade específicas. Essa circunstância leva a outras questões que agravam a situação de pessoas que apresentam orientação sexual e/ou identidade de gênero divergente das que são legitimadas pela sociedade. A norma de gênero socialmente aceita e legítima enfatiza, direta e indiretamente, quem pode ou não utilizar determinados tipo de roupas, falar de determinada forma, fazer determinadas coisas, se relacionar sexualmente e romanticamente com determinadas pessoas etc. Esses padrões de gênero se ancoram em crenças sobre os corpos, especialmente a crença de que o corpo feminino e o masculino têm predisposições inatas.

Algumas autoras feministas (por ex.: BUTLER, 2018)²⁶ têm enfatizado que a crença que relaciona a forma como o corpo nasceu a tipos de comportamento e desejo é uma construção social. Na verdade, a forma como se expressam as características de gênero são repetições socialmente legitimadas. A comunidade LGBTQIAPN+ é a junção de diferentes grupos de pessoas que estão em divergência com as normas-padrão de gênero e sexualidade. Isso quer dizer que não se apresentam socialmente da forma socialmente esperada para pessoas nascidas com determinados órgãos genitais, e/ou dão vazão aos seus desejos sexuais de modo diferente daquilo que dita o padrão ou é esperado em termos de conduta socialmente legítima. Atualmente, é possível observar que isso tem causado uma série de comportamentos violentos contra esses grupos. Isso se manifesta desde contextos de relações próximas, como por parte de familiares e amigos, que, ao se depararem com a vivência sexual ou de gênero de uma pessoa, não aceitam aquilo; até entre pessoas desconhecidas, que, ao reconhecerem na rua pessoas que façam parte desses grupos ou tomarem conhecimento delas, proporcionam situações de constrangimento moral e, em casos crescentes, empregam força física contra elas.

Dos Países que registram dados, o Brasil é o País que mais mata pessoas transexuais, travestis e transgêneras no mundo. Segundo relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), foram registrados, no total, 175 assassinatos de pessoas transexuais em 2020, o que equivaleria a uma morte a cada 2 dias. O relatório também aponta que 99% das pessoas LGBTQIAPN+ participantes da pesquisa afirmaram não se sentir seguras no País.

Essa realidade evidencia que as identidades que não se enquadram na correspondência binária entre masculinidades e feminilidades são cada vez mais vulnerabilizadas e alvo de violências múltiplas. Os crimes de homofobia, transfobia e lesbofobia se devem pela ameaça que essas identidades impõem à masculinidade hegemônica e suas práticas heteronormativas, colocando em cheque o que seria feminino e masculino. Por exemplo, a lesbofobia como reação à negação da marca da feminilidade; a transfobia e a homofobia como reação à desnaturalidade do feminino e do masculino.

O QUE É LGBTIFOBIA?

“Pessoas que não se identificam com a cisgeneridade e a heterossexualidade compulsórias são historicamente alvo de violência simbólica, psicológica, sexual, institucional e física, entre outras, marcadas pelo cissexismo e heterossexismo como práticas políticas e sociais que subalternizam e hierarquizam pessoas. A LGBTIfobia é o termo utilizado para compreender as violências cometidas contra a população LGBTI+ e se apresenta como uma série de atitudes ou sentimentos negativos em relação às pessoas LGBTI+, motivadas pela orientação sexual e/ou sua Identidade de gênero. Normalmente é motivada por desconhecimento, alienação, valores morais baseados em argumentos do senso comum com cunho religioso, pela invisibilidade, ignorância e preconceito. Evite usar o termo “homofobia” como “termo guarda-chuva”. Em sentido amplo, homofobia é entendida como opressão motivada na orientação sexual, real ou suposta, das vítimas (contra lésbicas, gays, bissexuais, assexuais e pansexuais) e, em sentido estrito, apenas contra homossexuais (daí bissexuais demandarem pelo termo bifobia, por exemplo). Esse termo apaga a transfobia, ou seja, a opressão motivada na identidade de gênero, real ou suposta, das vítimas (contra travestis, transexuais, ou seja, a pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer) e outras violência contra pessoas LGBTI+. De qualquer forma, em contextos específicos, sugere-se usar o termo específico (por exemplo, em caso de opressão contra lésbicas, lesbofobia; contra bissexuais, bifobia e assim sucessivamente)”.

Fonte: Cartilha 'O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica'. Disponível em: <https://antrabrasil.org/cartilhas/>

6. Violência Sexual

A violência sexual é definida pela OMS como “todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho”. Esse fenômeno está presente em todo o mundo, configurando uma das formas mais intensas de manifestação da violência de gênero. Esse tipo de violência incide, com maior frequência, sobre mulheres, crianças, adolescentes e jovens de todas as classes sociais, raças, etnias, religiões e culturas, deixando graves efeitos físicos e psicológicos. Contudo, é de suma importância destacar que a forma como essa violência recai nesses grupos está diretamente relacionada aos marcadores identitários que posicionam cada pessoa em lugares sociais e níveis distintos de vulnerabilidades na sociedade.

Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) informam que uma mulher sofreu violência sexual a cada 10 minutos no Brasil, no primeiro semestre de 2021. E, segundo o Anuário de Segurança Pública, produzido pelo Fórum e publicado em julho de 2021, cerca de 60% das

vítimas desse tipo de violência são crianças e adolescentes de até 13 anos. Em 85% dos casos, o autor do abuso é uma pessoa conhecida da vítima. Ainda segundo o Fórum, 99,9% dos autores dos crimes de violência sexual são do gênero masculino.

Na sociedade, é bem comum a difusão da ideia de culpabilização da vítima. São feitas várias referências pautadas nas normas de gênero para justificar essa violência, como uso de “roupas sensuais”, que provocam desejos no homem, circulação em espaços perigosos, entre outras tantas situações. Contudo, nada pode justificar a violência sexual, e a vítima nunca é culpada pelo abuso que sofreu. As normas de gênero naturalizam o lugar de meninas e mulheres (e de meninos também) como objetos para a satisfação sexual de abusadores. É importante considerar que esse tipo de violência é uma forma de controle e subordinação da sexualidade e do corpo, principalmente, do feminino, por meio da imposição do desejo sexual de quem pratica esse ato. E, quando se trata de crianças e adolescentes, a questão do desequilíbrio de poder entre pessoas adultas e crianças/adolescentes precisa ser considerada.

A violência sexual que incide em crianças e adolescentes está atrelada a marcadores identitários permeados por fatores de risco e vulnerabilidade. Quando se consideram as relações de gênero, raça/etnia, orientação sexual, classe social, geração, condições econômicas e territorialidades nesse cenário, são estabelecidas distintas relações de poder desiguais que beneficiam pessoas e/ou redes que utilizam crianças e adolescentes para satisfazerem seus desejos e fantasias sexuais e/ou obterem vantagens financeiras e lucros.

Diante dessa realidade, há desumanização da criança ou do adolescente, que deixam de ser considerados sujeitos de direitos e contemplados por proteção. A violência sexual contra meninos e meninas ocorre tanto por meio do abuso sexual intrafamiliar ou interpessoal quanto pela exploração sexual. Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, por estarem vulneráveis, podem se tornar mercadorias e, assim, ser utilizadas nas diversas formas de exploração sexual, tais como: tráfico, pornografia, prostituição e exploração sexual no turismo. É necessário atentar-se para a seguinte questão: o processo de exploração é diferente dos casos de abuso sexual. Os abusos geralmente são cometidos por pessoas conhecidas da vítima e não envolvem dinheiro. Já a exploração geralmente ocorre com pessoas de fora do círculo social envolvendo questões econômicas.

Segundo a Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil), instituída pelo decreto nº 6.481/2008, que regulamentou termos descritos na Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a exploração sexual é considerada uma das piores formas de trabalho infantil.

IMPORTANTE!

Crianças e adolescentes não se prostituem, eles são explorados sexualmente!

É importante ressaltar que na dinâmica perversa da exploração sexual, crianças e adolescentes não são considerados sujeitos de direitos, mas seres despossuídos de humanidade e de proteção. Essas crianças e adolescentes, por estarem vulneráveis, podem se tornar mercadorias e assim serem utilizadas nas diversas formas da exploração sexual.

Todas as formas de violência, especialmente a sexual, afetam o crescimento saudável de crianças e adolescentes. E isso incide sobre o próprio País, cujo desenvolvimento não depende apenas da área econômica, mas também da área social e de direitos humanos.

Fonte: Campanha “Ei, isso tem outro nome!” Disponível em bit.ly/issotemoutronome

Apesar de inúmeros desafios, o Brasil apresenta alguns avanços no que diz respeito ao enfrentamento dessas violências. Ações institucionais aliadas a iniciativas da sociedade civil e dos movimentos de defesa da Criança e do Adolescente promoveram marcos legais, criação e fortalecimento de Redes Proteção, instrumentos imprescindíveis para prevenção e enfrentamento dessas violências. Alguns exemplos:

- **O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, por exemplo, é considerado uma das leis de proteção às crianças e aos adolescentes mais avançadas do mundo.

- **Lei da Escuta Protegida (3792/15)**, que visa a possibilitar que os depoimentos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência sejam realizados com o apoio de uma equipe técnica capacitada, com todo o cuidado possível, evitando-se ao máximo o contato com o agressor e a reiteração do depoimento.

- **O dia 18 de Maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, instituído pela Lei Federal 9.970/00, é uma conquista que demarca a luta pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

7. Práticas de violência entre pares: reconhecendo o bullying como violência

Desde bem pequenos, nos acostumamos a conviver com a violência. E muitas vezes, a retroalimentamos com comportamentos e processos que fazem com que as violências se naturalizem e sejam legitimadas no cotidiano. As violências invisíveis ou as microviolências, permeadas por relações assimétricas e, portanto, nocivas, estão mais presentes no dia do que se imagina, principalmente quando fazemos parte dos grupos que não as sofrem. Já para suas vítimas, elas podem atravessar de maneiras singulares suas vidas, trazendo consequências das mais diversas ordens, como é o caso dos castigos físicos e humilhantes cometidos contra crianças e adolescentes a fim de “educá-los”. Compreendidos como “necessários” e “corretos” para evitar “males maiores”, os castigos físicos contra crianças são desconsiderados em sua capacidade de trazer consequências negativas e naturalizados como formas legítimas de pais/mães/responsáveis “educarem = controlarem” as crianças e adolescentes.

A prática do uso da violência para educar também pode ser vista como uma herança do passado escravista do Brasil, em que o uso da força para subjugar, controlar e domesticar pessoas escravizadas era uma das práticas mais perversas daquele tempo. Também são minimizados os impactos da violência psicológica e de outras formas de violência que não deixam “marcas no corpo”, como a violência verbal. Esse tipo de agressão muitas vezes é atravessado por racismo, lgbtfobia, sexismo, gordofobia, entre outras violências que, atreladas a distintos estereótipos, agravam ainda mais as desigualdades. É importante considerar que os reflexos da violência verbal podem perdurar toda a vida de uma pessoa, influenciando em suas questões identitárias, como as noções de autoestima, autoimagem e amor-próprio.

A violência entre pares pode ser compreendida em maus-tratos, opressão, intimidação e ameaças que ocorrem de forma intencional e repetida. Isso inclui gozações, apelidos maldosos e xingamentos que magoam profundamente a criança e que podem causar sérios prejuízos emocionais, como perda de autoestima e exclusão social.

Fonte: A prática de violência entre pares: o bullying nas escolas, de Rosana Maria César del Picchia de Araujo Nogueira. Disponível em <https://rieoei.org/historico/documentos/rie37a04.htm>

Violência no ambiente escolar

A violência no ambiente escolar é uma questão que vem crescendo e causando preocupação em educadores, outros profissionais da educação, familiares e várias esferas da sociedade, pois a escola configura-se em lugar institucionalizado da educação formal, de socialização e de construção e reprodução de valores. Logo, deve ser um espaço de valorização da diversidade e de construção de saberes que beneficiam a comunidade. Contudo, o âmbito escolar tem sido um recorrente lugar de produção e reprodução de violências, pois tal qual outras instituições sociais, a escola é uma das responsáveis pela manutenção dos mecanismos de poder que reproduzem desigualdades, preconceitos e exclusão social. É o que afirma a pesquisadora Meiryelle Paixão Menezes, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Casos de violência psicológica e física nas escolas são cada vez mais frequentes no cotidiano, prática que afeta o desenvolvimento de estudantes, podendo ocasionar traumas irreversíveis.

Nas escolas, as violências se manifestam de formas distintas, seja por bullying, racismo, lgbtfobia, sexismo, gordofobia e capacitismo, reproduzindo fatores já existentes na sociedade e evidenciando que esse não é um fenômeno intramuros. De acordo com a pesquisa elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre violência em escolas, com mais de 100 mil professores, o Brasil lidera o ranking de agressões contra docentes. Entre os professores ouvidos, 12,5% afirmaram ser vítimas de agressões verbais ou intimidação de alunos. Esses casos de violência contra professores, dentro das escolas, geram consequências na saúde física e emocional dos profissionais da Educação.

Questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual e sua combinação direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das idéias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação.

Fonte: Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, e-Clam Bullying.

O “bullying” pode ser entendido como uma violência que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva por um ou mais alunos, contra um ou mais colegas. A palavra inglesa tem sua origem no termo “bully”, que significa valentão, brigão. No Brasil, essa violência é compreendida como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maus-tratos. Pode se manifestar em qualquer contexto social, como escolas, igrejas, universidades, famílias, vizinhança e locais de trabalho. Isso evidencia o quanto essa violência é naturalizada e aceitável, pois um “apelido inofensivo” pode acarretar danos emocionais e físicos. Logo, é importante atentar-se, pois muitas pessoas, principalmente jovens, veem no isolamento uma solução para se livrar dessas agressões, abandonando a escola e outros espaços de convívio, e, em casos extremos, essa violência pode estimular o suicídio.

Em entrevista à revista Nova Escola, Cléo Fante, educadora e autora do livro “Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar para a Paz”, afirma que o praticante de “bullying” quer “ser mais popular, sentir-se poderoso para ter uma boa imagem de si mesmo. Isso tudo leva o autor do “bullying” a atingir o colega com repetidas humilhações ou deprecições. É uma pessoa que não aprendeu a transformar sua raiva em diálogo e para quem o sofrimento do

outro não é motivo para ele deixar de agir. Pelo contrário, sente-se satisfeito com a opressão do agredido, supondo ou antecipando quão dolorosa será aquela crueldade vivida pela vítima". É importante enfatizar que, muitas vezes, os produtores de "bullying", entre outras violências, também já foram ou são vítimas dele, e assumem essas posturas por não saberem lidar com as emoções.

Diante dessa realidade, não se deve perder de vista que a escola e os espaços informais de educação (ONGs, associações, escolinhas de reforço escolar de bairros etc.) são lugares de encontros, conflitos e formação de vínculos, podendo se configurar tanto em ambiente de reprodução de preconceitos e violências quanto em um espaço ideal para reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças. Sendo assim, é fundamental que educadores, estudantes e toda a comunidade, a sociedade civil e o Estado, promovam a reflexão sobre o lugar de produção, reprodução, naturalização e legitimação das violências, visando a identificar qual é o seu lugar e responsabilidade dentro desse processo, e, assim, fomentar ferramentas de prevenção e enfrentamento.

8. O racismo e as violências: barreiras para o desenvolvimento da população negra

No Brasil, uma dimensão da violência que é ampla, duradoura e bastante perceptível é a violência e a desigualdade racial, mas isso não é uma exclusividade do Brasil. O mundo moderno se estruturou, pelo menos a partir do século XV (QUIJANO, 1999), na diferenciação entre as populações humanas. Isto é, a partir daí, estabeleceu-se uma forma de caracterizar as pessoas como mais ou menos humanas, a depender de sua origem, tomando por princípio que os europeus "conquistadores" eram o grupo superior e os demais, inferiores.

A ideia de Raça na legitimação da violência

A ideia de raça surgiu para reunir as diferentes ideias que desigualam as pessoas pelo pertencimento a grupos específicos ou que possuam características físicas diferentes das europeias, posteriormente, consideradas brancas. Como demonstra Kabengele Munanga (2019), a ideia de raça advém das formas como se classificavam os animais, na diferenciação das espécies, mas também na diferenciação entre pessoas, não necessariamente, como posteriormente aconteceu, por meio de fundamentos supostamente biológicos, mas referindo-se, por exemplo, às diferenças entre a nobreza (que tinha "sangue azul") e os demais.

A organização das diferenças que desigualam as pessoas foi o principal fundamento da colonização e da escravização, questões centrais para a compreensão do Brasil. Como os europeus se consideravam superiores, acreditavam que podiam exercer diferentes tipos de dominação sobre os grupos não europeus. Dessa forma, estruturaram maneiras de agir que condiziam com essa ideologia. Isso chega ao contexto científico e é construído como ciência. A crença na superioridade europeia faz com que os cientistas utilizem a ideia de raça para dizer, entre outras coisas, que os diferentes fenótipos humanos são marcas da diferença em termos de estágio de humanidade. Portanto, a ideia de raça nasce para sistematizar essa crença no que, na época, era considerado científico. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha nazista, que utilizava a diferenciação racial para estabelecer seu discurso público, há uma alteração significativa.

Nesse sentido, abandona-se o uso da palavra raça para falar das diferenças entre as pessoas, com base no pensamento de que essa palavra causou justamente um tipo de violência inaceitável.

A continuidade do racismo

Apesar disso, as situações de violência contra os grupos que foram historicamente racializados – isto é, lidos através das lentes que os subjugaram – não cessaram. Em diferentes lugares do mundo, a violência continuou a ser usada para reafirmar a diferença entre as populações. No caso do Brasil, a desigualdade advinda da escravidão continuou a ser reafirmada após a abolição, em diferentes práticas sociais que desigualavam as pessoas. Por isso, como alguns autores têm argumentado (por ex.: GUIMARÃES, 2003)²⁸, embora a raça advenha de uma forma de classificação que repudiamos, ela continua em atuação na nossa sociedade, e utilizar essa palavra pode ser uma forma consciente de demonstrar isso, de denunciar a manutenção desse tipo de estrutura social.

Derivado da palavra raça, o racismo é a prática social de classificar e agir contra um grupo de pessoas, a partir desse tipo de diferenciação desigual. Isto é, o racismo se caracteriza por um tipo de ação que leva em consideração não a pessoa, mas aquilo que ela parece ser, dentro de um imaginário que legitimou estereótipos que colocavam pessoas não brancas como inferiores às pessoas brancas. Entretanto, por ser um tipo de violência naturalizada, nem sempre é explícito, consciente ou intencional. Toda prática racista está atrelada à história dessa forma de construir a desigualdade entre os grupos humanos.

Mas nem sempre há uma referência explícita a isso. Para enfatizar, dizemos que há o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019)²⁹, isto é, uma prática que se baseia não na ideologia individual das pessoas, mas em uma estrutura desigual. O racismo estrutural é a forma de manutenção da desigualdade, mesmo quando o racismo individual passa a ser considerado crime. Por causa de séculos de um processo de negação da humanidade de alguns grupos sociais, essa diferença foi naturalizada. A visão desumanizada de pessoas não brancas é tida como natural. Elas ocuparem lugares inferiores na sociedade também. Isso, historicamente, tem gerado uma forma de estrutura social racista. Embora ainda seja comum nas relações cotidianas pessoas insultarem as outras por serem pertencentes a um grupo social que foi desqualificado historicamente, essa não é a única forma de ação racista. A manutenção da desigualdade econômica, por exemplo, é uma ação racista. A ausência de pessoas não brancas em lugares de poder é uma ação racista. A desigualdade salarial é uma prática racista. Isso não quer dizer que as pessoas conscientemente fazem isso, quer dizer que a desigualdade se enraizou a tal ponto que essas situações se tornam naturais.

Violência racial no Brasil

Dessa maneira, podemos perceber a violência racial no Brasil, por exemplo, a partir da evidência da preponderância de pessoas negras em situação de vulnerabilidade econômica. Ou mesmo do desaparecimento de populações indígenas, seja pela sua assimilação, seja pela produção direta e indireta de mortes. Certamente, o mais escandaloso dessa situação é que ela tenha se prolongado por tanto tempo sem que fossem tomadas providências concretas para efetivar uma mudança nesse quadro social. E, ao contrário, é possível observar situações em que as populações não brancas são colocadas em circunstâncias de maior incidência de violência.

Como vimos anteriormente, a violência, que qualificamos de estrutural, é um processo social amplo, extenso e complexo. Ela não está contida numa ação específica que a expressa. As situações de desigualdade em que as populações negra e indígena vivem no Brasil são fruto dessa história. Além disso, é possível observar, ainda, mecanismos de manutenção dessa desigualdade e prática de violência direta. Uma dessas circunstâncias, os movimentos sociais no Brasil têm classificado como genocídio da juventude negra. Os altos números de letalidade de jovens negros no Brasil estão emaranhados nesse contexto histórico, e é isso que os movimentos sociais denunciam. Essa violência está tanto relacionada aos contextos de vulnerabilidade socioeconômica quanto às ações de instituições estatais de repressão, prisão, condenação e morte de pessoas negras.

Atrelado a isso, constitui-se o estereótipo desses jovens como violentos, como, necessariamente, produtores e perpetuadores dessa violência. Isso proporciona uma maior incidência desses jovens nas prisões. Não porque pessoas negras cometam mais crimes, mas porque as instituições têm reprimido, de maneira mais enfática, pessoas negras. Isso, como vinha dizendo, originou o estereótipo e construiu a ideia do negro bandido, como hoje está registrado no imaginário social.

Barreiras no desenvolvimento da população negra

Todos esses pontos acabam por interromper os processos de desenvolvimento e mobilidade social das pessoas negras, constituindo-se como barreiras simbólicas. Essas barreiras são culturais, simbólicas e materiais. Um determinado grupo social ocupar majoritariamente determinados lugares sociais reflete, de alguma maneira, as formas de relação estabelecidas naquela sociedade. Por estarem majoritariamente ocupando esses espaços, produz-se uma continuidade. Com relação a isso, podemos afirmar que, por exemplo, no contexto brasileiro, pessoas brancas têm ocupado determinados lugares de poder e prestígio social, e isso tem impedido que outras pessoas também os ocupem. Estar nesses lugares tem a ver com: 1) maior concentração de possibilidades, que estão mais disponíveis para pessoas que estão em estratos sociais privilegiados, que, no caso brasileiro, são majoritariamente pessoas brancas; e 2) com o que a pesquisadora Maria Aparecida Bento Silva (2002) chamou de "pactos narcísicos da branquitude", que se configura como "Um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais. Um pacto que visa a preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses". Segundo a pesquisadora, pessoas brancas tendem, ainda que inconscientemente, a privilegiar outras pessoas brancas, em detrimento de pessoas não brancas.

Ainda podemos elencar como barreiras no campo de possibilidades de pessoas negras, a afirmação contínua do lugar subalternizado que ocupam. Por exemplo, por meio das representações culturais que associam insistentemente a presença negra a lugares subalternizados ou de violência e criminalidade. O já citado constante assédio de policiais e seguranças à população negra age como um cristizador de estereótipos e delimitador simbólico dos lugares que se é possível ocupar sendo uma pessoa negra. Essa dimensão tem um profundo impacto psicológico nas trajetórias individuais.

Por fim, podemos demarcar que a trajetória mais dificultosa por meio das oportunidades vistas como possíveis acaba por direcionar uma parte considerável das pessoas negras, trazendo efeitos diversos. Essa realidade está, por exemplo, vinculada aos contextos de violência nos

quais comunidades majoritariamente negras estão imersas. A naturalização da violência como caminho possível tem, historicamente, direcionado jovens negros para a prática de comércio de substâncias psicoativas consideradas ilícitas. Esse tem se apresentado como um caminho disponível. O Estado, por meio das polícias, tem respondido a esse tipo de comércio com uma violência crescente, o que tem levado a violência para dimensões cada vez maiores, colocando mais impossibilidades e violências no caminho de pessoas negras. Mesmo aquelas pessoas que não fazem parte dessa realidade tornam-se alvo da repressão policial.

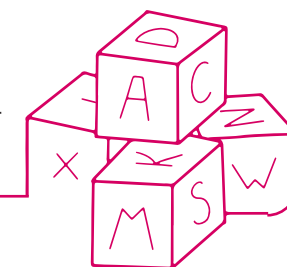
9. Trabalho infantil, o corpo negro sem direito à infância

O trabalho infantil configura-se como toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada País. No Brasil, o trabalho é proibido para quem ainda não completou 16 anos, como regra geral, salvo quando realizado na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Entretanto, vale ressaltar que, no Brasil, a proibição do trabalho infantil irá variar de acordo com a faixa etária e com o tipo de atividades ou condições em que é exercido:

Até 13 anos – proibição total;

Entre 14 a 16 anos – admite-se uma exceção para trabalho na condição de aprendiz;

Entre 16 e 17 anos – permissão parcial. São proibidas as atividades noturnas, insalubres, perigosas e penosas, nelas incluídas as 93 atividades relacionadas no Decreto nº 6.481/2008 (lista das piores formas de trabalho infantil), haja vista que tais atividades são prejudiciais à formação intelectual, psicológica, social e/ou moral do adolescente.



Trabalho infantil é uma violência atravessada pelas desigualdades sociais. Por isso, ao refletir sobre esse fenômeno, devem-se considerar as variadas marcações identitárias e as suas relações com os outros tipos de violências. Essa forma de exploração está muito presente em nosso cotidiano, tanto em espaços públicos quanto privados. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a respeito do trabalho de crianças e adolescentes em 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontaram que 1,768 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham, em todo o território nacional, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nessa faixa etária. A crise econômica gerada pela pandemia agravou ainda mais essa situação, pois muitas famílias se viram diante da necessidade de recorrer às suas crianças e aos seus adolescentes para gerar renda familiar.

A naturalização do trabalho infantil, fomentada pelas crenças equivocadas baseadas na ideia de que o "trabalho dignifica o homem", torna este tipo de violência invisível e aceitável na sociedade, ignorando que o trabalho infantil traz imediatas consequências físicas e psicológicas que podem ser nocivas e perdurar toda a vida daquela pessoa. Já é sabido que, para uma criança desenvolver de forma efetiva suas faculdades, é preciso que se viva a infância com todos os seus processos. Logo, antes de trabalhar, é preciso estudar, brincar, socializar com outras crianças.

A Lei de aprendizagem ou Lei do Jovem Aprendiz (10.097/2000) garante uma carga horária de trabalho de até 6 horas diárias, permitindo que o jovem não abandone a escola e assegurando o direito à educação, à profissionalização e à proteção social. Essa é uma política pública fundamental para o combate ao trabalho infantil. Porém, a maioria dos adolescentes que hoje trabalham não faz parte dos programas de aprendizagem, estando em situação de trabalho desprotegido.

Recortes de raça no trabalho infantil

Como mencionado anteriormente, a origem da palavra "violência" está relacionada à violação. O Estatuto da Criança e do Adolescente definiu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Entretanto, meninos e meninas negros e negras são as principais vítimas de violação de direitos, considerando que os direitos são fatores fundamentais para a constituição da humanidade. Logo, privação e violação de direitos é a desumanização de uma pessoa.

Uma das maiores violências promovidas pelo racismo é a anulação de identidade e a construção de estereótipos nocivos sobre a população negra. Um exemplo dessa prática é a banalização do lugar das crianças negras na sociedade, principalmente em situação de trabalho infantil. Dados da OIT e do UNICEF evidenciam que, antes da pandemia, havia 1.768 milhão de crianças e adolescentes trabalhando, dos quais 61% eram negros e negras.

Chama atenção também o fato de que, quando se trata de trabalho infantil doméstico, esse índice aumenta para 73,5%, sendo mais de 94% meninas. Os setores agrícola, de serviços e da indústria são os que mais se beneficiam dessa exploração. Mesmo com esses dados alarmantes, há baixa comoção por parte da opinião pública, pois, como exposto anteriormente, historicamente, o corpo negro é subalternizado, mesmo sendo criança.

O trabalho infantil é uma grave violação dos direitos humanos, pois impede que crianças tenham uma infância segura, negando a infância e gerando danos psicológicos, físicos e sociais, sobretudo de crianças negras. Mesmo que os motivos do trabalho infantil estejam vinculados a desigualdades sociais, é fundamental pontuar que, enquanto vigorarem os valores escravistas do passado colonial brasileiro, o trabalho infantil continuará existindo e se fortalecendo.

Mitos do trabalho infantil

De acordo com Isa Oliveira³¹, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), é preciso desconstruir alguns mitos que contribuem para que milhões de crianças e adolescentes estejam trabalhando atualmente no País.

Mito 1: É melhor trabalhar do que roubar

Trabalhar é proibido para crianças e adolescentes. Trabalho não é uma opção para crianças e roubar não é uma opção para ninguém, pois é crime. A legislação proíbe trabalho infantil para todos aqueles que ainda não alcançaram 16 anos. A opção é educação, brincadeira, lazer, prática de esportes, convivência familiar e acesso à cultura.

Mito 2: Trabalhar não mata ninguém

De acordo com dados do Ministério da Saúde, trabalhar pode adoecer e matar crianças e adolescentes, pois vários acidentes são fatais e outros levam a mutilações, como amputação de membros. Em 2016, houve 22 mil casos de acidentes com crianças e adolescentes em situações de trabalho no Brasil. No mesmo período, foram registrados 197 óbitos.

Mito 3: Precisa trabalhar para ajudar a família

A responsabilidade de sustentar crianças e adolescentes é da família, da sociedade e do Estado. Não se pode impor à criança e ao adolescente essa obrigação. O Estado e o poder público devem buscar alternativas de apoio à família, pois o trabalho infantil não é solução, mas produtor de pobreza e exclusão social.

Mito 4: O trabalho enobrece

Em primeiro lugar, é o ser humano que enobrece o trabalho e não o contrário, mas isso não se aplica à criança, porque ela tem direito a não trabalhar. O que enobrece crianças e adolescentes é a oportunidade de estudar. Isso deve ser priorizado.

Mito 5: O trabalho traz futuro

Para crianças e adolescentes, o trabalho nega o presente e compromete o futuro. Estudos indicam que trabalhadores com baixa escolaridade não ingressam no mercado de trabalho. Eles têm acesso somente a atividades informais e mal remuneradas, reprodutoras da pobreza. O futuro deve ser garantido pela proteção integral da criança, pela garantia de todos os direitos e pela qualificação profissional na idade correta. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que não é possível a um País alcançar o desenvolvimento sustentável e justo se não eliminar o trabalho infantil e o trabalho escravo. Além de negar um futuro digno às crianças, o trabalho infantil também compromete o desenvolvimento da nação.

10. Considerações finais

As violências, apesar de serem estruturais, são construídas historicamente, por isso, passíveis de mudança. É fundamental que os educadores, educadoras, agentes das Redes de Proteção e todas as esferas da sociedade reflitam sobre seu lugar e suas potencialidades diante do enfrentamento às violências. Pois, como foi analisado ao longo deste capítulo, as violências são múltiplas, naturalizadas e consideravelmente legitimadas pela sociedade. Por isso, são imprescindíveis metodologias socioeducacionais, fundamentadas na valorização da diversidade, que afirmem identidades e reconheçam os territórios como lugar de potência – "metodologias de sobrevivência" –, que estimulem entre as crianças, os adolescentes e os jovens um olhar crítico de suas realidades e, assim, percebam-se enquanto agentes de transformação.

Porém, é preciso o envolvimento de todas as esferas da sociedade na promoção de ações que visem a reconhecer, desnaturalizar, deslegitimar, enfrentar e prevenir as violências. E, aos educadores, todos, todas e todes, é mais que necessário desejar e projetar futuros. É a partir da troca de saberes que juntas e juntos será possível a construção de novas ferramentas e estratégias de sobrevivência.

Refletir sobre violências, muitas vezes, pode ser uma ação complexa e angustiante, principalmente quando seu corpo é atravessado interseccionalmente pelas violências. Entretanto, (re)existir é a única saída. Diante disso, as “metodologias de sobrevivências” são fundamentais. Para desenvolvê-las, é preciso olhar para os saberes e legados construídos pelos que já estão resistindo desde sempre, observando seus modos de vida. Pessoas que há séculos seguem resistindo e se reinventando nessas terras, que arbitrária e violentamente foram chamadas de Brasil.

11. Para saber mais

Artigo “A História da violência no Brasil”, de Renata Andrade. Disponível em <https://revistasenso.com.br/violencia/historia-da-violencia-no-brasil/>

Artigo “Brasil lidera índice de violência contra professores. O que podemos fazer?”, de Ana Carolina C D'Agostini. Disponível em https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contra-professores-o-que-podemos-fazer?gclid=CjwKCAiAOKmPBhBqEiwAJqKK49wpNnniyHwd1PvtTikWLORul8lfGtwkbWypGlEopcN5cOfWyehPzRoCDPMQAvD_BwE

Artigo “Uma ideologia perversa”, de Marilena Chauí. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm>

Artigo “Violência nas escolas: ela reproduz as loucuras da nossa sociedade”, do Portal Geledés. Disponível em https://www.geledes.org.br/violencia-nas-escolas-ela-reproduz-loucuras-da-nossa-sociedade/?gclid=CjwKCAiAOKmPBhBqEiwAJqKK4z3ejHOY1_DP0Qk6iKXLYCsTY-Db06iZYFxFcabyMZ44AQRcmZX2UhoCwNsQAvD_BwE

Caderno “Violências Baseadas em Gênero na Assistência Social”, de Instituto Promundo, Banco Mundial e Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer de Salvador. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/caderno_VBG_promundo_10.pdf

Cartilha “O que fazer em casos de violência LGBTfóbica?”, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>

“Conceitos e formas de violência”, de Maura Regina Modena. Disponível em https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf

Documentário “Casamento Infantil”, do canal Plan International. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=qIPAKKzNZ_w

“Dossiê: A Geografia dos corpos das pessoas Trans”, da Rede Trans Brasil. Disponível em <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>

“Enfrentando o racismo e a desigualdades de gênero – Guia metodológico”, de Instituto Promundo, KNH Brasil, Comic Relief e Alegria Ahoi. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Caderno_Ra%C3%A7a_e_G%C3%AAnero_vers%C3%A3ofinal_4.pdf

“Guia metodológico Educação e Esporte para Igualdade: Guia de Atividades do Projeto Praticando Esporte, Vencendo na Vida!”, do Instituto Promundo, Comic Relief, Childhope e KNH Brasil. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2016/06/PraticandoEsporte_Guia_24MAI.pdf https://www.youtube.com/watch?v=qIPAKKzNZ_w

“Mapeando a produção Brasileira sobre Lesbofobia: uma revisão integrativa, do Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero”, da ABEH – CINABEH. Disponível em https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook1/TRABALHO_COMPLETO_EV149_MD1_SA5_ID591_22032021135118.pdf

“Podcast Fala Ai: Qual a diferença entre homicídio e feminicídio?”, da Rádio Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/fala-ai-qual-a-diferenca-entre-homicidio-e-feminicidio/>

“Tipos de Violências Contra Crianças e Adolescentes”, por Ministério Público do Paraná. Disponível em <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-2148.html>

Vídeo “A lei do Feminicídio no Brasil – Direto ao Ponto”, do canal Jornalismo periférico. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I9hFNmeKv1g>

Vídeo “As raízes da violência no Brasil”, do canal Nexo Jornal. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xuz1sv5nFT0>

Vídeo “As violências de gênero invisíveis diárias”, do Portal Das lutas. Disponível em <https://daslutas.wordpress.com/2016/08/16/as-violencias-de-genero-invisiveis-diarias/>

“Vídeo Maria da Penha conta sua história de vida e relembra agressões”, do Programa do Porchat. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KZXsPc-iSJM>

Vídeo “Minha vida de João”, do canal do Instituto Papai. Disponível em <http://promundo.org.br/recursos/minha-vida-de-joao/>

Vídeo “Não tire o batom vermelho”, do canal JoutJout Prazer. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>

Vídeo “Rodrigo Cerqueira apresenta ‘Intertexto’”, poema de Bertolt Brecht, do canal Toda Poesia. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Z2liUF07nlk>

“Violência dói e não é direito”, de Lilia Schraiber. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?isbn=857139606X>.

“Violência: definições e tipologias”, de Elza Berger Salema Coelho, Anne Carolina Luz Grüdtner Silva, Sheila Rubia Lindner. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf

12. Propostas de atividades

ATIVIDADE 8 - VIOLÊNCIAS ENTRE PARES

Objetivo: Mapear situações de violência praticadas por adolescentes e jovens com seus pares e refletir sobre comportamentos mais empáticos e solidários

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Tarjetas de papel, canetas, quadro de giz ou flipchart com pincel atômico.

Descrição da atividade:

Etapas 1 – Não deseje aos outros o que não gostaria para você (20 min)

Organize os participantes em círculo e distribua tarjetas de papel e canetas. Peça que cada grupo escolha uma atividade, prenda ou brincadeira que quer que um colega do grupo faça, colocando seu nome e o nome do colega que deve cumprir a atividade. Normalmente, o grupo sugere ações engraçadas ou que envergonhem o colega de certa maneira. Peça que não vejam o que o colega está escrevendo. Recolha todos os papéis e oriente que a regra da brincadeira vai mudar e que o “feitiço virou contra o feiticeiro”: quem vai realizar a tarefa é a pessoa que escreveu e não o colega que a cumpriria.

Os participantes vão realizar as tarefas, e, certamente, haverá um pouco de rejeição ou vergonha, mas encoraje os participantes a seguir. Após a realização das tarefas, reflita com o grupo:

1. Foi confortável fazer o que você propôs ao outro? Caso não tenha sido, por quê?
2. Qual foi o seu critério de escolha para definir um participante do grupo para fazer a atividade?
3. Teve alguém que foi muito mais escolhido do que os demais? Por quê?
4. Como se sentiria essa pessoa por ter que fazer várias atividades e/ou brincadeiras enquanto outras não?
5. Como nos sentimos quando estamos em uma situação de exposição ou vulnerabilidade com relação a um grupo, colegas ou outras pessoas com as quais convivemos?
6. Por que, por vezes, desejamos ou fazemos coisas com os outros que não gostaríamos que fizessem conosco?

ETAPA 2 – Identificando situações de violência entre pares (15 min)

Comece esta etapa refletindo com o grupo que situações de maus-tratos, opressão, intimidação e ameaças infelizmente fazem parte do convívio de crianças e adolescentes. Com a ajuda de um quadro ou flipchart, peça ao grupo que liste tipos que eles conhecem de violência física, moral e online praticados por crianças, adolescentes e jovens contra pessoas da sua mesma idade. Alguns exemplos:

“Bullying” – agressões contínuas, repetitivas, com características de perseguição do agressor contra a vítima, não podendo caracterizar uma agressão isolada, resultante de uma briga. As agressões podem ser de ordem verbal, física e psicológica, e é comum que aconteçam as três ao mesmo tempo. As vítimas são intimidadas, expostas e ridicularizadas.

Brigas – ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico. Está relacionada com a utilização de força física contra a pessoa, criança ou adolescente, de forma intencional, com o objetivo de causar dor, sofrimento, lesão ou destruição da vítima.

Racismo – situações em que pessoas são difamadas, violentadas ou têm o acesso a algum tipo de serviço ou lugar negado por conta de sua cor ou origem étnica. No Brasil e em outros Países que utilizaram a mão de obra escrava, o racismo resulta, principalmente, da colonização e da escravidão.

Sexismo – discriminação e objetificação sexual é quando se reduz alguém ou um grupo apenas pelo gênero ou orientação sexual. O sexismo é normalmente associado à posição que o machismo determina para as mulheres. Mas também pode ser relacionado ao tratamento preconceituoso dado pela sociedade aos homens, aos homossexuais, aos transexuais, aos que não se identificam com nenhum dos gêneros, entre outras formas de representação de identidade sexual.

Cancelamento virtual – movimento coordenado, na maioria das vezes, por pessoas que estão na internet e se reúnem para odiar alguém junto, ou seja, eles decidem que aquela pessoa não merece existir no mundo digital. Essa pessoa passa a sofrer ataques e ofensas virtuais em massa, que podem até chegar a atingir a integridade física e a saúde psicológica do afetado.

Relacionamentos abusivos – relacionamentos entre casais e/ou amigos que envolvem situações de controle, ciúme, posse e subjugação, que descambam em brigas, conflitos, casos de agressão, crimes de morte e suicídios.

Sextorsão – ameaça de divulgar imagens íntimas para forçar alguém a fazer algo – por vingança, por humilhação ou para extorsão financeira.

Violência sexual entre pares – situações de abusos sexuais praticados por crianças e/ou adolescentes contra pessoas de sua mesma idade e/ou menores.

Tente conceituar e dar exemplos da ocorrência de cada um desses tipos de violência. Caso alguém queira contar uma situação pessoal vivida, acompanhe atentamente o relato, sendo solidário com o sentimento do participante com relação ao que viveu. Reflita com os demais sobre como eles se sentiriam vivendo esse tipo de situação, promovendo um ambiente de acolhimento e empatia.

ETAPA 3 – Exercitando a empatia (15 min)

Encerre o encontro listando, no flipchart ou quadro, propostas para um convívio mais empático e práticas solidárias com as vítimas.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Na atividade 1, peça que os participantes mandem as propostas de atividade por mensagem direta no chat ao mediador do encontro.

ATIVIDADE 9 - VIOLÊNCIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Objetivo: Refletir sobre a escola como espaço privilegiado para a reprodução de situações de violência e a importância de torná-la um ambiente protetivo e inclusivo.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Tarjetas de papel e canetas.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Identificando situações de violência na escola (20 min)

Distribua as tarjetas de papel e as canetas aos participantes. A atividade vai ser realizada em duas rodadas:

Rodada 1 – Coloque na tarjeta uma situação feliz que você já viveu na escola

Peça aos participantes que coloquem uma situação feliz que já viveram na escola em uma das tarjetas. Leia as repostas, aleatoriamente, questionando os motivos pelos quais esses momentos foram felizes: quem eram os atores envolvidos? Eram momentos relacionados ao aprendizado ou às relações interpessoais?

Após este primeiro momento, faça nova rodada de tarjetas:

Rodada 2 – Coloque na tarjeta uma situação triste e/ou difícil que você já viveu na escola

Após a leitura das respostas, faça as mesmas perguntas da rodada anterior. Provavelmente, aparecerão situações de racismo, preconceito ou discriminação. Encerre essa etapa com as seguintes reflexões:

1. Qual é o papel da escola na vida de adolescentes?
2. Quais são as situações que provocam a exclusão escolar de adolescentes e jovens?

Encerre este momento enfocando como os conflitos que surgem na escola têm potencial para gerar diferentes atos de violência, como bullying, brigas entre pares, estudantes e corpo de funcionários, manifestações de racismo e sexismo, preconceitos etc.

ETAPA 2 – As formas de violência no ambiente escolar (20 min)

Divida a turma em 4 grupos. Cada um deles terá 10 minutos para levantar algumas possíveis situações de violência entre grupos da comunidade escolar:

G1 – Formas de violência de alunos contra professores e/ou funcionários

G2 – Formas de violência de alunos contra outros alunos

G3 – Formas de violência da gestão contra os funcionários

G4 – Formas de violência dos alunos contra o patrimônio escolar

Cada grupo terá em torno de 3 minutos para apresentar suas impressões.

ETAPA 3 – Por uma escola protetiva (10 min)

Comece esta etapa reforçando como a escola é um importante espaço para a garantia de direitos da criança e do adolescente, e, para que isso aconteça efetivamente, ela precisa promover um ambiente interno de respeito com alunos e colaboradores, acolhimento, escuta ativa, atenção aos alunos, diálogo com os pais, assistência social, conselhos tutelares e outros equipamentos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Nessa direção, encerre o encontro levantando propostas com o grupo para que a escola funcione como um espaço protetivo de fato.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Na atividade 1, peça que os participantes mandem as propostas de atividade por mensagem direta no chat ao mediador do encontro. Para a etapa 2, use o recurso de salas simultâneas disponível no Zoom e no Google meet.

ATIVIDADE 10 - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo: trabalhar conceitos referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes em suas diferentes vertentes.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

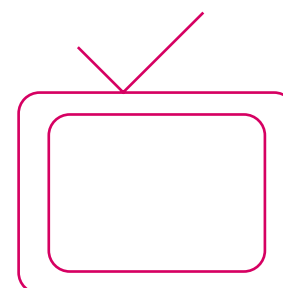
Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – O que entendemos por exploração sexual? (5 min)

Comece o encontro convidando o grupo a pensar sobre o tema do encontro, projetando a definição de exploração sexual:



A exploração sexual é caracterizada pela relação sexual entre uma criança ou um adolescente com um adulto, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer outro benefício (favores, drogas, comida, uma noite de sono ou presentes). Nesse contexto, crianças e adolescentes são tratados como objetos sexuais ou como mercadorias.

Fonte: Childhood Brasil, disponível em <https://www.childhood.org.br/nossa-causa#intro>

Nesse primeiro momento, é importante já ressaltar que a responsabilidade pela exploração sexual é sempre do adulto, nunca da criança e/ou do adolescente. Mesmo que eles afirmem estar nessa condição "porque querem", estamos sempre diante de violações que resultaram na exploração sexual.

ETAPA 2 - Exploração sexual para fins comerciais (20 min)

Exiba o episódio 2 da série "Que exploração é essa?", do Canal Futura, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=icoCjV6jcng>. Após a exibição, pergunte ao grupo:

1. Em que local se passa a história?
2. O caminhoneiro Milton achou alguma coisa suspeita ao chegar na recepção do hotel? O quê?
3. Quem ele encontrou logo na chegada? O que o amigo estava fazendo?
4. Qual foi a atitude de Milton com relação ao filho?
5. O que o amigo de Milton falou para ele sobre a menina? Que justificativa deu para o que estava fazendo?
6. Qual foi o conselho que Milton deu o amigo?
7. Em que situação vivia essa menina?
8. Como eles ajudaram a menina?

Após essas perguntas, diga ao grupo que a situação apresentada no vídeo reflete uma situação de exploração sexual para fins comerciais e leia com o grupo as diferentes situações em que essa prática acontece:

Exploração sexual agenciada - Intermediação por uma ou mais pessoas ou serviços. No primeiro caso, as pessoas são chamadas rufiões, cafetões e cafetinas, e, no segundo, os serviços são normalmente conhecidos como bordéis, serviços de acompanhamento, clubes noturnos.

Exploração sexual autônoma - Prática de atos sexuais realizada com crianças e adolescentes mediante pagamento sem o intermédio de outros adultos. Muitas crianças e adolescentes, de ambos os sexos, envolvem-se em atividade sexual e essa se torna sua principal estratégia de sobrevivência. Entre jovens de camadas populares, jovens de rua e mesmo da classe média, essa pode ser uma forma de custear o vício em drogas ou adquirir um estilo de vida desejado.

Pornografia - É configurada como exploração sexual quando há produção, utilização, exibição, comercialização de material (fotos, vídeos, desenhos) com cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes ou imagens, com conotação sexual, das partes genitais de uma criança.

Tráfico para fins sexuais - Cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada para essa finalidade. O mais recorrente é que o tráfico para fins de exploração sexual ocorra de forma disfarçada por agências de modelos, turismo, trabalho internacional, namoro-matrimônio, e, mais raramente, por agências de adoção internacional.

Turismo para fins de exploração sexual - Exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de Países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio País, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem.

Fonte: Childhood Brasil, disponível em <https://www.childhood.org.br/tipos-de-exploracao-sexual-infantil>

ETAPA 3 – Exploração sexual não comercial (15 min)

Agora exiba a animação "Amores e relações abusivas", da série "Que corpo é esse?" do Canal Futura, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Znq3ljdTCYs>. Pergunte ao grupo:

1. Percebemos uma situação de exploração sexual nessa animação? Qual?
2. Como é o relacionamento de Paula com o cara mais velho? Quais os benefícios que ela vê nessa relação? E a que tipo de situações de vulnerabilidade ela está exposta?
3. Que outras situações de exploração sexual envolvendo trocas de favores ou presentes a gente pode identificar?

Conclua essa etapa conceituando a exploração sexual não comercial de crianças e adolescentes:

Trocas Sexuais – São chamadas de 'trocas sexuais' situações nas quais adultos oferecem favores para crianças e adolescentes em troca de satisfação sexual. Muitas crianças e adolescentes que fogem de casa e que vivem nas ruas mantêm relações sexuais com adultos em troca de comida, de uma noite de sono em um hotel ou para adquirir drogas. Crianças e adolescentes de classe média também podem receber drogas ou objetos de desejo – roupa, tênis, celular etc. Essas práticas costumam ser eventuais, ou seja, não existe uma ação continuada de exploração sexual.

Fonte: Childhood Brasil, disponível em <https://www.childhood.org.br/tipos-de-exploracao-sexual-infantil->

ETAPA 4 – Caminhos para denúncia (10 min)

Encerre o encontro apresentando os principais canais de denúncia de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes, reforçando a importância do encaminhamento dos casos para órgãos competentes para encerrar o ciclo de violências contra as vítimas:

Disque 190 – Polícia Militar
Disque 100 – Direitos Humanos
Disque 194 – Polícia Federal
Disque 197 – Polícia Civil
Disque 191 – Polícia Rodoviária Federal



Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Essa atividade pode ser reproduzida da mesma maneira na modalidade online e presencial.

ATIVIDADE 11 - TRABALHO INFANTIL

Objetivo: Entender o que é a exploração do trabalho infantil e como encaminhar uma denúncia.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Computador, placas "sim" e "não", TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Identificando situações de exploração (30 min)

Entregue a cada participante duas folhas de papel e/ou tarjetas: uma escrito "sim", e outra escrito "não". Explique que algumas histórias serão lidas para o grupo e que eles devem manifestar sua opinião através das placas, dizendo se identificam aquela como uma situação de exploração infanto-juvenil ou não. Seguem as situações para leitura:

Situação 1:

Fabiana tem 13 anos e, por falta de um lugar seguro para ficar, acompanha sua mãe quando ela vai para a casa da patroa fazer a limpeza. Sempre que está com sua mãe, a patroa pede a menina para ajudar na limpeza, varrendo a casa, limpando as janelas. Para a mãe de Fabiana, não há problema, já que a menina faz as refeições naquela casa e, por isso, pode ajudar.

Situação 2:

Luan tem 9 anos. Ele é o irmão mais velho de uma família de 4 crianças. Ele e seus irmãos são cuidados apenas pela mãe. Luan fica na feira 3 vezes por semana, esperando para carregar as compras para as pessoas e, assim, ganhar gorjetas para ajudar sua mãe a comprar alimentos para ele e seus irmãos.

Situação 3:

Vitor é um menino de 10 anos e está de férias. Seu pai é pedreiro e está trabalhando na construção de uma casa. O ajudante do pai de Vitor ficou doente, então ele decidiu levar o menino para ajudá-lo na obra pontualmente. O pai acha que é bom, pois tira o menino da rua durante este período e ele ainda aprende uma função laboral, além de ajudar a economizar o dinheiro da família.

Situação 4:

Isabela tem 14 anos e foi contratada para trabalhar como jovem aprendiz em um grande supermercado da região onde mora. Ela trabalha durante 6 horas por dia e continua frequentando a escola.

Conforme as situações forem contadas, reflita uma a uma com o grupo, tendo como base a legislação sobre trabalho infanto-juvenil.

ETAPA 2 – Refletindo sobre o contexto local (20 min)

Após recolher as impressões do grupo na etapa anterior, exiba o vídeo "Meia infância: o trabalho infantil no Brasil hoje", da página "Escravo, nem pensar", disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_oeYCEYpaRo&t=210s

Na sequência, reflita com o grupo:

1. O trabalho infantil é uma realidade nesse município?
2. Você sabe como funciona o trabalho de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil no município?

3. Que oportunidades você conhece de profissionalização para meninos e meninas a partir de 14 anos no município ou na região? Como você acha possível estimular mais ações como essas?

4. Qual a importância e como abordar esse conteúdo no cotidiano escolar?

5. Qual é o papel da escola nesse assunto?

6. Quais são os grupos de crianças e adolescentes mais vulneráveis à exploração do trabalho infantil e às piores formas de exploração do trabalho infantil?

É importante ressaltar que os recortes de classe e raça determinam, na sociedade brasileira, a naturalização e a banalização do trabalho infantil. Encerre o encontro, apresentando os mecanismos de denúncia às situações de Exploração do Trabalho Infantil, como Conselhos Tutelares, CRAS, Delegacias e o Disque 100.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Na etapa 1, você pode utilizar ferramentas digitais, como o Mentimeter, para transformar o Jogo do Gênero em um quiz interativo.

ATIVIDADE 12 – RACISMO

Objetivo: refletir sobre o racismo em práticas cotidianas que promovem, direta ou indiretamente, a segregação e o preconceito racial.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: folha de adesivos brancos, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 - Dinâmica dos estereótipos (15 min)

Antes que o grupo entre na sala, escreva, aleatoriamente, em cada adesivo, rótulos sociais que normalmente são utilizados em situações preconceituosas e rótulos vistos como positivos em nossa sociedade. Algumas sugestões: preto, gordo, vagabundo, pobre, rico, inteligente, ladrão, corrupto, travesti, viado, sapatão, honesto, crente, macumbeiro, pegador, trabalhador, festeiro, amigo etc.

Quando já estiverem em sala, peça que todos fiquem em roda e olhem uns para os outros, em silêncio, fechem os olhos e virem de costas para o centro da roda. Cole na testa de cada participante um rótulo, sem que ele saiba qual é. Quando todos estiverem devidamente rotulados, o grupo deve se voltar para o centro novamente e circular pela sala, relacionando-se uns com os outros, da forma que acharem mais conveniente e confortável, sem revelar o rótulo uns dos outros. Após essa experiência, reflita com eles sobre os seguintes aspectos:

1. Como foi receber um rótulo sem escolha própria?
2. Como foi estar nesse lugar?
3. Como você foi tratado?
4. Qual foi a sua lógica de aproximação com as outras pessoas?
5. De quem você quis se aproximar?
6. De quem você quis se afastar?
7. Como essa dinâmica se aproxima da realidade?

8. Que falas preconceituosas e discriminatórias você ouve no dia a dia? De onde elas vêm?
9. Você já sofreu preconceito? Em que situação?
10. Você já praticou preconceito? Em que situação?

ETAPA 2 - Refletindo sobre o racismo (20 min)

Após a vivência da dinâmica, abrir uma roda de diálogo e exibir pausadamente 4 imagens para o grupo, perguntando em cada uma delas:

1. O que vocês veem nesta imagem?
2. O que vocês sentem ao ver a imagem?



Imagem 1
Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/06/a-internet-revela-que-o-brasil-e-um-dos-paises-mais-racistas-do-mundo.html>



Imagem 2
Disponível em <https://dellacellasouzaadvogados.jusbrasil.com.br/noticias/113683946/aposentada-e-condenada-a-quatro-anos-de-prisao-por-racismo>



Imagem 3
Disponível em <https://razoesparaacreditar.com/representatividade-2/teste-de-imagens-com-profissionais-de-rh-mostra-que-racismo-institucional-existe-sim/>



Imagem 4
Disponível em <https://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/quem-ensina-o-racismo-as-criancas-nos-mesmos-ue/>

Ao final da exposição das quatro imagens, questionar o grupo:

1. O que elas têm em comum?
2. Você já ouviu falar sobre Racismo? O que é?

Após as considerações do grupo, exibir a definição do que é racismo, a fim de contrastar com as respostas fornecidas:

Racismo é entendido como uma forma sistemática de discriminação, por meio de práticas, conscientes ou inconscientes, que resultam em desvantagens a determinado grupo racial. Nesse sentido, o racismo engloba não apenas o preconceito e a discriminação, mas, também, todas as relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, que desfavorecem uma pessoa ou grupo por conta de sua raça.

Enfatize com a turma que o preconceito é uma atitude irracional e violenta, que muitas vezes causa experiências traumáticas. Quando falamos do racismo mais especificamente, trata-se de uma prática que está enraizada na sociedade brasileira e que é fruto da ignorância por parte do preconceituoso, que, na maior parte das vezes, nega a sua existência e/ou não sabe o motivo de seu ódio, o que só amplia a naturalização desse tipo de comportamento. Siga com as reflexões:

1. **Já nascemos com preconceito ou ele se aprende ao longo da vida? Como?**
2. **Como o racismo influencia a vida pessoal das pessoas? E nos relacionamentos afetivos? E na vida profissional? E no convívio em sociedade?**
3. **O que podemos fazer para reduzir essas ações discriminatórias?**

Conclua esta etapa enfatizando a importância das leis e ações afirmativas como formas de enfrentamento do racismo estrutural e de reparação histórica das desigualdades raciais.

ETAPA 3 - Ações Afirmativas e o combate ao Racismo (15 min)

Questione ao grupo se já ouviu falar sobre ações afirmativas e o que pensa a respeito. Após ouvir os apontamentos, enfatize que as políticas de ações afirmativas são medidas que possuem amparo na lei para implementação de uma discriminação positiva, ou seja, uma forma de estabelecer critérios para reconhecer as diferenças existentes entre os grupos sociais. Por meio de ações pontuais e por tempo determinado, as ações afirmativas têm como objetivo reduzir as desigualdades históricas vivenciadas por grupos sociais, como as populações negras e indígenas, no Brasil.

Pergunte aos participantes se eles conhecem alguma ação afirmativa implementada no Brasil e como cada uma delas pode incidir na redução dessas desigualdades históricas. Entre as ações afirmativas no Brasil para a população negra, podemos citar:

Estatuto da Igualdade Racial – destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Lei de Cotas no Ensino Superior – decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas.

Leis 10.639/03 e 11.645/08 – alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade das temáticas: História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.



Encerre o encontro refletindo, para além das ações afirmativas, a respeito de que outras práticas podem ser incorporadas no cotidiano para o enfrentamento do racismo estrutural.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: retire a etapa 1 e amplie a atividade da etapa 2 com mais imagens para discussão. Você pode, ainda, dividir a turma em grupos menores para ampliar o debate sobre as imagens.

ATIVIDADE 13 – RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL

Objetivo: diferenciar o racismo estrutural e o institucional, propondo formas de enfrentar essa realidade

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

Etapa 1- Identificando as origens do problema (15 min)

Comece o encontro exibindo o vídeo “Você sabe o que é racismo?”, da página Quebrando O Tabu com o Canal GNT, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dU-hqu7aqj4>. Após assistir com o grupo, levante as seguintes questões:

1. **As oportunidades são usufruídas de forma igual para brancos e negros no Brasil?**
2. **Por que os negros, mulheres e indígenas não têm acesso a determinados espaços e conquistas?**
3. **De que forma homens e mulheres negros são oprimidos no Brasil? Em que situações?**
4. **Podemos afirmar que o Brasil é um País racista?**
5. **Qual a importância das políticas afirmativas no processo de reversão desse quadro?**

Etapa 2 – Racismo estrutural x Racismo institucional (15 min)

Pergunte ao grupo se eles já ouviram falar em racismo estrutural e racismo institucional. Pergunte se eles sabem a diferença entre os dois e recolha as percepções. Depois, exiba as definições comparando com as respostas do grupo e fazendo correlações com situações do dia a dia:

Racismo estrutural – processo histórico em que condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidas nos âmbitos políticos, econômicos, culturais e até mesmo nas relações cotidianas. Em uma sociedade como a brasileira, na qual as instituições (normas e padrões que condicionam o comportamento dos indivíduos) foram criadas e consolidadas a partir de uma visão racista de mundo, temos que a estrutura dessa sociedade possui o racismo como seu componente.

Fonte: Politize!, disponível em <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-e-racismo-estrutural/>

Racismo institucional – manifesta-se em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Fonte: Portal Geledés, disponível em <https://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/>

ETAPA 3 – Impactos do racismo na vida de adolescentes e jovens (20 min)

Promova uma roda de conversa sobre como adolescentes e jovens são impactados pelo racismo na escola, no acesso ao mercado de trabalho e na sociedade. Encerre o encontro, levantando propostas do grupo sobre como promover a equidade racial no Brasil, tanto na estrutura da sociedade quanto no mercado de trabalho.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Esta atividade pode ser reproduzida da mesma maneira na modalidade online e presencial.

ATIVIDADE 14 – BARREIRAS DE ACESSO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Objetivo: trabalhar o conceito de privilégio branco e entender as principais barreiras de acesso e desenvolvimento social da população negra.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: fita crepe larga, folhas A4 e canetas.

Descrição da atividade:

Etapas 1 – Jogo do Privilégio Branco (30 min)

Receba o grupo com marcações no chão da sala feitas com fita crepe: 10 linhas paralelas com uma distância média de 40 cm entre elas. Peça que o grupo se posicione antes da primeira linha, um ao lado do outro e de frente para as linhas no chão, e os convide a participar de um jogo onde cada um deles será uma peça que se move de acordo com suas próprias histórias de vida. Faça perguntas aos participantes, ordenando que deem passos para frente ou para trás.

1. Se sua família esteve presente em sua infância e adolescência, dê um passo adiante.
2. Se considera que teve boa convivência com eles, dê um passo adiante.
3. Se seus familiares/responsáveis não apoiaram/deram suporte às suas escolhas, dê um passo atrás.
4. Se os seus pais trabalharam finais de semana para sustentar a sua família, ou se seus responsáveis na infância passaram mais tempo fora trabalhando do que com você em seus tempos livres, dê um passo para trás.
5. Se você não conhece a origem da sua família, dê um passo atrás.
6. Se seus pais têm nível superior, dê um passo adiante.

7. Se você teve babá, diarista, ou alguém vai a sua casa fazer serviços domésticos pagos por você ou sua família, dê um passo adiante.
8. Se ganhou mesada durante sua infância ou adolescência, dê um passo adiante.
9. Se sua casa já encheu de água ou se já perdeu algum bem por morar em área de risco, dê um passo para trás.
10. Se nunca precisou de programa do governo (Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida etc.) dê um passo adiante.
11. Se nunca teve quarto próprio, dê um passo para trás.
12. Se já estudou em instituição pública durante o ensino básico, fundamental ou médio, dê um passo para trás.
13. Se você teve problemas para fazer amigos na escola ou arranjar emprego em função da sua raça, dê um passo para trás.
14. Se já ouviu piadas por conta da cor da sua pele ou do seu tipo de cabelo, dê um passo para trás.
15. Se já sofreu por “bullying” ou piadas por conta de aspectos em você que não poderia mudar, dê um passo para trás.
16. Se já desejou ter outra cor de pele, dê um passo para trás.
17. Se já teve vergonha de suas roupas e/ou da sua casa na adolescência, dê um passo para trás.
18. Se tem acesso fácil a um médico toda vez em que encontra necessidade, dê um passo para frente.
19. Se você pode se locomover no seu bairro sem medo de sofrer “bullying” (por raça, cabelo, religião, sexualidade), abuso ou violência sexual, dê um passo adiante.
20. Se você possui mais de 50 livros nas estantes de sua casa, dê um passo para frente.

Após a conclusão das perguntas, reflita com o grupo sobre os sentimentos, as diferentes posições e a distância entre os participantes do jogo, bem como a forma como isso reflete a própria sociedade brasileira:

1. Quem são as pessoas que estão majoritariamente na frente? E atrás?
2. Por que existe essa diferença?
3. Quais são as barreiras de acesso e de desenvolvimento social enfrentadas pela população negra no Brasil?
4. De que forma essa dinâmica expõe o racismo estrutural no nosso País?

Encerre esse momento refletindo que, quando a cor se torna objeto de preconceitos, desigualdades e falta de acesso igualitário às oportunidades, é hora de questionar a sociedade em que vivemos.

Etapas 2 – Desafios e alternativas (20 min)

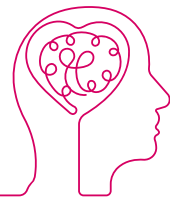
Divida a turma em 4 grupos e entregue, para cada um, uma folha A4 e canetas para anotações das suas reflexões. Cada grupo deve pensar em problemas enfrentados pela população negra no acesso a determinados direitos básicos e alternativas para reverter essa situação:

Grupo 1 – Acesso à saúde pública

Grupo 2 – Acesso e permanência da população negra na educação básica

Ao final do encontro, cada grupo terá em torno de 3 minutos para apresentar suas reflexões e propostas.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Você pode adaptar o jogo do privilégio branco em um quiz estatístico, utilizando ferramentas como o mentimeter ou somente pedindo para que todos abram a câmera e levantem a mão conforme a resposta e solicitando a observação de todos sobre o percentual e as características dos respondentes.



SESSÃO 4 – SAÚDE MENTAL E DROGAS

1. Sobre saúde mental

A saúde mental é fundamental para lidar bem com as emoções, com os comportamentos e com os pensamentos positivos e negativos, além de ser determinante para a estabilidade física e o bem-estar do indivíduo.

Assim, podemos afirmar que vários aspectos da nossa vida podem impactar a saúde mental, como estresse, conflitos, dificuldades financeiras e de saúde, entre outras. É importante ressaltar que, no Brasil, a doença mental surge como problema social. Rotineiramente, essas pessoas eram privadas de liberdade, e o tratamento, entre outros meios, dava-se por intermédio de violência física. Já no início do séc. XX, houve o desenvolvimento da chamada “psicologia dinâmica”, que buscava a humanização dos hospitais e das instituições psiquiátricas. Já o ano de 1978 marca o início efetivo do movimento social pelos direitos dos pacientes psiquiátricos no Brasil. Atualmente, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são considerados dispositivos estratégicos para a organização da rede de atenção em saúde mental. Os CAPS foram criados para “organizar a rede municipal de atenção a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes” (Brasil, Ministério da Saúde, 2007, p. 2).

Tendo isso em vista, notamos que a saúde mental impacta diretamente na qualidade de vida do indivíduo e o diagnóstico e o atendimento corretos são fundamentais para quem necessita.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2013-2020):



“Saúde mental refere-se a um bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade. Em relação às crianças, a saúde mental implica pensar os aspectos do desenvolvimento, tais como: ter um conceito positivo sobre si, ter tanto habilidades para lidar com seus pensamentos e emoções, quanto para construir relações sociais, tendo uma atitude de se abrir para aprender e adquirir educação. Em última análise, tudo o que pode possibilitar uma participação ativa na sociedade.”

Em 2021, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou o Relatório Situação Mundial da Infância 2021 – “Na minha mente: promovendo, protegendo e cuidando da saúde mental das crianças” –, em que aborda, além de outros pontos, o impacto da pandemia da Covid-19 na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens.

Segundo essa pesquisa, calcula-se que, globalmente, mais de 1 em cada 7 meninos e meninas com idade entre 10 e 19 anos viva com algum transtorno mental diagnosticado. Quase 46 mil adolescentes perdem a vida por suicídio a cada ano, uma das 5 principais causas de morte nessa faixa etária. Enquanto isso, persistem grandes lacunas entre as necessidades de saúde mental e o financiamento de políticas voltadas para essa área.

O relatório constata, ainda, que apenas cerca de 2% dos orçamentos governamentais de saúde são alocados para gastos com saúde mental em todo o mundo. É importante ressaltar que, mesmo antes da pandemia, crianças, adolescentes e jovens já apresentavam sobrecarga na área da saúde mental, o que se desnudou com maior força diante de fatores como o isolamento social, frente ao combate à pandemia.

Ainda de acordo com o Relatório, mais de 1,6 bilhão de crianças sofreram alguma perda relacionada à educação.

Isso afeta diretamente crianças, adolescentes e jovens, principalmente os que se encontram em classes sociais mais baixas. Podemos apontar como alguns fatores principais: o desligamento da rotina escolar, o afastamento do convívio com familiares e amigos, a preocupação com a sua saúde e a de sua família e, conseqüentemente, com a renda familiar, afetando, assim, as condições de saúde mental.

Um dos marcos legais que citam a saúde mental de crianças, adolescentes e jovens é o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que refere-se à saúde mental nos casos da atenção integral à saúde de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, no artigo 60, parágrafo III:

“III - cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências;”

Como consequência da pandemia, várias crianças, adolescentes e jovens da periferia tiveram sua saúde mental agravada. Muitas vezes, eles não encontram apoio em órgãos governamentais nem em casa, o que pode contribuir para um caso mais grave, principalmente nos casos em que houve perda de uma pessoa próxima pela doença. Além disso, a necessidade de interrupção das aulas, o isolamento social e o crescimento da desigualdade entre jovens da periferia e jovens com um poder aquisitivo maior se tornam cada vez mais preocupantes no cotidiano.

Uma pesquisa realizada pelo Observatório De Olho na Quebrada buscou entender os efeitos da pandemia em uma das maiores favelas de São Paulo. Com a ajuda da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o Observatório entrevistou 281 habitantes da região, dos quais 86% relataram episódios de depressão e 90% contaram que não estavam realizando suas atividades de rotina.

Com uma quantidade crescente de crianças, adolescentes e jovens que necessitam de atendimento voltado para a saúde mental, podemos destacar a seguir alguns exemplos de serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde:

- **CAPS: destinados ao atendimento de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes e ao acolhimento das situações de crise;**
- **CAPSi: destinados ao acolhimento do público infanto-juvenil;**
- **UBS: oferecem o atendimento de escuta por meio do acolhimento, e, caso haja necessidade de atendimento especializado, este se dará em serviço adequado à demanda.**

Em seguida, citamos alguns pontos de atenção que podem ajudar profissionais (educadores e educadoras) a identificar mudanças ligadas à saúde mental, disponibilizados na íntegra no material da Secretaria de Saúde Municipal do Rio de Janeiro (Coleção Guia de Referência Rápida: Saúde Mental na Infância – Identificação, manejo e qualificação do cuidado, 2018). Vale ressaltar que essas são apenas características norteadoras e não possuem intenção de esgotamento ou redução do tema em si:

- **Dificuldades de aprendizagem**
- **Atraso no desenvolvimento**
- **Dificuldades de relacionamento**
- **Comportamentos desafiadores**
- **Agitação e hiperatividade**
- **Agressividade**
- **Medos e tristezas**
- **Ansiedade**
- **Dificuldade de sono ou alimentação**
- **Queixas somáticas**
- **Isolamento e retração persistentes**
- **Comportamentos antissociais**
- **Situações de crise**
- **Uso abusivo de drogas**
- **Casos de lesões autoprovocadas**
- **Alucinações e pseudoalucinações**



2. Drogas

O uso cada vez maior de drogas, no mundo todo, tem sido uma preocupação recorrente também da escola. Além de ser um problema para a saúde do usuário, ele está diretamente ligado a dificuldades na aprendizagem e, muitas vezes, é a causa da evasão escolar. É imprescindível que a escola tenha meios para intervir nesses casos, assim que forem identificados.

Segundo Schor (1996), o adolescente que faz uso de drogas responde bem às intervenções contextualizadas. Os contextos dominantes para ele são seus pares e a escola, e, numa proporção menor, o entorno da comunidade. Para crianças menores, o contexto principal é a família, que continua igualmente importante na adolescência.

A adolescência é um momento fundamental, de enorme impacto no desenvolvimento humano, e se torna um período crucial no que se refere ao uso de drogas. De acordo com o Ministério da Saúde, a adolescência corresponde à faixa etária entre 10 e 20 anos – conforme critério definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e abriga, portanto, o período da educação básica.

É importante ressaltar que o uso de drogas é uma questão complexa que perpassa inúmeros subsistemas da vida individual e social. Nesse sentido, ele se torna apenas um dos motivos para ocasionar a evasão escolar.

Segundo dados dos órgãos oficiais da educação, o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 Países com maior IDH. Considera-se evasão escolar quando o aluno deixa de frequentar a aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, a questão do abandono ou da evasão escolar tem preocupado professores e professoras, assim como os responsáveis pelas políticas públicas. De acordo com dados de 2018, do IBGE, 11,8% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estavam fora da escola, o que representa 1,2 milhão de pessoas sem atividade educacional.

De acordo com Oliveira e Nóbrega (2021),



É importante destacar que evasão se diferencia de abandono. Abandono é a interrupção de um momento na vida escolar, em geral um ano letivo, quando um aluno deixa de frequentar as aulas nesse período. A evasão consiste no abandono permanente, ou seja, o aluno deixa de frequentar a escola e deixa também de fazer a (re)matrícula.

Tendo isso em vista, trouxemos uma das ações que pode ajudar as escolas a minimizar tanto o abandono quanto a evasão escolar de seus alunos, alinhando pontos juntamente com os órgãos oficiais e a família.

Sendo assim, um dos pontos cruciais de ação que as escolas devem adotar é acionar o conselho tutelar quando observarem faltas consecutivas de estudantes. Além disso, também podem ajudar a mediar conflitos e a identificar os motivos da evasão.

Professores e professoras capacitados conseguem notar os sinais que sugerem que alguém possa ter começado a usar drogas, tais como: demonstrar cansaço, queda no rendimento escolar e mudanças de comportamento, entre outros. E assim conseguem intervir mais precocemente nessas situações.

Esses são apenas alguns dos pontos que podemos observar no comportamento de alunos e alunas no cotidiano escolar. Não temos a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, mas apenas apontar uma direção do que tem sido feito em outras realidades.

3. Para saber mais

LISME UNICAMP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mtwT33SrgCY>

Podcast “Como manter a saúde mental nas periferias”, do canal Em quarentena. Disponível em <https://www.agenciamural.org.br/podcast/saude-mental-nas-periferias/>

Vídeo “Causas da evasão e defasagem escolar”, do Canal Futura. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yW0Jn5eUP2c>

Vídeo “Saúde Mental da população Negra em tempos de pandemia”, do canal Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=69-WhvMXHsw>

Vídeo “Soluções e boas práticas contra a evasão escolar”, do Canal Futura. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_qfpZU5ItIY

“Saúde mental e a juventude: por que é preciso falar sobre isso?”, do Portal Politize!, disponível em <https://www.politize.com.br/saude-mental-e-a-juventude/>

Artigo “A saúde mental e a responsabilidade dos jovens periféricos na pandemia”, de Thereza Reis e Bruno C. Dias. Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/especial-coronavirus/a-saude-mental-e-a-responsabilidade-dos-jovens-perifericos-na-pandemia/57876/>

Relatório “Situação Mundial da Infância 2021 – Na minha mente, promoção, proteção e cuidado com a saúde mental de crianças e adolescentes”, do Unicef. Disponível em <https://www.unicef.org/media/108126/file/SOWC-2021-Latin-America-and-the-Caribbean-regional-brief.pdf>

4. Propostas de atividades

ATIVIDADE 15 - SAÚDE MENTAL E JUVENTUDES

Objetivo: refletir sobre as características específicas das adolescências e juventudes, percebendo as emoções como dimensão importante nos seus processos de desenvolvimento.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: guarda-chuva, tiras de papéis, fita adesiva, quadro de giz ou flipchart, pincel atômico, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Estereótipos das adolescências (25 min)

Ao começar o encontro, peça que um voluntário fique sentado no centro da sala segurando um guarda-chuva. Os demais participantes devem escrever em tiras de papéis o máximo possível de ideias, termos e palavras sobre como a sociedade enxerga os adolescentes.

- 1. Um a um, os participantes vão dizendo em voz alta o que escreveram e colam no guarda-chuva. Ao final da atividade, reflita com o grupo:
- 2. Vocês acham que esse guarda-chuva ficou muito pesado?
- 3. Existem diferenças entre a percepção que a sociedade tinha sobre os adolescentes antigamente e hoje? Caso sim, o que mudou?
- 4. Que tipos de relações sociais resultam desses estereótipos?
- 5. Qual é o valor que a sociedade dá aos adolescentes e jovens? Existe uma escuta ativa e compreensiva? Ou acabamos minimizando suas questões, subjetividades e dilemas?
- 6. Essas questões pesam para todos os adolescentes e jovens da mesma maneira? Que grupos são mais afetados?

Enfatize com a turma o quanto as subjetividades de meninas e meninos negros, os mais pobres, gays e transexuais, em geral, são mais afetadas por esses estigmas.

ETAPA 2 – Prazeres e riscos (25 min)

Em um quadro de giz ou em folha de flipchart, desenhe um quadro com 3 colunas: uma com prazeres, outra com fatores de risco e danos e uma terceira com fatores de proteção associados aos comportamentos de adolescentes e jovens, como o quadro abaixo:

Prazeres	Riscos ou danos associados	Fatores de proteção

Aos poucos, liste os prazeres com o grupo e faça a correlação com os possíveis riscos. E, na coluna da direita, liste os fatores de proteção, ou seja, as coisas que podem assegurar que o que nos dá prazer não nos cause danos ou que possamos minimizá-los.

Um exemplo:

Prazer – Sair de carro

Risco ou dano associado – Dirigir bêbado ou sem habilitação

Fatores de proteção – Não consumir bebida antes de dirigir, não dirigir sem habilitação, usar cinto de segurança

Após preencher o quadro com as sugestões do grupo e refletir coletivamente sobre cada uma delas, pergunte à turma:

- 1. De que informações e suportes um adolescente precisa para reduzir danos e práticas de risco?**
- 2. Como podemos estimular um adolescente ou jovem a refletir sobre redução de danos?**

Encerre o encontro enfocando que, devido às pressões relatadas nas atividades anteriores e às descobertas vividas, adolescentes e jovens estão especialmente propensos ao desenvolvimento de alguns transtornos psicopatológicos como depressão, ansiedade e alguns comportamentos de risco à saúde. Em partes, esses transtornos e comportamentos atravessam a adolescência por questões que são marcantes nessa fase, como os sentimentos de vazio, tédio, indiferença, solidão, abandono, impressão de ser mal-amado, incompreendido e rejeitado.

Tudo isso atua como fator de risco que pode também estar associado ao uso abusivo de álcool e outras drogas, daí a importância de uma rede de apoio fortalecida e de ações pontuais como a redução de danos. Por esse motivo, é importante realizar ações preventivas de fortalecimento da autoimagem de adolescentes e de apoio entre pares, observando potencialidades e fragilidades que precisam ser trabalhadas.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: As duas atividades descritas nas etapas 1 e 2 podem ser adaptadas para a produção colaborativa on-line, utilizando ferramentas de interatividade como o Padlet e o Jamboard.

ATIVIDADE 16 – DEPRESSÃO E VIOLÊNCIAS AUTOPRATICADAS

Objetivo: refletir sobre adolescências e saúde mental, com enfoque especial em depressão e violências autopratricadas.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: tiras de papéis, canetas, caixa pequena, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Conhecendo a dor do outro (20 min)

Em uma tira de papel em branco, todos os participantes deverão escrever, de modo que sua letra não seja identificável, alguma dificuldade que encontram no relacionamento interpessoal e que não gostariam de expor oralmente em qualquer ambiente semipúblico. Os papéis deverão ser colocados em uma caixa e misturados. Tire um a um e leia em voz alta para que todos escutem. Na sequência, pergunte ao grupo:

- 1. As questões apresentadas pelo grupo são similares às suas?**
 - 2. Que tipo de angústias são mais frequentes? E menos frequentes?**
 - 3. Essas dificuldades são causadas ou têm influência de outras pessoas?**
 - 4. Pensando na realidade dos adolescentes de maneira geral, como é a relação entre eles?**
- As situações relatadas por vocês refletem os conflitos que existem entre eles?**
- 5. Quais são os impactos que esse tipo de situação acarreta na saúde mental deles?**

ETAPA 2 – Refletindo sobre saúde mental (20 min)

Exiba o vídeo "Saúde emocional online e autoflagelo", da série Que corpo é esse? do Canal Futura (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=j4TP_p_QdTw). Reflita com o grupo:

- 1. O tipo de situação vivida por eles se assemelha a alguma das situações relatadas na dinâmica anterior?**
- 2. Como Cauã lidou com as críticas? E o amigo?**
- 3. Por que as pessoas se comportam de formas diferentes a uma mesma situação?**
- 4. Por que o amigo de Cauã se machucava?**

Converse com o grupo que as situações de autolesão estão diretamente relacionadas à incapacidade de uma pessoa de lidar com os próprios sentimentos. Tais sentimentos são vividos de forma tão intensa que provocar a dor física é o mecanismo utilizado em busca de alívio. E, ao contrário do que muitos dizem, esse tipo de prática não é realizada para "chamar atenção": os cortes são feitos e normalmente são escondidos para que ninguém perceba, e o praticante continue a fazer toda vez que não se sentir bem.

Se ainda houver tempo, proponha, na sequência, a exibição do episódio da mesma série intitulado "Reputação digital e ideação suicida" (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=nzMroGX_lIE&t=7s). Pergunte aos participantes:

- 1. Por que a reputação de uma pessoa influencia em sua vontade de viver? Por que é tão importante a aceitação do outro ou da sociedade de uma forma geral?**
- 2. Vocês já ouviram falar sobre cultura do cancelamento? Como alertar crianças e adolescentes sobre as consequências dessa prática?**
- 3. Que ações e práticas podemos pensar para minimizar a depressão, a automutilação e o suicídio entre jovens?**

ETAPA 3 – Exercitando a empatia (10 min)

Converse com o grupo que, ao perceber que alguém próximo está com a saúde mental fragilizada de alguma forma, é preciso ter uma atitude acolhedora para tentar entender de onde parte o comportamento, pois uma reação excessiva pode fazê-lo se sentir ainda mais sozinho. Antes de se preocupar com o que dizer, é importante escutar ativamente e sem julgamentos. A empatia é sempre importante para que as pessoas se sintam confortáveis para compartilhar como estão se sentindo e o que está se passando. Orientar sobre a busca de ajuda profissional qualificada também é muito importante.

Para encerrar o encontro, proponha uma rodada de sugestões concretas de como ajudar adolescentes e jovens a prevenir e a acolher possíveis problemas de saúde mental.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: É possível utilizar ferramentas de interação on-line, como Padlet, Mentimeter, Jamboard ou Miro, para colher os relatos dos participantes de forma anônima.

ATIVIDADE 17 – DROGAS

Objetivo: diferenciar os tipos de usuários de drogas e chamar atenção para a importância da prevenção primária e secundária de adolescentes e jovens.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Folhas de kraft ou 40g, 4 cartões de 5x5 cm para cada participante, lápis ou canetas, pincel atômico, 4 colas, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Dinâmica da pirâmide da dependência (30 min)

Divida os participantes em 4 grupos e distribua uma folha de papel e cola para cada grupo. Distribua, também, 4 cartões por participante. Cada participante deve escolher um símbolo que o represente (um círculo, estrela etc.) e desenhar em cada um dos cartões.

Explique que cada grupo receberá uma substância, e o nome dela deverá ficar em segredo no seu grupo: chiclete para o grupo 1, chocolate para o grupo 2, café para o grupo 3 e coca-cola para o grupo 4.

Na folha de papel kraft ou 40g na posição horizontal, peça que escrevam o seguinte gabarito, dando espaço para a colagem dos cartões ao lado de cada um deles:

- **Usa todo dia**
- **Usa pelo menos uma vez por semana**
- **Usa pelo menos uma vez por mês**
- **Experimentou pelo menos uma vez na vida**

Peça que cada participante cole o seu cartão na folha de papel, de baixo para cima, respondendo às perguntas abaixo descritas, com relação à substância entregue ao grupo. Quando todos os grupos terminarem, peça que cole a pirâmide com os cartões colados na parede ou coloquem no centro da sala. Cada grupo deve explicar quantos do grupo já usaram a sua substância pelo menos uma vez, uma vez por semana e assim em diante. Os outros grupos deverão tentar adivinhar qual era a substância trabalhada por cada um.

Depois que todos concluírem as apresentações, chame a atenção para o fato de que os produtos escolhidos possuem substâncias que são estimulantes: o café e a coca-cola possuem cafeína, o chocolate e o chiclete têm açúcar, que também é estimulante. O chiclete, por sua vez, pode ser considerado um diminuidor de ansiedade, por ser mastigado compulsivamente.

Explique que essa dinâmica fala sobre o uso de drogas e que a Unesco – órgão ligado às Organizações das Nações Unidas – distingue **4 tipos de usuários de drogas**. Exiba o quadro abaixo para a turma:

Experimentador – é aquele que experimenta alguma droga para saber qual é o seu efeito, por que deseja ter novas experiências, por que o grupo pressiona, por conta da publicidade que se faz etc. Na grande maioria dos casos, o contato com a substância não passa das primeiras experiências;

Ocasional – é aquele que utiliza de uma ou outra droga, só de vez em quando. Nesse caso, não existe a dependência e a relação com as pessoas continua normalmente.

Habitual – é quando se utiliza frequentemente drogas, e suas relações pessoais e profissionais já começam a apresentar problemas. Já há risco de ficar dependente e seria importante que procurasse algum tipo de ajuda.

Dependente – é aquele que vive pela droga e para a droga, quase exclusivamente. Como seus vínculos com as pessoas já estão muito prejudicados, passa a viver isolado e marginalizado.

Fonte: Unesco.

Conclua esta etapa explicando que, quando falamos sobre drogas entre crianças e adolescentes, cabe à escola fazer a prevenção primária, antes do primeiro contato com a substância, e a secundária, que diz respeito ao experimentador e ao usuário ocasional. A prevenção terciária diz respeito às pessoas que fazem uso habitual ou que já são dependentes, que devem ser encaminhadas aos serviços especializados de atendimento.

ETAPA 2 – Como ajudar? (20 min)

Faça uma grande roda de diálogo com o grupo propondo alternativas para as prevenções primária e secundária. Você pode usar as folhas de papel kraft ou 40g para anotar as contribuições da turma.

Encerre o encontro chamando a atenção para o fato de que a droga dá prazer e não se pode fingir o contrário. Da mesma maneira, é importante não desvalorizar ou julgar a sua utilização: é preferível mostrar que tem muita coisa mais interessante a se fazer na vida, que seu prazer passa rápido e que a droga também não resolve problemas, pelo contrário. Portanto, é importante que a família, os amigos e a escola proporcionem um espaço de diálogo aberto, franco e menos repressivo com adolescentes e jovens sobre o assunto.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Você pode utilizar ferramentas digitais como o Mentimeter para transformar a dinâmica da pirâmide em um quiz interativo, com dados estatísticos dos resultados dos grupos.

SESSÃO 5 – OPORTUNIDADES, TRABALHO, ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO

O trabalho livre no Brasil começou a aparecer apenas após 1888, com a abolição da escravidão, uma ruptura, pelo menos formal, em 4 séculos de trabalho escravo no País. Com o “fim” da escravidão, buscou-se utilizar mão de obra estrangeira, principalmente advinda da Europa, pois a mão de obra recentemente liberta não foi absorvida pelo mercado. É importante frisar que o não aproveitamento dessa mão de obra ocorreu por diversos motivos, e podemos destacar a política de embranquecimento que ocorreu no País com o intuito de “europeizar-se” por meio, principalmente, do influxo de imigrantes. O outro motivo consistia no fato de muitos empregadores não sentirem o desejo de pagar por um trabalho que por muito tempo foi realizado pelos escravos sem custos.



Ao longo de seu processo histórico de desenvolvimento, o Brasil não foi capaz de constituir um mercado de trabalho que absorvesse toda a população economicamente ativa e apta a trabalhar de maneira formal, o que resultou em grande parte dos trabalhadores brasileiros encontrando-se na informalidade.

Assim, o mundo do trabalho ainda se configura, muitas vezes, como um espaço de desigualdade e exclusão, geralmente para a população jovem mais pobre, para quem o acesso à educação de qualidade, à informação e às oportunidades não acontece no mesmo volume que para os jovens mais ricos.

Essa relação entre adolescentes e jovens e o mundo do trabalho é uma questão delicada, pois com o mercado de trabalho mudando a cada dia, principalmente devido às grandes transformações sociais e tecnológicas, a informatização e a digitalização, a inserção de jovens nesse lugar se revela um desafio ainda maior para a sociedade moderna.

Diante disso, o mundo do trabalho se tornou uma das grandes preocupações dos adolescentes e jovens. Vários fatores podem ocasionar a falta de oportunidades dos jovens em ingressar no mundo do trabalho, e podemos destacar a falta de experiência, a pouca qualificação profissional ou poucos anos de escolaridade e a desigualdade social.

De acordo com pesquisa do IBGE mais recente, o País possui 14,8 milhões de desempregados, o que representa 14,7% da população economicamente ativa. Mas esse índice é ainda maior entre os mais jovens. Na faixa etária de 14 a 17 anos, 46% estão em busca de trabalho. E, de 18 a 24 anos, o desemprego afeta 31% das pessoas. (Agência Brasil-EBC, 2021).

Nesse sentido, percebe-se que a população jovem segue sendo a mais afetada na relação com o mundo do trabalho.

1. Desigualdade Social

Um fator de muita relevância para entendermos a questão do jovem e o mundo do trabalho é a forma ainda marcante como as desigualdades sociais permanecem nesse ambiente.

Os jovens de baixa renda são os mais afetados pelo desemprego e por piores condições de trabalho, porém, é importante salientar que o desemprego e a informalidade não atingem apenas os jovens de baixa renda. Precisamos considerar as desigualdades de gênero e raça/etnia na análise desse tema e na definição de políticas e estratégias para enfrentá-las, além de inclusão social e redução da pobreza. Essas características do mercado de trabalho só refletem a desigualdade social existentes no País.

Para a norte-americana Kimberlé Crenshaw (1959), interseccionalidade é um método para compreender a maneira como múltiplos eixos de subordinação se articulavam e para pensar estratégias para superá-los, ou seja, como diferentes marcadores interseccionais – de raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros – interatuam entre si, influenciando a forma como se vivencia a vida em sociedade.

Assim, entendendo que a interseccionalidade refere-se a grupos sobrepostos, onde uma ou mais

intersecções se encontram, é imprescindível que estas sejam pensadas durante a formulação e a implementação de políticas públicas.

Segundo Abramo (2006), as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil, que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Por isso, enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural da sociedade brasileira, cuja transformação é imprescindível para a superação dos déficits de trabalho decente atualmente existentes, assim como para o efetivo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Podemos, então, verificar que as diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza.

2. Baixa escolarização

A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional determinam menores oportunidades no mercado de trabalho, aumentando a taxa de desemprego.

Nesse sentido, a educação básica e profissional são fatores determinantes para alcançar a empregabilidade, ou seja, a capacidade não só de obter um emprego, mas de manter-se num mercado de trabalho altamente competitivo e seletivo. Assim, quanto menor o tempo de permanência desse jovem na escola, maior a probabilidade de ocupação de trabalhos subalternos.

Em consonância com isso, o relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Trabalho Decente e Juventude: América Latina", apresenta que:

Há 10 milhões de jovens desempregados; ao mesmo tempo, 22 milhões de jovens não estudam nem trabalham e mais de 30 milhões trabalham na informalidade ou em condições precárias. A precariedade nos mercados de trabalho da região afeta um de cada dois trabalhadores, e entre os jovens, dois de cada três. (Trabalho Decente e Juventude: América Latina, 2007, p.13)

Sendo assim, vale ressaltar que adolescentes e jovens são mais propensos que adultos a ocupar cargos no mercado de trabalho informal com baixa remuneração e/ou sob vínculos e condições precárias, por vários motivos, entre os quais, podemos destacar: a dificuldade de desenvolvimento de habilidades e competências, limitações financeiras, residência em regiões periféricas, histórico escolar e familiar com restrições.

Lei da Aprendizagem

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Art. 61 "A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei." Para além do ECA, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre os artigos 402 e 441, estabelece as condições para a atuação profissional de jovens de 14 anos a 17 anos no Brasil. E inclui redações dadas por outros textos legais,

como a Lei do Aprendiz (10.09/12000) e o decreto federal e 5.598/2005. A Lei da Aprendizagem foi criada para ajudar jovens e adolescentes (de 14 a 24 anos) e pessoas com deficiência (sem limite de idade) que estão estudando a conseguir uma oportunidade no mundo do trabalho e ampliar os seus conhecimentos. Qualquer estabelecimento de médio e grande porte com mais de sete colaboradores e colaboradoras devem, por lei, contratar de 5% a 15% de jovens e adolescentes aprendizes em seu quadro de colaboradores(as).

3. Exploração da mão de obra

A exploração da mão de obra é, infelizmente, uma realidade no Brasil, principalmente a mão de obra de crianças e adolescentes, o que, além de gerar diversos problemas sociais, impacta diretamente na vivência dos envolvidos. Trabalho infantil é toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada País. No Brasil, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 60, "É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade". Sendo assim, considerado ilegal.

Como causas para o trabalho infantil, podemos destacar a pobreza e a baixa renda familiar, a baixa escolaridade dos pais, a má qualidade na educação, entre outros. Segundo estatísticas do PNAD (2019), 1,768 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham em todo o território nacional, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nessa faixa etária.

Como consequência disso, crianças e adolescentes abandonam a escola, afetando seu desenvolvimento e até podendo provocar doenças e problemas psicológicos. Atualmente, diversos programas trabalham em prol da melhoria desse panorama, dos quais, merece destaque o PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil), que é a principal política pública para erradicação do trabalho infantil vigente no País.

4. Democratização do acesso à informação (acesso à oportunidade)

Na discussão geral sobre a inclusão dos jovens no mundo do trabalho, um ponto fundamental que precisa ser levado em conta é a democratização do acesso à informação.

É comum ouvir que, atualmente, vive-se em uma era tecnológica em que o acesso à informação é "para todos", no entanto, devemos questionar a veracidade dessa informação perguntando quem de fato tem acesso. Poder acessar a internet pelo computador ou pelo celular não é uma realidade para toda a população brasileira, e mesmo quem possui essa oportunidade pode não estar acessando necessariamente um conteúdo de qualidade.

Os impactos da pandemia

O abismo que separa pessoas mais pobres do acesso à informação de qualidade ficou mais evidente em anos de pandemia. Esse impacto devastador impactou diretamente no maior e mais importante exame para ingresso de jovens em universidades públicas, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). De acordo com a matéria publicada pelo site da Época Negócios (Globo) em 2021, O fechamento

das escolas durante a pandemia de coronavírus teve um efeito particularmente grave nas escolas públicas do País e nos alunos de baixa renda, que viram o abismo aumentar em relação as escolas privadas e aos alunos de renda média e alta - que conseguiram migrar com mais facilidade para o ensino remoto e manter o aprendizado acontecendo com mais intensidade e regularidade. A matéria também trouxe algumas falas desses estudantes: "Tive mais dificuldade neste ano, não necessariamente com o conteúdo, mas com a minha confiança sobre o conteúdo, depois do ensino remoto S., 19 anos. Por isso é tão importante que políticas públicas garantam o acesso democrático à informação, educação de qualidade.

A difusão das novas tecnologias viabiliza o rompimento de barreiras físicas e temporais no que diz respeito à disseminação da informação. Segundo Figueiredo e Lopes (2003)⁴³, "a globalização da informação provocou alterações em todas as áreas do conhecimento humano, nas relações sociais e de trabalho. Contribuiu para a formação de uma economia baseada no gerenciamento da informação e na utilização maciça das tecnologias da informação e comunicação e, principalmente, das inúmeras facilidades promovidas pelo uso da Internet."

Nesse sentido, é preciso garantir que políticas públicas promovam o acesso dos jovens, principalmente dos mais pobres e que moram em zonas periféricas, a informações que auxiliem no acesso às oportunidades de melhores empregos, de qualificação profissional, de educação, pois é através da educação que as pessoas despertam para as diferentes formas de lidar com o novo, conseguindo criar e inovar.

5. Qualificação profissional de jovens

Segundo pesquisa realizada pelo Banco Mundial, citada no Caderno "Projetando Futuros", do Instituto Promundo (2021, p.8), "no Brasil, 11 milhões de jovens, quase um quarto da população entre 15 e 29 anos, não trabalham e nem estudam. Em um País cuja força de trabalho está ficando cada vez mais velha e começará a diminuir em 2035, um cenário como esse soa preocupante."

A partir dessa pesquisa, foi possível identificar alguns pontos de recomendações de políticas públicas para fortalecer a capacidade dos jovens na busca de um emprego. São elas:

- **Maior acesso à informação sobre oportunidades e como elas podem concretamente mudar a sua vida;**
- **Desenvolvimento do sentimento de pertencimento e maior preparação dos jovens que não se julgam aptos a competir pelas oportunidades disponíveis.**
- **Oferecimento de programas de apoio ou de mentoria para ajudar esses jovens a lidar com as dificuldades associados ao cumprimento de objetivos." (Projetando Futuros, 2021, p.10)**

Percebemos que a qualificação profissional dos adolescentes e jovens precisa estar diretamente ligada ao seu contexto social. Entender a realidade dos adolescentes e jovens e propor soluções e saídas que estejam em consonância com aquilo que eles esperam é fundamental para que o interesse em buscar melhorias ou no ingresso no mundo do trabalho aconteça.

Além disso, é muito importante que o profissional de educação, por exemplo, tenha o olhar voltado para promover o acesso às possibilidades disponíveis para adolescentes e jovens,

rompendo, assim, com o ciclo limitado em que muitas vezes eles se encontram.

Esses pontos são fundamentais para auxiliar os adolescentes e jovens a buscar tanto a qualificação profissional quanto o ingresso no mundo do trabalho de forma segura e conscientes do seu papel. No entanto, vale ressaltar que foram traduzidos aqui apenas alguns pontos para levantar a reflexão sobre o tema, sem a pretensão de esgotar a questão.

6. Para saber mais

Artigo “Os desafios da transição escola-trabalho para a juventude brasileira”, de Rafael Camelo. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Os-desafios-da-transi%C3%A7%C3%A3o-escola-trabalho-para-a-juventude-brasileira>

“Atlas das Juventudes 2021”, do Em Movimento e Pacto das juventudes pelas ODSs. Disponível em <https://atlasdasjuventudes.com.br/relatorio/>

“Inclusão produtiva da juventude: muito além de números, trata-se do presente e futuro do Brasil”, do Portal Politize!. Disponível em <https://www.politize.com.br/inclusao-produtiva-da-juventude/>

“Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem”, de Marcelo Neri. Disponível em https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/05/TEXT0-Pandemia-Jovens-Nem-Nem_Sumario-Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf

Pesquisa “Juventudes, Educação e Projeto de Vida, da Fundação Roberto Marinho e Plano CDE”. Disponível em <https://frm.org.br/sem-categoria/pesquisa-juventudes-educacao-e-projeto-de-vida/>

Relatório “Trabalho decente e juventudes, da Organização Internacional do Trabalho”. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_230674.pdf

7. Propostas de atividades

Atividade 18 – Oportunidades e Mundo do Trabalho

Objetivo: Chamar a atenção para a importância da escolarização e profissionalização para alcançar melhores oportunidades de trabalho.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Tarjetas de papel, canetas, caixa de sapato, quadro de giz ou flipchart e pincel atômico.

43 FIGUEIREDO, Etienny Kelen Pinheiro Figueiredo e FREITAS, George Lopes. O Acesso e a Democratização da Informação na Sociedade Globalizada. 2003. Disponível em < <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/15894> > Acesso em 03 de fevereiro de 2022. 44 Equipe Promundo. Projetando Futuros: da informação à ação. Editora: Rec Design. Brasília - DF, 2021.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – A escola como campo de oportunidades (20 min)

Comece o encontro com uma roda de conversa sobre a importância da escola como espaço estratégico para auxiliar adolescentes e jovens a alcançar oportunidades e melhores condições de trabalho. Algumas sugestões de perguntas:

1. O que existe/existia em sua escola que motiva/motivava você a permanecer estudando?
2. Quais os desafios que você tem ou teve para seguir firme nos estudos?
3. Para que a escola prepara/preparou você?
4. Quais relações você vê entre estudos e futuro?

Conclua essa etapa chamando atenção para o fato de que são muitas as dificuldades para que adolescentes e jovens brasileiros tenham acesso a um emprego formal e a garantia de permanência nele. Da mesma maneira, tais dificuldades são similares àquelas vivenciadas com relação ao acesso e à permanência na escola.

ETAPA 2 – Barreiras de desmotivação (20 min)

Entregue tarjetas de papel aos participantes e peça que eles, anonimamente, escrevam uma barreira enfrentada por jovens para ingressar no mercado de trabalho. Utilize a caixa de sapatos para recolher os papéis. Coloque o grupo em fila, lado a lado. Peça que cada um pegue um papel na caixa e leia em voz alta o que está escrito. Explique que eles devem dar um passo à frente toda vez que se identificarem com a dificuldade relatada ou se já viveram esse tipo de situação no passado. Após a realização das atividades, reflita com eles:

1. Quais são os tipos de dificuldades mais comuns do grupo?
2. Quais são suas causas?
3. Como acham que podem enfrentá-las?
4. Que atitudes e/ou estratégias internas podem ajudá-los a superar essas dificuldades?
5. Com quem podem contar nessa jornada?

ETAPA 3 – A importância da escolarização e profissionalização (10 min)

Encerre o encontro refletindo coletivamente com o grupo sobre a importância da escolarização e profissionalização para garantir o acesso ao mercado de trabalho formal, uma vez que quem está fora da escola tem maiores dificuldades para iniciar a vida no mundo do trabalho, numa perspectiva de direitos assegurados, e, de outro lado, quem inicia a vida no mundo do trabalho de maneira informal acaba por ter, também, dificuldades e problemas para se manter na escola.

Escolarização e profissionalização são direitos que visam ao pleno desenvolvimento da pessoa, fortalecem o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho digno. Peça aos participantes que listem separadamente os fatores de contribuição da escola e dos cursos profissionalizantes e anote com ajuda de um quadro de giz ou flipchart.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Na atividade 1, peça que os participantes mandem as propostas de atividade por mensagem direta no chat ao mediador do encontro, e, conforme forem lidas por ele, os participantes podem levantar a mão sinalizando de acordo com suas vivências pessoais.

Atividade 19 - Desigualdade social

Objetivo: Refletir sobre os fatores estruturantes das desigualdades no Brasil e seus reflexos na vida profissional e educacional.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Saco de balas, tiras de pano ou TNT, tarjetas, fita adesiva e canetinhas.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Dinâmica da bala (20 min)

Receba o grupo dizendo que eles participarão de uma atividade que tem apenas uma regra: ninguém pode emitir nenhum tipo de som. Você fará perguntas a alguns dos alunos, que só poderão responder “sim” ou “não”. Aleatoriamente, distribua uma venda para um terço da turma, que deve colocá-la imediatamente. Distribua as balas de forma desigual, deixando alguns alunos que estão com os olhos vendados sem e outros com várias. Faça o mesmo com os que estão sem venda.

Após a nova distribuição, pergunte a alguns participantes (um de cada vez) se está tudo certo (lembrando que só podem dizer sim ou não). Comece com os alunos de olhos vendados que nada receberam, passe para os de olhos vendados que receberam mais balas (pergunte a eles se estão satisfeitos, mantendo a dinâmica de resposta sim ou não), depois pergunte aos que estão vendados, mas que receberam poucas balas. Por fim, pergunte aos que estão sem venda. Nesse momento, pergunte se estão satisfeitos e o porquê.

Após esta rodada, peça que tirem as vendas e pergunte novamente (agora deixe eles falarem o que quiserem a respeito). Certamente, os que se sentiram prejudicados reclamarão. Reflita com eles:

1. Como foi participar da experiência de estar vendado e não receber nada?
2. Como foi participar da experiência de não estar vendado e receber balas? E os que não receberam?
3. Existe uma diferença entre os que não receberam e estavam vendados e os que não estavam?
4. Como podemos correlacionar essa atividade ao que vivemos em nossa sociedade?
5. Em que momentos agimos como o cego sem balas?

45. Atividade adaptada do Caderno “Projetando Futuros”, do Instituto Promundo e Banco Mundial. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/04/projetando_futuros_2020_01-8-compactado_compressed.pdf

6. Qual a importância da educação para romper com as desigualdades?

Nesse momento, reflita sobre a importância da educação (olhos abertos) para compreender o que se passa na sociedade e romper com esses ciclos de desigualdades. A reflexão deve ser capaz de informar, sensibilizar e motivar o aluno para a ação dentro do seu próprio projeto de vida, bem como em sociedade.

ETAPA 2 – Toró de propostas (30 min)

A partir das reflexões realizadas na atividade anterior, entregue duas tarjetas para cada aluno e peça que ele coloque em cada uma delas:

Tarjeta 1: O que você pode fazer diante das desigualdades presentes em nosso País

Tarjeta 2: Quais instrumentos e/ou ferramentas você pode utilizar para enfrentá-las?

Cada um deve ler a sua ação em voz alta para o grupo e colar em um grande painel formado por todos.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Altere a dinâmica da etapa 1 por um videodebate sobre o vídeo “País Estagnado – Um Retrato das Desigualdades Brasileiras 2018”, da Oxfam Brasil (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q6tN4s754XU>).

Atividade 20 - Baixa escolarização

Objetivo: Destacar a importância da escolarização para romper ciclos familiares de baixa escolarização, pobreza e desigualdades.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

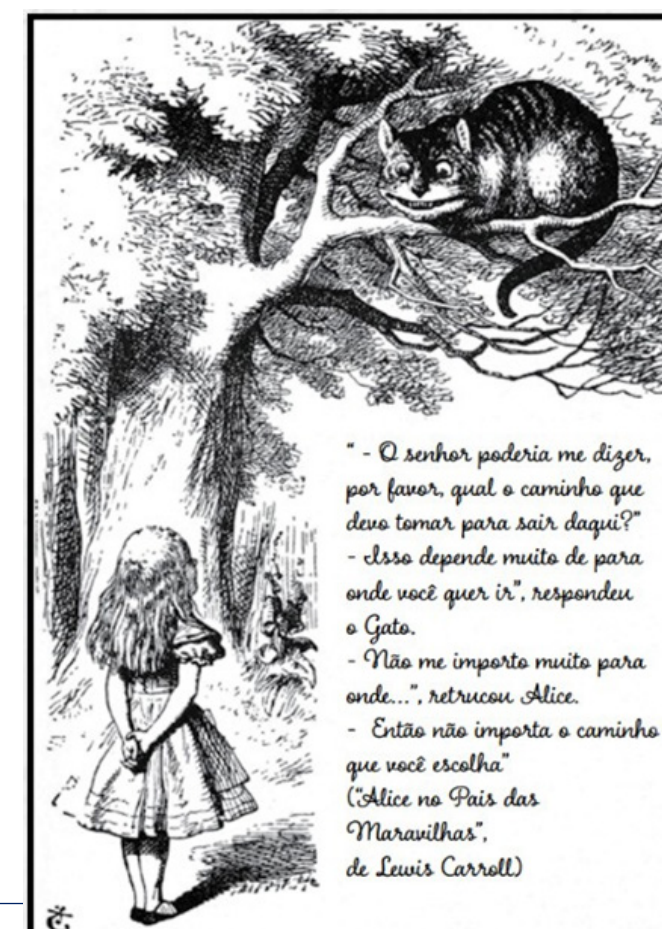
Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: Quadro de giz ou flipchart, pincel atômico, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – Organizando as ideias (15 min)

Comece o encontro exibindo na tela o seguinte trecho de Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll:



Fonte: <https://web.archive.org/web/20091215214850/>

Após leitura coletiva, reflita com o grupo:

1. **Do que trata esse trecho do livro?**
2. **É difícil tomar decisões? Por quê?**
3. **Será que é possível organizar nossa vida sem saber o que queremos?**
4. **O que é pior: não ter objetivos na vida ou encarar os desafios de correr atrás dos seus sonhos?**
5. **Quais as dificuldades que encontramos para tentar alcançá-los? O que nos motiva? O que nos desmotiva?**
6. **Como podemos nos organizar melhor para alcançar nossos objetivos pessoais e profissionais?**

ETAPA 2 – Ciclos familiares de baixa escolaridade e pobreza (15 min)

Na sequência, mostre o seguinte dado para a turma:

58,3% dos brasileiros interromperam os estudos sem concluir o Ensino Médio e repetiram a mesma escolaridade dos pais. Nos Estados Unidos, essa situação atinge 29,2% da população pesquisada, e nos Países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), ela só chega a 33,4%.

Pergunte ao grupo:

1. **O vocês acham que motiva essa repetição de ciclos familiares de baixa escolaridade?**
2. **Por que a situação no Brasil é muito mais contundente do que a de Países ricos?**

ETAPA 3 – Rompendo ciclos familiares de trabalho e renda (20 min)

Para encerrar o encontro, exiba o vídeo “Rompendo o ciclo”, da Revista AzMina, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sKnQLZGJZuO>

Em círculo, reflita com o grupo sobre o documentário que acabaram de assistir:

1. **Qual é o histórico profissional das famílias dessas mulheres? Há alguma semelhança com os dados apresentados na atividade anterior?**
2. **Como elas romperam com esse ciclo intergeracional de trabalho?**
3. **As famílias foram impactadas pelas escolhas delas? Como?**
4. **Quais barreiras elas enfrentaram para perseguir seus objetivos?**
5. **Como elas se organizaram para alcançá-los?**

Conclua reunindo sugestões do grupo de como podemos romper esse cenário de baixa escolaridade a partir de ações individuais, ações nas escolas e políticas públicas. Use um quadro de giz e/ou flipchart para reunir as contribuições do grupo.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Esta atividade pode ser reproduzida da mesma maneira nas modalidades on-line e presencial.

Atividade 21 - Exploração da mão de obra

Objetivo: refletir sobre a exploração da mão de obra do trabalhador brasileiro, o trabalho informal e as novas formas de escravidão.

Público: jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: folhas com as letras das músicas, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

Etapa 1 – Como vive o trabalhador brasileiro? (30 min)

Divida a turma em 4 grupos. Cada um deles receberá a letra de uma música que fala sobre a realidade e as angústias dos trabalhadores brasileiros. Os participantes devem ler e/ou escutar juntos e refletir com seu grupo:

1. **Que realidade vivem essas pessoas?**
2. **Quais são suas angústias e aflições?**

Grupo 1: Samba-Enredo 2018 – “Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?”

G.R.E.S Paraíso do Tuiuti

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela
É sentinela da libertação

Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor?
Pobre artigo de mercado
Senhor, eu não tenho a sua fé
E nem tenho a sua cor
Tenho sangue avermelhado
O mesmo que escorre da ferida
Mostra que a vida se lamenta por nós dois
Mas falta em seu peito um coração
Ao me dar a escravidão
E um prato de feijão com arroz

Eu fui mandiga, cambinda, haussá
Fui um Rei Egbá preso na corrente
Sofri nos braços de um capataz
Morri nos canaviais onde se plantava gente

Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!
Preto Velho me contou
Preto Velho me contou
Onde mora a Senhora Liberdade
Não tem ferro nem feitor

Amparo do Rosário ao negro Benedito
Um grito feito pele do tambor
Deu no noticiário, com lágrimas escrito
Um rito, uma luta, um homem de cor
E assim, quando a lei foi assinada
Uma Lua atordoada assistiu fogos no céu
Áurea feito o ouro da bandeira
Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6495040/>

Grupo 2 – Rodo Cotidiano

O Rappa

Ôh ôh ôh ôh ôh, my brother
É, a ideia lá comia solta

Subia a manga amarrotada social
No calor alumínio

Não tinha caneta, nem papel
E uma ideia fugia

Era o rodo cotidiano Era o rodo cotidiano

Espaço é curto, quase um curral

Na mochila amassada, uma quentinha
abafada Meu troco é pouco, é quase nada

Meu troco é pouco, é quase nada

Ôh ôh ôh ôh ôh, my brother

Não se anda por onde gosta Mas por aqui
não tem jeito Todo mundo se encosta
Ela some é lá no ralo de gente Ela é linda
mas não tem nome É comum e é normal
Sou mais um no Brasil da Central

Da minhoca de metal que corta as ruas
Da minhoca de metal

É, como um concorde apressado cheio
de força Que voa, voa mais pesado que
o ar

E o avião, o avião, o avião do trabalhador

Ôh ôh ôh ôh ôh, my brother

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wO57DlaQHE0>

Grupo 3 - Trabalhador

Seu Jorge

Está na luta, no corre-corre, no dia a dia
Marmita é fria mas se precisa ir trabalhar
Essa rotina em toda firma começa às sete
da manhã

Patrão reclama e manda embora quem
atrasar

Trabalhador

Trabalhador brasileiro

Dentista, frentista, polícia, bombeiro

Trabalhador brasileiro

Tem gari por aí que é formado engenheiro

E sem dinheiro vai dar um jeito

Vai pro serviço

É compromisso, vai ter problema se ele

faltar Salário é pouco, não dá pra nada

Desempregado também não dá

E desse jeito a vida segue sem melhorar

Trabalhador

Trabalhador brasileiro

Garçom, garçone, jurista, pedreiro

Trabalhador brasileiro

Trabalha igual burro e não ganha dinheiro

Trabalhador brasileiro

Trabalhador

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eC5HXfR21II>

Grupo 4 - Camelo

Edson Gomes

Sou camelo, sou de mercado informal
Com minha guia sou, profissional
Sou bom rapaz, só não tenho tradição
Em contrapartida sou, de boa família.

Olha doutor, podemos rever a situação

Pare a polícia, ela não é a solução, não.

Não sou ninguém, nem tenho pra quem
apelar

Só tenho o meu bem que também não é
ninguém

Quando a polícia cai em cima de mim

Até parece que sou fera

Quando a polícia cai em cima de mim

Até parece que sou fera

Até parece, até parece...

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nkh5SPO_P74&list=OLAK5uy_nx1-NPdvfC5BRWn9m6z8YmaH-jWylZZ6k&index=13

Após a leitura coletiva, pergunte ao grupo:

1. **Do que trata de cada música?**
2. **De acordo com elas, como vive a grande massa trabalhadora brasileira? Onde vocês acham que ela está mais localizada: no mercado formal ou informal? Por quê?**
3. **A situação de trabalhadores negros e brancos no Brasil é similar? Por quê?**
4. **Podemos fazer alguma correlação entre o capitalismo atual e o sistema escravocrata do passado? Qual?**

Etapa 2 – Será extinta a escravidão? (20 min)

Pergunte ao grupo se eles já ouviram falar sobre precarização do trabalho e escravidão moderna. Recolha as opiniões do grupo e depois exiba a definição dos dois para leitura coletiva:

Precarização do trabalho – superexploração da força de trabalho guiada pela lógica de longas jornadas de trabalho, com diminuição de direitos e da remuneração paga ao trabalhador, cada vez mais insuficiente para que esse mantenha sua qualidade de vida. Não é difícil perceber que o custo de vida nas grandes cidades vem aumentando nas últimas décadas ao passo que o aumento anual do salário mínimo não chega a ser significativo. Com isso aumenta a quantidade de trabalho necessária para que o trabalhador consiga suprir as suas necessidades mais imediatas e observamos uma explosão do setor de prestação de serviços. Com o advento da internet e aplicativos móveis, por exemplo, todos podem ter um tipo de trabalho onde não tem mais limite de jornada ou horário de trabalho definido: são entregadores de comida, motoristas e uma série de outros prestadores de diferentes níveis de escolaridade que passam a compor uma nova massa de proletariado de serviços com baixa remuneração e sem garantia de direitos do trabalho.

Fonte: "A Cidadania Negada - Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho", de Ricardo Antunes. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>

De acordo com o Artigo 149 do Código Penal, quatro situações podem indicar a escravidão moderna: o trabalho forçado (quando o trabalhador é submetido à exploração, sem possibilidade de deixar o local de trabalho, seja por dívidas ou violências física e psicológica); jornada exaustiva (vai além de horas extras não pagas e se caracteriza por um expediente que coloca em risco a saúde e a integridade física); servidão por dívidas (dívidas ilegais por gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho); e condições degradantes (alojamento precário, péssima alimentação, maus-tratos, ausência de saneamento básico e falta de assistência médica).

Fonte: Código Penal

Na sequência, encerre o grupo refletindo coletivamente sobre as seguintes perguntas:

1. **Após passar pelas reflexões dessas duas atividades, vocês acham que as relações de trabalho são justas no Brasil?**
2. **Como podemos enfrentar o processo de precarização do trabalho no Brasil? E a escravidão moderna?**

3. **Como as desigualdades sociais refletem nas relações de trabalho?**
4. **Qual a importância da escolarização nesse processo? E das políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho?**

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Você pode dividir a turma em grupos, utilizando a ferramenta de salas simultâneas, e disponibilizar as letras das músicas da etapa 1 em um drive.

Atividade 22 - Democratização do acesso à informação (acesso à oportunidade)

Objetivo: Contribuir para a ampliação de recursos e parcerias que possam ser úteis aos jovens nos seus projetos de vida.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: 8 folhas de papel pardo, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

ETAPA 1 – A importância das parcerias (15 min)

Ao chegar na sala, espalhe as folhas de papel pardo de modo aleatório. Convide os participantes para uma viagem em um tapete voador, que percorrerá vários lugares até chegar ao futuro. A viagem tem apenas uma regra de segurança: eles não podem colocar o pé ou qualquer parte do corpo no chão de maneira alguma.

Ao seu sinal, a viagem começa... Eles vão observando a paisagem, e, em um determinado momento, os tapetes começam a dar problema no meio do voo. Para continuarem em segurança, todos devem virar o seu tapete, obedecendo à regra de segurança.

Cada grupo buscará uma forma de virar o seu tapete – alguns pegarão outros membros no colo, contorcimento etc. –, mas o ideal é que o grupo chegue à conclusão de que a maneira mais fácil de fazê-lo é pedindo ajuda para colegas dos outros grupos, de modo a pularem para os outros tapetes, virarem o seu e retornarem. Você não pode dar essa dica, eles precisam chegar a essa conclusão sozinhos. Quando terminarem a tarefa, reflita com o grupo:

1. **Como foi desempenhar a tarefa? Como se organizou para isso?**
2. **Foi mais fácil executarem a tarefa sozinhos ou com a ajuda dos outros grupos?**
3. **Como a gente pode relacionar esta dinâmica à nossa vida educacional e profissional?**
4. **O que precisamos para melhorar o nosso rendimento nos estudos e nos preparar para o mercado de trabalho?**
5. **Que redes de apoio podemos buscar para nos auxiliar?**

ETAPA 2 – A história de Jefferson (15 min)

Exiba para o grupo o vídeo com a história de Jefferson, jovem de Olinda beneficiado pelo Programa Aprendiz Legal, voltado para a preparação e a inserção de jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei da Aprendizagem.

Disponível no link: <https://vimeo.com/161242485>

Após a exibição, promova uma roda de diálogo a partir das seguintes questões:

1. **Como é a vida de Jefferson?**
2. **Ela se assemelha à vida de vocês ou de outros jovens da sua comunidade?**
3. **Como é a rotina desse jovem?**
4. **Quais são seus planos de futuro? Eles foram sempre os mesmos? Como foram adaptados?**
5. **Como ele se organizou para alcançar seus objetivos?**
6. **Com quem ou com quais recursos ele contou para ajudá-lo?**
7. **Qual a importância de conhecermos as oportunidades e políticas públicas de inclusão?**

ETAPA 3 – Criando redes de trabalho e estudo (20 min)

Converse com os participantes sobre a importância de ter acesso a informações que possam inspirá-los a traçar rotas e parcerias estratégicas para sua vida. A partir dessa reflexão, proponha a criação de uma biblioteca de endereços em redes sociais que podem ser usados para seleção de oportunidades.

Para tanto, pode ser criado um grupo de WhatsApp com a turma. Divida os participantes em diferentes frentes para organizar esse processo:

Grupo 1: Buscará oportunidades de empregos.

Grupo 2: Buscará links e sites de estudo para o Enem.

Grupo 3: Buscará projetos governamentais e/ou políticas públicas de inclusão.

Grupo 4: Realizará a relatoria desses links e oportunidades, em um documento ou ferramenta colaborativa on-line que ficará à disposição da turma para consulta.

Como adaptar esta atividade para a modalidade online: Pule diretamente para a etapa 2 da atividade.

Atividade 23 - Qualificação profissional de jovens

Objetivo: Problematicar estigmas sociais e da história pessoal de cada um que refletem na escolha profissional, bem como reforçar a importância da qualificação profissional no processo de preparação dessas escolhas.

Público: Jovens, adultos, educadores, profissionais de organizações sociais, da assistência social e da saúde.

Duração mínima: 50 minutos.

Materiais necessários: 3 folhas de Papel kraft ou 40g, fita crepe, pequenos cartões coloridos (3 cores diferentes, 1 cor para cada participante), cópias das dicas de oportunidades de qualificação profissional, flipchart ou quadro de giz, pincel atômico, computador, TV ou projetor.

Descrição da atividade:

Nota de preparação da atividade: Faça uma pesquisa prévia sobre estabelecimentos e oportunidades de formação superior, técnica e profissionalizante, como instituições públicas de Ensino Técnico de nível médio e Superior no estado, programas de qualificação profissional existentes e outras iniciativas que possam ampliar as oportunidades de estudo para os jovens

(como cursos gratuitos, programas de crédito e financiamento estudantil etc.). Coloque essas dicas organizadas em um documento com dados básicos sobre cada oportunidade, incluindo endereço, telefone, processo de admissão e, se houver, caminhos que possam facilitar o acesso de jovens pobres, negros e de estudantes, como bolsas e políticas de cotas.

ETAPA 1 – É loucura lutar por seus sonhos? (30 min)

Cole na parede da sala 3 folhas de papel craft, uma ao lado da outra, antes da chegada dos participantes. Na entrada, entregue 3 cards para cada um, um de cada cor.

Essa atividade acontecerá em 3 rodadas. Na primeira, escolha uma das cores e peça que cada um lembre de sua infância, colocando nela o que cada um dizia que "seria quando crescesse" aos 5 anos. Peça que cada um compartilhe o que sonhava/dizia naquela época e cole na primeira folha de papel kraft, agrupando por proximidade. Reflita com eles sobre essas proximidades, o perfil das escolhas e as influências (ou a falta de influências) dessas escolhas.

Faça uma segunda rodada, com outra cor, e o mesmo procedimento, pensando nas pretensões de cada um quando tinha em torno de 13 anos. Por fim, faça o mesmo com a última cor e as pretensões atuais. Ao final, reflita com o grupo:

1. **Quais são as semelhanças e diferenças entre as profissões que nos interessavam na infância, na adolescência e hoje em dia?**
2. **O que vocês acham que pode ter influenciado nessas mudanças de perspectivas profissionais?**
3. **Quais são os critérios adotados para os desejos atuais?**
4. **O ambiente social em que vivemos e crescemos influencia nossos interesses e preferências? De que forma?**
5. **Nós costumamos deixar sonhos pelo caminho com medo das dificuldades da jornada? Como?**

Para encerrar essa etapa, projete para o grupo um trecho do livro "O louco", de Kahlil Gibran:

No pátio de um manicômio encontrei um jovem com rosto pálido, bonito e transtornado. Sentei-me junto a ele sobre a banquetela e lhe perguntei:

- "Por que você está aqui?"

Olhou-me com olhar atônito e me disse:

- É uma pergunta pouco oportuna a tua, mas vou respondê-la.

Meu pai queria fazer de mim um retrato dele mesmo, e assim também meu tio. Minha mãe via em mim a imagem de seu ilustre genitor. Minha irmã me apontava o marido, marinheiro, como o modelo perfeito para ser seguido. Meu irmão pensava que eu devia ser idêntico a ele: um vitorioso atleta.

E mesmo meus mestres, o doutor em filosofia, o maestro de música e o orador, eram bem convictos: cada um queria que eu fosse o reflexo de seu vulto em um espelho.

Por isso vim para cá. Acho o ambiente mais sadio. Aqui pelo menos posso ser eu mesmo.

Disponível em <https://pdfcoffee.com/o-louco-khalil-gibran-pdf-free.html>

Pergunte ao grupo se esse texto reflete as mudanças de perspectivas sentidas por eles ao longo dos anos e quais desses sonhos de infância ou de adolescência podem ser retomados.

ETAPA 2 – Recalculando rota (20 min)

Inicie esta rodada enumerando com o grupo as oportunidades de formação superior e/ou qualificação profissional no estado em que moram que eles conhecem e anote no quadro de giz ou flipchart. Após essa reflexão coletiva, projete a lista feita por você e complemente as oportunidades que não foram listadas pelo grupo. Deixe com cada um uma cópia da lista feita previamente para que eles anatem, também, as contribuições dadas pela turma.

Avaliação de Impactos

Sugerimos que a avaliação de impactos seja realizada sempre ao final de um ciclo completo de realização do programa, com um grupo de intervenção, adolescentes e jovens participantes, e com um grupo de controle, estudantes de mesma condição socioeconômica, mas que não tenham participado do Juventude Presente.

A avaliação de impactos verifica possíveis associações entre o programa e mudanças de conhecimento, atitudes e práticas (CAP) nos estudantes, com relação ao objetivo geral do Juventude Presente. O instrumento a ser elaborado dependerá da versão do programa que irá a campo, ou seja, de como o Juventude Presente será efetivamente adaptado com relação ao território, à população, à cultura e às normas sociais vigentes, relacionadas aos adolescentes e jovens. Isso quer dizer que o programa deverá ser ajustado a cada contexto. Este manual se configura em uma base sólida que permitirá a reaplicação escalar da metodologia. Temos aqui os componentes fixos da tecnologia social. Os componentes ajustáveis dependerão de um diagnóstico a ser realizado com os públicos e os territórios onde o Juventude presente será realizado.

O questionário a ser utilizado deve ser o mesmo para os grupos que receberem o programa e para os que não receberem. Estamos verificando possíveis ganhos em níveis de conhecimentos, atitudes e práticas, vinculados ao Juventude Presente, e não fazendo perguntas sobre a percepção do estudante sobre o Programa.

Em situação ideal, o questionário de avaliação de impactos é aplicado em dois momentos: um antes de o programa começar e outro, ao final. Na fase anterior, também chamada de ex-ante ou experimental ante e na posterior, também conhecida com ex-post ou experimental post. Importante lembrar: os instrumentos deverão ser rigorosamente pré-testados. O pré-teste representa a aplicação de um "piloto" do questionário com um número reduzido de respondentes, a fim de verificar possíveis erros de construção, fluxo e dificuldades de compreensão do questionário.

A avaliação de impacto é sempre "quase experimental". Comparam-se grupos do programa e fora dele, mas não estamos falando de estudos experimentais ou biológicos, isto é, não estamos comparando medicamentos junto aos públicos.

Os estudos sociais contêm muito mais fatores potencialmente influenciadores dos impactos, efeitos, do que pesquisas médicas, as quais são muito mais controladas. No estudo social, as pessoas podem ter suas mentes e ações influenciadas por mais fatores não controlados pela investigação em si. Por isso chamamos de um quase experimento.

As análises de impacto, em uma perspectiva social, verificarão se o Juventude Presente foi efetivo em mudar os níveis dos conhecimentos, atitudes e práticas objetivados pelo programa, na comparação com o grupo de controle.

E essas informações de possíveis efeitos cognitivos e atitudinais podem, também, serem subsídio para outras análises de impacto, como as econômicas. Porém, tudo isso dependerá das receitas possíveis em cada ciclo de intervenção. O importante é que toda implementação do Juventude Presente inclua a avaliação de impactos ou mesmo modalidades avaliativas similares, a fim de investigar as potencialidades e lacunas de cada tentativa de realização do programa.

Glossário

ABUSO SEXUAL - Toda forma de relação, jogos ou carinhos com conotação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, com o objetivo de satisfação desse adulto ou de outros adultos. Pode acontecer por meio de ameaça física ou verbal ou por sedução. Na maioria dos casos, esta prática é cometida por um familiar ou pessoa conhecida da criança ou adolescente.

ADICÇÃO - Atração dolorosa ou dependência de substâncias entorpecentes usadas de várias maneiras (deglutição, inalação, injeção intravenosa), a fim de alcançar uma condição estupefata ou de aliviar a dor. A adicção é uma doença de difícil detecção, diagnóstico e tratamento e envolve muito mais que o uso de drogas.

ANÁLISE DE DADOS - A análise de dados tem toda uma gama de significados, a partir do foco que se deseja empreender no estudo. No caso da análise de dados para avaliação de impacto, é necessário isolar o efeito da política de outras influências. Isso envolve modelar as fontes de viés de seleção diretamente (por exemplo, por regressão) ou indiretamente (por exemplo, estimando seus efeitos com respeito a tendências ao longo do tempo).

APRENDIZ - É o adolescente ou jovem com idade entre 14 e 24 anos que esteja matriculado e frequentando a escola, caso não tenha concluído o ensino médio, e inscrito em programa de aprendizagem (art. 428, caput § 1º, da CLT). Caso o aprendiz seja pessoa com deficiência, não haverá limite máximo de idade para a contratação (art. 428, § 5º, da CLT).

ASSEXUAIS - Pessoas que experimentam pouca ou nenhuma atração sexual, em um amplo espectro que reúne diversos níveis de ausência de atração sexual. Ou seja, uma pessoa assexual pode ter atração romântica por outro indivíduo, gostar de toques e ter o desejo de estar em um relacionamento afetivo, mas com pouca ou nenhuma relação sexual envolvida.

AUTONOMIA DAS MULHERES - A noção de autonomia se refere à capacidade das pessoas de tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de maneira que possam ser e

fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, no contexto histórico e cultural em que vivem.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO - A Avaliação de Impacto de programas é uma avaliação focada em transformação dos indivíduos atendidos em vez de processos, entregas, desempenho ou implementação pura e simples. Uma avaliação de impacto é uma avaliação que tenta estabelecer uma relação causal entre um programa ou intervenção e um conjunto de resultados. Uma avaliação de impacto tenta responder à questão de se um programa é responsável por alterações nos resultados de interesse.

AVALIAÇÃO EXPERIMENTAL - É uma avaliação que gera estimativas de impacto internamente válidas, utilizando-se alocação aleatória de tratamento. É o tipo de abordagem experimental que é considerada de referência, entre os métodos de avaliação de impacto, para avaliar os efeitos das intervenções que podem ser testados e manipulados ao longo de períodos de tempo relativamente curtos, e que representa, na maioria dos casos, o ideal.

AVALIAÇÃO QUASI EXPERIMENTAL - Nesta opção, selecionam-se não aleatoriamente amostras do grupo de beneficiários e de não beneficiários. É "quasialeatório", ou seja, mais flexível que os modelos experimentais, porque tornam menos rígidas as condições impostas pelas distribuições e inferências estatísticas para a população, características dos modelos experimentais. Busca utilizar grupo de controle, ou seja, grupos de indivíduos com características similares aos grupos que recebem as intervenções avaliadas.

BISSEXUAIS - Pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos, independentemente da identidade de gênero.

BULLYING - Ato agressivo sistemático, envolvendo ameaça, intimidação ou coesão, praticado contra alguém, por um indivíduo ou um grupo de pessoas. Ocorre, geralmente, em escolas, porém, pode ser praticado em qualquer outro local. Trata-se de ação verbal que pode, em situações extremas, evoluir para agressão física. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=bullying>

CANCELAMENTO VIRTUAL - Movimento coordenado, na maioria das vezes, por pessoas que estão na internet e se reúnem para odiar

alguém juntas, ou seja, elas decidem que aquela pessoa não merece existir no mundo digital.

CICLO INTERGERACIONAL DE POBREZA - Manutenção ou transmissão intergeracional da pobreza é compreendida pelo Banco Mundial (2007) como uma consequência da ausência de transferências de investimentos necessários, como, por exemplo, para educação, saúde e alimentação das pessoas, mas também pela ausência de políticas públicas que afetam o capital humano e social.

CIDADANIA - Expressa a igualdade de todas as pessoas perante a lei, o pertencimento a uma sociedade organizada. Qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticos, socioeconômicos do seu País, estando sujeito a deveres que lhe são impostos. Cidadania pode ser entendida, ainda, como a participação consciente e responsável da cidadã e do cidadão na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados.

CIDADÃO - Pessoa que pertence a uma sociedade organizada, sendo titular de direitos e obrigações; quem participa da vida social e política através do voto e de outras formas; cidadã ou cidadão do mundo; pessoa que exerce sua participação social e política independentemente de fronteiras.

CISGÊNERO - Pessoa que se identifica com o gênero atribuído no nascimento (masculino ou feminino).

CONSTITUIÇÃO - É a lei maior do País, a lei fundamental, e nela estão definidas as formas de organização do poder e os direitos individuais, sociais e coletivos, bem como estão indicados os meios para a garantia desses direitos. Todas as demais normas jurídicas do País devem estar de acordo com a Constituição Federal.

CONTRATO DE TRABALHO DE APRENDIZAGEM - É um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e de prazo determinado, com duração máxima, em regra, de 2 anos. O empregador se compromete, nesse contrato, a assegurar ao adolescente/jovem com idade entre 14 e 24 anos (não se aplica o limite de 24 anos para o jovem com deficiência), inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional metódica, compatível com seu

desenvolvimento físico, moral e psicológico. O aprendiz, por sua vez, compromete-se a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (art. 428 da CLT). O programa de aprendizagem será desenvolvido por entidade qualificada para esse fim. O contrato deverá conter, expressamente, o curso, a jornada diária e semanal, a definição da quantidade de horas teóricas e práticas, a remuneração mensal e os termos inicial e final do contrato, que devem coincidir com o início e o término do curso de aprendizagem, previsto no respectivo programa.

CONTROLE SOCIAL - Conjunto de meios utilizados numa sociedade — positiva ou negativamente — para obter dos indivíduos o cumprimento das normas sociais, morais, religiosas e jurídicas vigentes. Os controles podem ser internos e externos, diretos e indiretos.

CORRESPONSABILIDADE - Responsabilidade compartilhada; pessoas que compartilham uma obrigação ou compromisso.

CUIDADO - Dedicar-se a uma pessoa, proteger, cuidar de sua saúde e/ou bem-estar.

CULTURA - Desde a primeira definição de cultura, de Edward Tylor, em 1871, os antropólogos tentam chegar a um consenso para o conceito.

De acordo com Roger Keesing, a cultura pode apresentar 3 diferentes abordagens: (1) como um sistema cognitivo, com uma análise dos modelos construídos pelos membros de um grupo para compreender o próprio universo. Sendo assim, a cultura é um sistema de conhecimentos e crenças que os indivíduos devem dominar para participar dentro da sociedade em questão; (2) como sistemas estruturais, uma criação acumulativa, produto da mente humana, que estabelece um sistema simbólico; (3) como sistemas simbólicos, um conjunto de mecanismos de controle, como valores, crenças, mitos, relações que governam o comportamento humano. Clifford Geertz faz a analogia entre um programa de computador e a cultura. Para ele, todo homem e mulher nascem geneticamente aptos a receber qualquer "programa", isto é, toda criança está preparada para ser socializada em qualquer cultura. Será o contexto cultural que limitará essa miríade de possibilidades humanas. Nesse contexto, a cultura funciona como

lentes através das quais enxergamos o mundo (Benedict, 1972). Portanto, culturas diferentes fornecem diferentes visões de mundo.

DEPRESSÃO - transtorno biológico que causa na pessoa que a sente tristeza, perda de interesse ou prazer com relação a algo que tinha antes, afetando diversas áreas de sua vida (profissional, pessoal, familiar, social etc.). Existem classes diferentes de depressão e a causa mais comum é de cunho genético, mas também pode ser provocada por perdas, estresse e até problemas neurológicos.

DIREITOS REPRODUTIVOS - compreendem o direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos/as e de ter a informação e os meios de assim o fazer, gozando do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva.

DIREITOS SEXUAIS - Os Direitos Sexuais são os direitos que garantem que toda e qualquer pessoa pode viver sua vida sexual com prazer e livre de discriminação.

DROGADIÇÃO - Todo e qualquer vício bioquímico de seres humanos em alguma droga.

DESIGUALDADE - Falta de equilíbrio entre duas ou mais partes. Normalmente, o termo está relacionado com questões sociais e de acesso a direitos, ao mesmo estilo de vida, a serviços e a oportunidades. Fenômeno que tem a ver com o estabelecimento de hierarquias sociais, diferenças e distinções entre homens e mulheres, classes ou outros grupos sociais.

DESIGUALDADE RACIAL - Toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

DIFERENÇAS E DESIGUALDADES - Diferenças são modalidades do ser — como gênero, etnia, idade —, inerentes à diversidade humana e que não podem ser evitadas pela ação do homem. Ao contrário, as desigualdades — sociais, econômicas, políticas — não são modalidades do ser. Caracterizam-se como produtos históricos e sociais, ou seja, situações passíveis de ser revertidas.

DIREITOS HUMANOS - Direitos e liberdades

básicos a que todas as pessoas têm direito. Os direitos humanos não são privilégios, mas, sim, o que define a humanidade, independentemente de onde as pessoas moram, suas crenças, suas raças ou cultura. A "Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas" codifica direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais universais.

DISCRIMINAÇÃO - Ação cujo objetivo é separar, apartar, discriminar, dificultando ou impedindo o acesso e a permanência de pessoas e/ou grupos; a discriminação é a dimensão visível do preconceito, seja ele étnico-racial, de gênero, sexualidade, idade, classe social, religiosidade.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL - Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EPT) - A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a finalidade precípua de preparar "para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade". A EPT prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Entre as várias possibilidades, destaca-se como exemplo a articulação da EPT com: a modalidade da educação de jovens e adultos, em caráter preferencial, segundo a LDB; a educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrada no conteúdo) e na forma subsequente. Com essa concepção, a LDB situa a educação profissional e tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito a "educação" e a "profissionalização" como dois

dos direitos que devem ser garantidos com "absoluta prioridade".

EMPODERAMENTO - Aumento da capacidade de organização do grupo, que possibilita ganhos políticos e alteração das relações econômicas e sociais de hierarquia em que se encontram os indivíduos. Processo de tomada de consciência crítica, conquista e superação por parte de grupos ou pessoas que viviam situações de opressão. Nesse sentido, empoderamento significa a conquista da condição e da capacidade de participação, inclusão social e exercício da cidadania.

EMPODERAMENTO DAS MULHERES E MENINAS - Empoderamento das mulheres e das meninas é superação dos obstáculos da desigualdade estrutural que as colocam em uma posição de desvantagem. O empoderamento social, jurídico e econômico das mulheres e meninas é tanto uma meta quanto um processo. Os meninos e homens, em todos os níveis, podem apoiar ativamente o empoderamento das mulheres e das meninas.

EMPREGABILIDADE - Capacidade ou perspectiva de conseguir um emprego e de permanecer em um emprego. Há sinergia com capacitação profissional e competências para o mercado de trabalho.

EQUIDADE - Reconhecimento e garantia à igualdade de direitos e de oportunidades de cada indivíduo ou grupo na sociedade, que independe da lei propriamente dita, mas de um sentimento do que se considera justo, tendo em vista as causas e as intenções.

EQUIDADE DE GÊNERO - Diz respeito às formas como as mulheres e os homens devem ser tratadas(os), com justiça, de acordo com suas respectivas necessidades. Pode incluir um tratamento que seja igual ou diferente, mas considerado equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades.

ESCRAVIDÃO MODERNA - Caracterizada pelo trabalho forçado (quando o trabalhador é submetido à exploração, sem possibilidade de deixar o local de trabalho, seja por dívidas ou por violências física e psicológica), jornada exaustiva (vai além de horas extras não pagas, mas se caracteriza por um expediente que coloca em risco a saúde e a integridade física), servidão por dívidas (dívidas ilegais por

gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho) e condições degradantes (alojamento precário, péssima alimentação, maus-tratos, ausência de saneamento básico e falta de assistência médica).

ESTÁGIO - A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso.

ESTAGIÁRIOS - Estudantes que estiverem frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (art. 1º da Lei nº 11.788/2008).

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - Lei destinada a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

ESTEREÓTIPOS - Consistem na generalização e na atribuição de valor – na maioria das vezes negativos – a algumas características de um grupo, reduzindo-o a essas características e definindo os "lugares de poder" a serem ocupados. Os estereótipos influenciam e restringem a visão de mundo, formando preconceitos estabelecidos que impossibilitam abertura para visões diferentes das tradicionais.

ESTIGMA - De origem grega, o termo significa marca, sinal, mancha. Erving Goffman conceitua estigma como atributos reconhecidos como negativos e utilizados para classificar e desqualificar indivíduos ou grupos. Sexo, sexualidade, cor da pele, deficiência física, religiosidade que diferem daquilo que determinadas sociedades classificam como "normal" são estigmas sociais.

ESTUPRO - Qualquer contato físico ou ato libidinoso contra a vontade da vítima, diante de força ou ameaça, é estupro. Isso vale para sexo vaginal, anal ou oral. Inclui também beijos forçados ou passadas de mão no transporte público, por exemplo. Todos esses casos

podem ser punidos por lei com até 10 anos de prisão. Se a vítima for menor de 14 anos, a pena pode ir para 15 anos.

ÉTICA - Diz respeito às relações sociais e morais de determinado grupo social, em determinado espaço físico e temporal. Conjunto de prescrições admitidas numa época e numa sociedade determinadas.

ETNIA - No sentido contemporâneo, etnia se refere a um grupo ou nação, possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, cujos componentes têm consciência de uma origem e de interesses comuns. Etnia não se refere, meramente, a um agregado de pessoas ou a um segmento da população, mas a um coletivo autoconsciente, cujos indivíduos são aproximados por experiências compartilhadas.

ÉTNICO-RACIAL - Conceito que associa aspectos da etnicidade com a ressignificação do termo raça. Etnicidade refere-se, nos dias atuais, à consciência de grupo gerada por uma experiência comum de adversidade econômica, política, cultural; raça enfatiza a necessidade de ressignificar um termo utilizado para hierarquizar grupos fenotipicamente diferentes.

EXPLORAÇÃO SEXUAL - tipo de violência sexual caracterizada pela relação sexual entre uma criança ou adolescente com adultos, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer outro benefício (favores, drogas, comida, uma noite de sono ou presentes). Nesse contexto, crianças e adolescentes são tratados como objetos sexuais ou como mercadorias.

EXPLORAÇÃO SEXUAL AGENCIADA - Intermediação por uma ou mais pessoas ou serviços. No primeiro caso, as pessoas são chamadas rufiões, cafetões e cafetinas, e, no segundo, os serviços são normalmente conhecidos como bordéis, serviços de acompanhamento, clubes noturnos.

EXPLORAÇÃO SEXUAL AUTÔNOMA - Prática de atos sexuais realizada com crianças e adolescentes mediante pagamento sem o intermédio de outros adultos. Muitas crianças e adolescentes, de ambos os sexos, envolvem-se em atividade sexual, e essa se torna sua principal estratégia de sobrevivência.

Entre jovens de camadas populares, jovens de rua e mesmo da classe média, essa pode ser

uma forma de custear o vício em drogas ou adquirir um estilo de vida desejado.

FEMINISMO - Pode ser compreendido como um movimento social e político que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres, ou seja, sem hierarquias de gênero.

FEMINISMO NEGRO - É compreendido aqui como um movimento social, político intelectual-teórico de mulheres negras empenhado na mudança social, sobretudo no que se refere à luta antirracismo, contra o machismo, sexismo e outras formas de discriminação em um campo ideológico no qual estão inseridas essas sujeitas.

GAY - Denominação específica para homens que, independentemente da identidade de gênero, se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens. Note que tanto faz se a pessoa é trans ou não, o que importa para esse conceito é a identidade de gênero, e não o sexo biológico. O que, obviamente, não impede que a pessoa sinta-se atraída exclusivamente por pessoas cisgêneras.

GÊNERO - Refere-se à forma como somos socializados, isto é, como atitudes, comportamentos e expectativas são formados com base no que a sociedade atribui aos sexos feminino e masculino.

Essas características são aprendidas na família, na escola, no grupo de amigos, nas instituições religiosas, no espaço de trabalho, nos meios de comunicação. Diz respeito, também, ao modo como as pessoas e as instituições distribuem o poder em nossa sociedade, construindo, hierarquizando e atribuindo valores diferenciados entre o masculino e o feminino. Ao associarmos o feminino com a sensibilidade, a fraqueza ou a emotividade (em contraposição à racionalidade e à força masculina), estamos operando uma dimensão de poder que, na prática, leva à redução das possibilidades de ação, protagonismo e autonomia das mulheres.

HETEROSSEXUAIS - Pessoas que têm sentimentos afetivos e atração sexual por outras pessoas com identidade de gênero diferente. Ou seja, alguém de identidade de gênero feminina que se relacione com outra pessoa de identidade de gênero masculina ou vice-versa.

HOMOFOBIA - Discriminação contra gays em razão de sua identidade afetivo-sexual distinta do esperado pela sociedade, isto é, por sentirem atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo.

IDEAÇÃO SUICIDA - Ato de pensar sobre o próprio suicídio, seja uma simples consideração ou um plano detalhado e específico, por isso também é conhecido mais popularmente como pensamentos suicidas. Ela é considerada um fator de risco para o suicídio, porém, pensar em suicídio não implica que a pessoa realmente irá fazê-lo, mas deve servir como um sinal de alerta. E, apesar de esse tipo de intenção ser muito associada à depressão, a ideação suicida acontece em vários tipos de transtornos mentais, sejam eles transtornos de humor, transtornos de personalidade ou transtornos ansiosos.

INTERSEXO - pessoas que nascem com características sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino nem masculino. Em geral, a anatomia intersexual tem causas genéticas. Há casos em que ela só se manifesta a partir da puberdade, ou em que é mais dificilmente perceptível – por exemplo, pessoas que têm características sexuais externas femininas, mas cuja carga genética é masculina.

IDENTIDADE - Refere-se ao pertencimento do indivíduo a um determinado grupo social, a partir de afinidades culturais, históricas, linguísticas. Stuart Hall conceitua identidade como uma categoria discursiva que abarca formas de falar, práticas sociais, características físicas etc., e, como tal, é fortemente marcada por disputas de poder. Deve ser compreendida como um processo contínuo e dialético entre o indivíduo e a sociedade, quando o primeiro projeta-se em identidades culturais disponíveis, permitindo fortalecer, manter, modificar ou remodelar a própria identidade. Um indivíduo não apresenta uma única identidade, mas várias, por vezes até contraditórias ou mal definidas.

As identidades não são essenciais, unificadas ou permanentes. São construídas por processos histórico-culturais, portanto, dinâmicas.

IDENTIDADES AFETIVO-SEXUAIS - Diz respeito à atração/desejo que se sente por outras pessoas, sendo elas: Heterossexual (quem possui afeto e/ ou desejo sexual

por pessoas do sexo biológico oposto); Homossexual (quem possui afeto e/ ou desejo sexual por pessoas do mesmo sexo biológico) – a homossexualidade se subdivide em duas identidades: Lésbicas (mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres); Gays (homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens); Bissexuais (quem possui afeto e/ ou desejo sexual por pessoas de ambos os sexos biológicos); Assexuais (quem não tem interesse pela atividade sexual. Assexuados e assexuadas podem ter interesse na formação de laços amorosos, mas não sexuais).

IDENTIDADE DE GÊNERO - É a forma da pessoa se perceber com relação ao gênero que possui. Divide-se em 3 categorias, sendo: Cisgênero, quando a pessoa se identifica, em todos os aspectos, com a identidade de gênero atribuída socialmente pelo sexo biológico de nascimento; Transgênero, quando a pessoa possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico de nascimento – homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de submeterem-se a cirurgias para realizarem as adequações que julgam necessárias ou não; Não binária, quando a pessoa não se identifica com nenhum gênero. Não se define nem como homem nem como mulher.

IDEOLOGIA - Um sistema de crenças e valores, que explica a sociedade, prescreve o papel do governo e guia indivíduos, movimentos sociais, instituições, classes ou grupos. Conjunto de ideias dominantes na sociedade.

IGUALDADE - É um valor que se estabelece mediante a comparação entre situações e/ou pessoas. É, portanto, uma relação entre dois termos, entre duas ou mais ordens de grandeza. Igualdade está ligada à afirmação do princípio de não discriminação, reconhecendo que todos são iguais perante a lei. Não podendo, portanto, haver discriminações que excluam determinadas pessoas ou grupos do exercício de determinado direito por suas escolhas e orientações culturais, sexuais ou religiosas, ou por possuírem características intrínsecas como gênero e raça/etnia. Por isso, diz-se: direito à diferença na igualdade de direitos.

IGUALDADE DE GÊNERO - A igualdade de gênero é um direito humano reconhecido, e reflete a ideia de que todos os seres humanos são livres para desenvolver suas capacidades

pessoais e fazer escolhas sem limitações impostas por estereótipos, papéis de gênero ou preconceitos. Igualdade de gênero quer dizer que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades de todas as pessoas devem ser igualmente considerados, valorizados e promovidos. Também significa a não existência de discriminação, por motivo de gênero, na alocação de recursos ou benefícios, ou no acesso a serviços. A igualdade de gênero pode ser mensurada em termos da existência de igualdade, de oportunidades ou de igualdade de resultados.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL - Conceito relacionado com a chamada "inteligência social", presente na psicologia e criado pelo psicólogo estadunidense Daniel Goleman. Pessoas emocionalmente inteligentes são aquelas que conseguem identificar as suas emoções com mais facilidade. Diz respeito aos significados relacionados ao que se entende como masculino. Estão relacionadas à configuração de práticas em torno da posição que os homens ocupam nas relações de gênero e que são construídas a partir de uma estrutura que atribui significados distintos àquilo que se entende como masculino ou feminino.

INTERCULTURALIDADE - Pressupõe que duas ou mais culturas interajam entre si e se tornem híbridas. Diferencia-se da multiculturalidade, uma vez que a primeira destaca a interação e modificação das manifestações culturais, enquanto a segunda guarda uma concepção de coexistência, muitas vezes hierarquizada.

INTERSECIONALIDADE - Perspectiva de análise que leva em consideração vários planos ou eixos de vulnerabilidade — violência, desigualdade, discriminação —, como gênero, raça, idade, sexualidade, classe, em que indivíduos e grupos se enquadram de forma simultânea. Corresponde, portanto, aos pontos de cruzamento desses planos, às intersecções desses diferentes fatores, que, ao se sobrepor, intensificam as desvantagens sociais. A interseccionalidade permite verificar a complexidade das situações vivenciadas por indivíduos e grupos, estabelecendo melhores possibilidades de reversão do quadro.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA - Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções religiosas.

INVISIBILIZAÇÃO - Processo de exclusão social que sofrem determinados grupos, especialmente os negros. Muniz Sodré afirma que a invisibilidade social do indivíduo aumenta na razão inversa da visibilidade da sua cor. O racismo na mídia seria mantido pela negação, pelo recalcamento, pela estigmatização e pela indiferença profissional, cristalizando preconceitos e estereótipos.

JUVENTUDE - Pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Representa o período da vida que se dá entre a adolescência e a vida adulta.

LEI DA APRENDIZAGEM - Aprendizagem é formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são implementadas por meio de um contrato de aprendizagem, com base em programas organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades habilitadas (Lei nº 8.069/90 Art. 62 e CLT Art. 428).

LEI DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR - Lei que decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas.

LEIS 10.639/03 E 11.645/08 - Alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade das temáticas: História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

LEIS - São feitas e aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas (ou seja, aprovadas) pelo Poder Executivo, podem ser federais, estaduais e municipais. Para que elas tenham coerência entre si, é preciso uma lei maior, que defina os princípios da nossa organização social, política e econômica. Essa lei maior, no Brasil, é a Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã". É na Constituição que estão garantidos os direitos humanos universais. Todos os nossos direitos começam na Constituição.

LÉSBICAS - Denominação específica para mulheres que se relacionam, independentemente da identidade de gênero, afetiva e sexualmente com outras mulheres.

LESBOFOBIA - Discriminação contra lésbicas, em razão de sua identidade afetivo-sexual diversa do esperado pela sociedade e por sentirem atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo.

LINGUAGEM - A análise de discursos entende a linguagem como instância mediadora entre o homem e a sua realidade social e natural. A linguagem é uma forma de expressão que inclui a língua, música, dança etc.

LUGAR DE FALA - conceito desenvolvido pela filósofa Djamila Ribeiro e que tem como objetivo oferecer visibilidade a sujeitos cujos pensamentos foram desconsiderados durante muito tempo através de processos históricos de interdição.

MAPA CONCEITUAL - Conjunto de conceitos formados mentalmente que funciona como um sistema de representação mental, que classifica e organiza o mundo em categorias. Para compreender e pertencer a um sistema cultural é preciso compartilhar, aproximadamente, os mesmos universos conceituais e linguísticos. Compartilhar esses elementos é ver o mundo a partir do mesmo mapa conceitual.

MASCULINIDADES - Diz respeito aos significados relacionados ao que se entende como masculino.

Estão relacionadas à configuração de práticas em torno da posição que os homens ocupam nas relações de gênero e que são construídas a partir de uma estrutura que atribui significados distintos àquilo que se entende como masculino ou feminino.

MASCULINIDADE NEGRA - Movimento de reflexão política e social sobre ser um homem negro, a partir da convocação dos movimentos de mulheres negras. Fonte: Guia Negro Entrevista.

NÃO BINÁRIO - Pessoa cuja identidade de gênero não se enquadra no que é estabelecido socialmente como feminino ou masculino.

NEGRITUDE - Segundo Nei Lopes, negritude é a circunstância de se pertencer à grande coletividade dos africanos e afrodescendentes; o conjunto de valores civilizatórios africanos no continente de origem e na Diáspora.

NEGRO - Denominação genérica do indivíduo de pele escura e cabelo encarapinhado e, em

especial, dos habitantes da África profunda e seus descendentes; descendente de africano, em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada pela aparência ou assumida pelo próprio indivíduo.

OPRESSÃO - Situações de subalternidade e de subjugação vivenciadas por pessoas ou grupos sociais.

ORIENTAÇÃO SEXUAL - maneira como uma pessoa vivencia suas relações afetivas e sexuais. Ela representa o tipo de atração sexual e/ou emocional que uma pessoa sente, ou seja, se ela se sente atraída por pessoas de um gênero diferente ou do mesmo gênero. As orientações sexuais são as seguintes: heterossexual, homossexual, bissexual, assexual e pansexual.

PANSEXUAL - São pessoas que podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou do sexo biológico.

PATERNIDADES - Estado ou qualidade do homem pelo fato de ser pai, biológico ou não.

PERTENCIMENTO - É o estado, processo mental ou atitude subjetiva que temos de uma origem comum que une os diversos indivíduos como elementos de uma coletividade cujos símbolos expressam valores e anseios. Esse sentimento faz emergirem aspectos identitários.

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O PETI é um programa de natureza intergovernamental e intersetorial que visa a articular um conjunto de ações voltadas para o combate do trabalho infantil. É a principal estratégia do governo brasileiro para assegurar o cumprimento das Convenções 138 (sobre a idade mínima de admissão ao emprego) e 182 (sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para a sua eliminação) da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

POBREZA - É um fenômeno multidimensional em que há a falta do que é necessário para o bem-estar material. Associa-se a esse conceito a falta de voz, poder e independência dos pobres, que os sujeita à exploração; à propensão à doença; à falta de infraestrutura básica; à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais; e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco (Crespo; Gurovitz, 2002).

PODER - Pode ser entendido como resultado de um contínuo processo de negociação, fruto de alianças políticas e ideológicas. Poder deve ser legitimado, consentido, negociado, não sendo resultado de uma simples submissão.

PODER SIMBOLICO - O Poder Simbólico, segundo Pierre Bourdieu, surge como todo o poder que consegue impor significações que são naturalizadas como legítimas. Assim, os símbolos afirmam-se como os instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

POLÍTICA - Toda ação humana que busca influir na constituição e no exercício do poder. Forma de organizar, dirigir ou administrar a Nação e o Estado. Arte de governar, aplicando essa arte nos negócios internos e externos da nação.

POLÍTICAS PÚBLICAS - Ações do Estado voltadas para o atendimento de interesses, necessidades e aspirações da cidadã e do cidadão e da coletividade. Referem-se à saúde, à educação, à segurança, ao emprego, à renda, à assistência social etc. As políticas públicas devem ser formuladas e executadas de acordo com as necessidades e aspirações da população, admitindo-se que a sociedade organizada deva participar de sua formulação e execução.

PORNOGRAFIA INFANTIL - É configurada como exploração sexual quando há produção, utilização, exibição, comercialização de material (fotos, vídeos, desenhos) com cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes ou imagens, com conotação sexual, das partes genitais de uma criança.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO - Superexploração da força de trabalho guiada pela lógica de longas jornadas de trabalho, com diminuição de direitos e da remuneração paga ao trabalhador, cada vez mais insuficiente para que esse mantenha sua qualidade de vida.

PRECONCEITO - Atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas. O preconceito racial é uma das molas propulsoras do racismo. Fonte: LOPES, Nei. Dicionário escolar afro-brasileiro (posição 4366- 4367). Selo Negro Edições. Edição do Kindle.

PRECONCEITO RACIAL - Significa antecipação, adiantamento, pensamento, ideia, julgamento.

No contexto das relações étnico-raciais, o preconceito, produto de informações inadequadas ou incompletas, (re)produz uma visão hostil e generalizante de outros grupos.

PRÉ-TESTE - O pré-teste representa a aplicação de um "piloto" do questionário com um número reduzido de respondentes, a fim de verificar possíveis erros de construção, fluxo e dificuldades de compreensão do questionário.

PRIVILÉGIO - Direito especial de um grupo sobre a maioria, uma espécie de vantagem que um indivíduo ou grupo pode receber por condições diversas em face do restante da sociedade.

PRIVILÉGIO BRANCO - Fator silencioso e naturalizado no cotidiano que condiciona negros às piores condições de vida e garante aos brancos acesso facilitado a diversos tipos de vantagens sociais. Essa é uma das consequências da desigualdade racial existente no País desde o período de escravização.

PROJETO DE VIDA - É um planejamento estruturado para estabelecer prioridades e organização de expectativas sobre o futuro para escolher caminhos e tomar decisões. Projetos de vida são individuais e podem ser compartilhados em virtude de parcerias que sejam realizadas.

PROTEÇÃO INTEGRAL - Doutrina jurídica adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

RAÇA - Grupo ou categoria ligada a uma origem comum. Inicialmente, o conceito serviu para separar e hierarquizar indivíduos e grupos da espécie

Homo sapiens, com base em diferenças biológicas. Atualmente, o conceito de raça é uma construção social. As regras sociais que estabelecem quem é negro ou branco diferem

de sociedade para sociedade. Portanto, a raça é histórica e socialmente construída. Em 1935, Huxley e Hadon propuseram que o termo "raça" fosse banido do vocabulário acadêmico, sendo substituído pela expressão grupos étnicos. No entanto, ao empregar, politicamente, "raça", em vez de etnicidade, recorre-se à força do termo, a fim de denunciar a discriminação racial vigente.

RACISMO - É uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diferentes. Ele opera pela atribuição de sentidos pejorativos a características peculiares de determinados padrões da diversidade humana e de significados sociais negativos aos grupos que os detêm. Racismo diferencia-se da discriminação racial, que corresponde à expressão ativa ou comportamental do racismo e do preconceito racial. A discriminação racial manifesta-se de forma intencional ou não, seja pela atribuição de rótulos pejorativos, seja até mesmo pela negação do acesso aos bens públicos e constitucionais, como saúde, educação, justiça, habitação, participação política etc.

RACISMO ESTRUTURAL - Processo histórico em que condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidas nos âmbitos político, econômico, cultural e até mesmo nas relações cotidianas. Em uma sociedade, como a brasileira, na qual as suas instituições (normas e padrões que condicionam o comportamento dos indivíduos) foram criadas e consolidadas a partir de uma visão racista de mundo, temos que a estrutura dessa sociedade possui o racismo como seu componente.

RACISMO INSTITUCIONAL - Manifesta-se em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

RELACIONAMENTOS ABUSIVOS - Relacionamentos afetivos em que há uma desigualdade de poderes e possibilidades entre as pessoas que fazem parte da relação. Nesse tipo de relacionamento, também conhecido como relacionamento tóxico, há uma pessoa oprimida e um opressor.

REPUTAÇÃO DIGITAL - Percepção pública de uma pessoa ou empresa na internet. Ela tem base nos conteúdos (notícias, artigos e mídias) e interações (avaliações, opiniões e comentários) publicados em redes sociais, blogs e sites especializados.

RESILIÊNCIA - Relacionada à nossa capacidade de fazer diferente ou de nos recuperar diante de uma situação traumática ou desafiadora.

SAÚDE MENTAL - Termo relacionado à forma como uma pessoa reage às exigências, aos desafios, às mudanças da vida e ao modo como harmoniza suas ideias e emoções. Diariamente, vivenciamos uma série de emoções, boas ou ruins, mas que fazem parte da vida: tristeza, alegria, raiva etc.

SEXISMO - Preconceito ou discriminação baseada no gênero ou sexo de uma pessoa. O sexismo pode afetar qualquer gênero, mas é particularmente documentado como uma prática que afeta mais as mulheres e meninas. Tem sido ligado a estereótipos e papéis de gênero e podem incluir a crença de que um sexo ou gênero é intrinsecamente superior a outro. O sexismo extremo pode fomentar o assédio sexual, estupro e outras formas de violência sexual.

SEXO BIOLÓGICO - Classificação recebida ao nascer, de acordo com uma série de fatores fisiológicos como a genitália, os hormônios e os cromossomos que carregamos. A maioria das pessoas recebe o gênero masculino ou feminino, e é isso que geralmente aparece na certidão de nascimento.

SEXTORSÃO - É a ameaça de divulgação de imagens íntimas para forçar alguém a fazer algo, por vingança, para humilhar ou para extorquir financeiramente.

TRABALHABILIDADE - Refere-se à capacidade de gerar trabalho, renda, valor e transformação social. **TRABALHO DECENTE** - O conceito de trabalho decente foi formulado pela primeira vez, oficialmente, pela OIT, em 1999, e sintetiza a missão histórica da OIT de

promover oportunidades para que homens e mulheres possam obter um trabalho produtivo e de qualidade em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. O trabalho decente sintetiza quatro objetivos estratégicos: a promoção dos direitos no trabalho, a geração de empregos produtivos e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

TRABALHO INFANTIL - Toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada país. No Brasil, o trabalho é proibido para quem ainda não completou 16 anos, como regra geral. Quando realizado na condição de aprendiz, é permitido a partir dos 14 anos. Se for trabalho noturno, perigoso, insalubre ou em atividades da lista TIP (piores formas de trabalho infantil), a proibição se estende aos 18 anos incompletos.

TRÁFICO PARA FINS SEXUAIS - Cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada para essa finalidade. O mais recorrente é que o tráfico para fins de exploração sexual ocorra de forma disfarçada por agências de modelos, turismo, trabalho internacional, namoro-matrimônio, e, mais raramente, por agências de adoção internacional.

TRANSEXUAIS - Pessoas que se identificam com o gênero diferente daquele atribuído no nascimento. Essas pessoas desejam ser reconhecidas pelo gênero com o qual se identificam e o que determina se a pessoa é transexual é a sua identidade, e não qualquer processo cirúrgico ou hormonal. Há tanto homens trans, transmasculinos, quanto mulheres transexuais.

TRAVESTIS - Uma autodeterminação do contexto brasileiro, que pode também ser considerada como um terceiro gênero. Pessoas do gênero feminino que não foram identificadas como do gênero feminino ao nascer. Podem ou não modificar seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. Atenção: o termo correto é "A" travesti.

TURISMO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL - Exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem.

VIOLENCIA AUTOPRATICADA - Compreende ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios. Nem toda violência autoprovocada caracteriza uma tentativa de suicídio, pois pode ser uma forma de aliviar sofrimento, sem que haja o objetivo de pôr fim à vida.

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR - Ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família. É toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outra pessoa da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, em que haja relação de poder.

VIOLÊNCIAS ENTRE PARES - Diz respeito à agressão e vitimização que acontece entre crianças e jovens, sendo verificado quando se assiste, diariamente, a diversos comportamentos agressivos e antissociais intrapessoais, chegando mesmo a assumir contornos criminosos. A preocupação com esse flagelo diz respeito tanto às causas como às consequências desse ato cada vez mais repetitivo e presente em grande parte das instituições de ensino.

